

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

LUISA PRAZERES VASCONCELOS

**CIDADES E RIOS: RUPTURAS, RECONCILIAÇÕES E O PAPEL DA MEMÓRIA
COLETIVA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
SETEMBRO DE 2025**

LUIA PRAZERES VASCONCELOS

**CIDADES E RIOS: RUPTURAS, RECONCILIAÇÕES E O PAPEL DA MEMÓRIA
COLETIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Projeto Temático: Memória, Cidade e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
SETEMBRO DE 2025**

V451c

Vasconcelos, Luisa Prazeres.

Cidades e rios: rupturas, reconciliações e o papel da memória coletiva /
Luisa Prazeres Vasconcelos, 2025.

138f.

Orientador (a): Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa
de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista,
2025.

Inclui referência F. 122 – 129

1. Memórias - Rio Verruga - Constituição urbana. 2. Memória Coletiva. 3.
Expansão urbana. 4. Pertencimento - Território. I. Marta, Felipe Eduardo Ferreira.
II.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em
Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 333.91

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Cities and Rivers: Ruptures, Reconciliations, and the Role of Collective Memory

Keywords: Collective Memory; Rivers; Cities; Urban Expansion; Territorial Belonging.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (Presidente), Prof. Dr. Cláudio
Eduardo Félix dos Santos (Titular), Prof. Dr. Fábio Mansano de Mello (Titular), Prof. Dr. Mário
Rubem Costa Santana (Titular), Profa. Dra. Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira
(Titular), Profa. Dra. Amélia Maria Polónia da Silva (Titular).

Data da Defesa: 12 de setembro de 2025

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUISA PRAZERES VASCONCELOS

CIDADES E RIOS: RUPTURAS, RECONCILIAÇÕES E O PAPEL DA MEMÓRIA COLETIVA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 12 de setembro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta – Presidente
Instituição: UESB


Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos
Instituição: UESB


Prof. Dr. Fábio Mansano de Mello
Instituição: UESB

Prof. Dr. Mário Rubem Costa Santana
Instituição: UESB

Profª. Dra. Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira
Instituição: FAU/UFRJ


Profª. Dra. Amélia Maria Polónia da Silva
Instituição: CITCEM/FLUP

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA**
Data: 17/09/2025 16:10:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass.:  **CLAUDIO EDUARDO FELIX DOS SANTOS**
Data: 25/09/2025 15:52:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass.: _____
Documento assinado digitalmente
 **FABIO MANSANO DE MELLO**
Data: 17/09/2025 16:32:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass.: _____
Documento assinado digitalmente
 **MARIO RUBEM COSTA SANTANA**
Data: 17/09/2025 09:13:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass.: _____
Documento assinado digitalmente
 **MARGARETH APARECIDA CAMPOS DA SILVA PEI**
Data: 17/11/2025 11:42:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass.: _____
Assinado por: **Amélia Maria Polónia da Silva**
Num. de Identificação: 05787018
Data: 2025.11.19 17:50:02+00'00"

AGRADECIMENTOS

É importante frisar que não seria possível realizar este trabalho sem o apoio técnico, emocional, acadêmico e financeiro de um coletivo. A pesquisa não é um trabalho solitário, embora muitas vezes pareça que estamos sozinhos nessa tarefa. A troca de conhecimentos é essencial em uma sociedade e eu não chegaria até aqui sem aqueles que cruzaram meu caminho nessa jornada.

Primeiramente, agradeço à minha família, meu porto seguro e alicerce. À minha mãe, Simone Prazeres, por seu carinho, presença e colo, e também por seu exemplo e experiência em temas que lhe são tão caros, especialmente no que tange às cidades, planejamento estratégico e bem-estar social. Ao meu pai, Nilton Vasconcelos, por me guiar na trajetória acadêmica e incentivar a busca pela evolução intelectual através de seus ensinamentos e do exemplo de dedicação à pesquisa e ao fortalecimento da vida comunitária. Ao meu padrasto, Edgard Porto, pelas enriquecedoras conversas sobre o mundo e suas transformações sociais e econômicas, sempre refletindo sobre como viver de forma mais plena e feliz. À minha madrasta, Marli Lima, pelo cuidado e amor com todos ao seu redor, sendo sempre um referencial de tranquilidade, motivação e alegria. Ao meu marido, Davi Costa, por me incentivar a seguir a carreira acadêmica, ser exemplo na área de pesquisa e ensino e me apoiar nos momentos de dificuldade. Ao meu filho, Tito, por compreender minhas ausências para estudo e por ser a mais pura e sincera expressão de amor em minha vida. Agradeço também aos meus irmãos, tios, tias, primas, primos, amigos e tantas pessoas que me fazem sentir pertencente a um grupo amoroso.

Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) pela oportunidade única de vivenciar uma Pós-Graduação tão rica, que me proporcionou conhecimentos diversos e poderosos que permanecerão comigo por toda a vida. Em especial, agradeço ao meu orientador, professor Dr. Felipe Marta, pelo cuidado, paciência e orientação humanista, compreendendo minhas limitações e me guiando até a conclusão desta pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa, tanto no Brasil quanto em Portugal, através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, fundamental para a formação acadêmica, cultural e de experiência de vida dos estudantes brasileiros. Nesse sentido, agradeço ao Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), na pessoa da professora Dra. Amélia Polónia, que viabilizou a minha ida a Portugal, me acolheu e guiou durante a pesquisa. Não posso deixar de agradecer ao meu tio Fernando Vasconcelos, que possibilitou a

conexão com a professora Dra. Amélia Polónia e tornou essa experiência viável. Ainda em Portugal, agradeço aos colegas do CITCEM, em especial a Clara Roberti, por me apresentar à Associação Rio Neiva.

Um agradecimento especial aos entrevistados participantes da pesquisa, que dedicaram seu tempo para compartilhar comigo seus conhecimentos e histórias de vida. Me sinto extremamente honrada em poder contar um pouco de suas percepções neste trabalho. Agradeço também a toda a equipe do Arquivo Público de Vitória da Conquista, pelo apoio nas extensas buscas por documentos históricos.

Por fim, agradeço aos membros da banca avaliadora por aceitarem avaliar esta tese, disponibilizando seu tempo e conhecimento para auxiliar na construção de uma pesquisa sólida. As contribuições recebidas durante a banca de qualificação foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

A grande diferença que existe do pensamento dos índios e do pensamento dos brancos, é que os brancos acham que o ambiente é 'recurso natural', como se fosse um almoxarifado onde você vai e tira as coisas, tira as coisas, tira as coisas. Pro pensamento do índio, se é que existe algum lugar onde você pode transitar por ele, é um lugar que você tem que pisar nele suavemente, andar com cuidado nele, porque ele está cheio de outras presenças. (Krenak, 2015a).

RESUMO

Esta tese se debruça sobre a relação entre grupos populacionais urbanos e cursos d'água, abordando a memória coletiva como elemento essencial na construção de identidades e pertencimento aos espaços urbanos. A pesquisa explora diferentes processos de urbanização e seus impactos sobre as populações urbanas, tendo como enfoque principal o caso do Rio Verruga, em Vitória da Conquista, Bahia, e traçando paralelos com os rios Tinto, Leça e Neiva, situados na região Norte de Portugal. Buscou-se entender como esses rios, historicamente fundamentais para o abastecimento e o desenvolvimento urbano, passaram a ser percebidos e vivenciados de forma distinta à medida que as cidades cresceram e as relações sociais e econômicas foram sendo modificadas. A análise é guiada pela hipótese de que a memória coletiva desempenha um papel central na manutenção da relação simbólica entre os grupos populacionais e os rios, atuando como força mobilizadora para sua requalificação e preservação. Adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada na história oral, incorporando às fontes de pesquisa quinze entrevistas realizadas com moradores de diferentes contextos sociais, urbanos e geográficos, que vivenciam ou vivenciaram os rios estudados, a fim de acessar as narrativas pessoais e coletivas que envolvem a presença e a ausência dos rios nas dinâmicas cotidianas. A análise documental buscou fontes históricas, cartográficas e iconográficas, enriquecendo o estudo com a construção de um percurso comparativo entre as experiências de Portugal e do Brasil. Em Portugal, a pesquisa foi realizada durante um estágio acadêmico no Universidade do Porto, onde, além de estudos de campo, foram analisados depoimentos em redes sociais. No caso brasileiro, o Rio Verruga, que outrora abastecia a população e estruturava parte da dinâmica urbana, foi ocultado durante a expansão urbana e associado ao esgoto, levando ao apagamento simbólico de sua presença no imaginário coletivo. Nos casos portugueses, observam-se diferentes modelos de relação entre as populações e os rios, passando por modelos bastante similares ao do Rio Verruga, porém com diferentes ações do poder público nas últimas décadas, e um modelo que contradiz a macrotendência do século XX de apagamento: o caso do Rio Neiva. A análise revelou como contextos históricos, densidades urbanas e políticas públicas moldam a memória coletiva e o sentimento de pertencimento aos cursos d'água, revelando que o grau de mobilização comunitária e de ação pública tem papel decisivo na preservação ou degradação desses espaços.

Palavras-chave: Memória Coletiva; Rios; Cidades; Expansão Urbana; Pertencimento ao território.

ABSTRACT

This study examines the relationship between urban populations and their waterways. It addresses collective memory as an essential element in the formation of identities and sense of belonging in urban spaces. The research explores various urbanization processes and their impacts on urban populations, with a primary focus on the case of the Verruga River in Vitória da Conquista, Bahia, Brazil, and drawing parallels with the Tinto, Leça, and Neiva rivers located in northern Portugal. The objective of this investigation was to comprehend the way these rivers, historically instrumental in supporting urban growth and development, have come to be perceived and experienced in a different way as cities have expanded and social and economic relations have undergone modification. Guided by the hypothesis that collective memory plays a pivotal role in maintaining the symbolic relationship between population groups and rivers, the analysis examines how memory acts as a mobilizing force for the requalification and preservation of these water sources. A qualitative approach, based on oral history, was adopted, incorporating into the research sources fifteen interviews conducted with residents from different social, urban, and geographical contexts, who experience or have experienced the rivers studied, to access the personal and collective narratives involving the presence and absence of rivers in everyday dynamics. The documentary analysis sought historical, cartographic, and iconographic sources, enriching the analysis with the construction of a comparative path between the experiences of Portugal and Brazil. In Portugal, the research was carried out during an academic internship at the University of Porto, where, in addition to field studies, testimonials on social networks were analyzed. In the Brazilian case, the Verruga River, which once supplied the population and structured part of the urban dynamics, was hidden during urban expansion and associated with sewage, leading to the symbolic erasure of its presence in the collective imagination. In the Portuguese cases, a variety of models for the relationships between populations and rivers can be observed. These models range from cases that are very similar to that of the Verruga River, but with different actions by public authorities in recent decades, to a model that contradicts the 20th-century macro-trend of erasure: the case of the Neiva River. The findings revealed how historical contexts, urban densities, and public policies shape collective memory and the sense of belonging to waterways, showing that the degree of community mobilization and public action plays a decisive role in the preservation or degradation of these spaces.

Keywords: Collective Memory; Rivers; Cities; Urban Expansion; Territorial Belonging.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
BA	Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFLUP	Comissão de Ética da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
CITCEM	Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória
DESEB	Departamento de Engenharia Sanitária do Estado da Bahia
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EMURC	Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais (Portugal)
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto (Brasil)
FEP	Fundação Escola Politécnica
FIPE	Fundação Instituto e Pesquisas Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PPGMLS	Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
REACT-EU	Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe (Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa)
SARS-CoV-2	Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavírus 2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2)
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hidrograma do balanço hídrico característico do município de Vitória da Conquista.....	24
Figura 2 – Totais pluviométricos anuais de Vitória da Conquista no período entre 1976 e 2017	24
Figura 3 – Localização dos rios estudados na região Norte de Portugal.....	44
Figura 4 – Bacia hidrográfica do rio Tinto	46
Figura 5 – Painel de azulejos da estação ferroviária de Rio Tinto representando a lenda da batalha, ocorrida às margens do rio, que deu nome ao rio e à localidade.	47
Figura 6 – Desenho de Onofre Varela, para a 4ª Caminhada pelo Rio Tinto – 2010.....	49
Figura 7 – Fotografia feita em 2012 durante as obras de instalação do metro em Rio Tinto.	50
Figura 8 – Parque do rio Tinto na freguesia de Rio Tinto.....	51
Figura 9 – Parque do rio Tinto na freguesia de Rio Tinto.....	51
Figura 10 – Publicação nas redes sociais da Associação Corredor do rio Leça lembrando as atividades dos pescadores e lavadeiras	56
Figura 11 – Publicação nas redes sociais da Associação Corredor do rio Leça esclarecendo sobre o movimento natural do rio em seu leito de cheia	56
Figura 12 – Diálogo em rede social acerca da situação da poluição nos diferentes trechos do rio.....	58
Figura 13 – Trecho do Rio Leça em Leça do Balio após períodos de cheias.....	59
Figura 14 – Trecho do Rio Leça em Leça do Balio após períodos de cheias.....	59
Figura 15 – Matéria no jornal local “Voz de Antas” sobre a poluição no rio Neiva, em setembro de 1979	61
Figura 16 – Matéria no jornal “O Forjanense” sobre a proposta de construção de barragem no rio Neiva.	62
Figura 17 – Córrego inicial do Rio Verruga na Reserva do Poço Escuro.....	66
Figura 18 – Rio Verruga, 4 quilômetros após sua nascente principal.....	66
Figura 19 – Vista panorâmica de Vitória da Conquista, em 1937, com identificação dos principais elementos constitutivos.....	67
Figura 20 – Saída do núcleo urbano de Vitória da Conquista em 1920.	68
Figura 21 – Vitória da Conquista vista a partir da Igreja Matriz, no final da década de 1930, com sinalização dos pontos de interesse.	70
Figura 22 – Evolução urbana de Vitória da Conquista em torno do Rio Verruga durante o século XX.....	71
Figura 23 – Açude de Vitória da Conquista.....	73
Figura 24 – Açude de Vitória da Conquista.....	73
Figura 25 – Obras de limpeza da área da planície de inundação do Rio Verruga.....	76

Figura 26 – Expansão urbana na área do Conquistinha.	78
Figura 27 – Vista do Conquistinha e da área remanescente do Aguão a partir do local das obras de implantação do loteamento Caminho do Parque em 1982.....	79
Figura 28 – Volume de água descendo pelo antigo curso do Rio Verruga após intensa chuva ocorrida em 1969.	82
Figura 29 – Delimitação gráfica do Parque Ambiental do Rio Verruga constante no Anexo II do Decreto nº 18.720/2018.....	114
Figura 30 – Poligonal do Parque Ecológico do Verruga definida pelo Decreto nº 19.394/2019.....	115
Figura 31 – Poligonal do Parque Ambiental do Rio Verruga discriminada no Decreto nº 20.780/2021.....	116
Figura 32 – Poligonal do Parque Natural Municipal do Rio Verruga apresentada na Lei nº 2.907/2024.....	117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização.....	14
1.2 Justificativa	23
1.3 Objetivos.....	25
1.4 Enquadramento metodológico	27
1.5 Categorização dos entrevistados	32
1.6 Estrutura da Tese: um percurso pelos rios e memórias.....	36
2 RIOS QUE CONTAM HISTÓRIAS	38
2.1 Populações do Norte de Portugal e suas relações com os rios	43
2.1.1 Rio Tinto: uma testemunha da reconquista que perdeu seus vínculos.....	46
2.1.2 Rio Leça: degradação, memória e a difícil reconstrução do pertencimento	54
2.1.3 Rio Neiva: memória viva e o fortalecimento do pertencimento	60
2.2 Vitória da Conquista e o Rio Verruga: um fio de água na memória urbana	65
2.3 Ecos entre margens: aproximações entre o Verruga, Tinto, Leça e Neiva	82
3 QUANDO A CIDADE LEMBRA: OS RIOS NO ESPAÇO URBANO E SUAS AFETIVIDADES	85
3.1 Rios urbanos, memória coletiva e o pertencimento ao território.....	88
3.2 A presença dos rios na vida dos habitantes: a memória coletiva como estrutura de pertencimento	91
4 DIÁLOGOS (IM)POSSÍVEIS: PODER PÚBLICO, SOCIEDADE E A GESTÃO DOS RIOS	108
4.1 Vitória da Conquista e o Rio Verruga: memória suprimida, modernização urbana e desafios da reconstrução afetiva.....	112
5 CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS	122
FONTES ORAIS	130
APÊNDICE A – Termos de consentimento	131
APÊNDICE B – Roteiros de entrevista	136

1 INTRODUÇÃO

Para que fique claro, tenho minha essência urbana, gosto de viver na cidade, esse lugar complexo e tão cheio de possibilidades. Gosto da vida em sociedade, de estar junto às pessoas, que seguem aprendendo a conviver no mesmo espaço e, por isso, estudo a cidade. Porém, me interessa a reflexão sobre a relação existente entre os diferentes grupos populacionais e o meio ambiente que o cerca e de como podemos tratar os elementos naturais dentro das cidades na atualidade. Afinal, a atmosfera urbana possui, antes de tudo, ecossistemas naturais, modificados pela ação humana.

Neste trabalho, me debruço sobre essa transição entre o espaço natural e o espaço urbano ao estudar, inicialmente, o Rio Verruga dentro da trajetória urbana de Vitória da Conquista, Bahia, mas também me deixo levar por outros paralelos de cidades ribeirinhas e da cultura urbana, na constante busca por melhores caminhos para vivermos juntos com saúde e harmonia.

Nasci e cresci em Salvador, capital da Bahia, e minha percepção da relação entre o urbano e o natural sempre esteve mais relacionada ao mar. Salvador é uma península onde o mar se faz presente no imaginário coletivo a todo momento. Minha aproximação com os rios urbanos se iniciou quando passei a residir em Vitória da Conquista, em 2013, e foi aprofundada durante o Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, quando, para estudar a dinâmica urbana de Vitória da Conquista, se tornou imperativo estudar sua relação com o Rio Verruga. Desde então, surgiram diversos questionamentos a respeito da construção de cidades em detrimento dos espaços naturais e do porquê de a cultura contemporânea excluir tanto os elementos naturais dos espaços antropizados, nessa tentativa de controle absoluto do espaço.

Ao estudar o processo de ocupação do interior da Bahia e a fundação da cidade de Vitória da Conquista, surgiu, naturalmente, uma necessidade de entender melhor a dinâmica da colonização estabelecida pelos portugueses e as raízes que configuraram o território atual. Nessa busca, ocorreu uma aproximação com a história de Portugal que se misturou com a história de minha própria família nas regiões de Rio de Contas, Brumado e Vitória da Conquista, na Bahia. Essa busca pelo passado ecoa nos caminhos para o futuro, acentuando a reverberação, pela memória, nas ações presentes que configuram o devir.

O estudo da conformação das cidades no Brasil colônia remeteu à conformação das cidades portuguesas e a uma curiosidade sobre como Portugal estabeleceu a urbanização frente à relação da população com os rios. Como a curiosidade sobre o passado não bastou em si mesma, foi preciso ir adiante em uma pesquisa sobre quais as políticas públicas atuais que direcionam essa relação entre cidades e rios em Portugal e na União Europeia. O estudo mais

aprofundado dessas questões se tornou possível através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) disponibilizado pela CAPES e PPGMLS, pelo qual pude imergir na cultura portuguesa durante seis meses estudando na Universidade do Porto. Durante esse período, pude me aproximar da realidade de outros três rios de pequeno curso e entender que, apesar das diferenças culturais, nossas cidades têm muito em comum.

1.1 Contextualização

Durante o processo de construção das cidades contemporâneas no mundo ocidental, a percepção do ser humano sobre os elementos da natureza passou por transformações significativas. Segundo Gonçalves (2023, p. 25), “a natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza”. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento à natureza, presente em sociedades atualmente consideradas “primitivas”, foi gradualmente substituído pela ideia de natureza como um “objeto a ser possuído e dominado” (Gonçalves, 2023, p. 34).

Essa concepção alcança seu auge com o avanço da sociedade de consumo, especialmente a partir da Revolução Industrial, quando os elementos naturais passam a assumir, definitivamente, o papel de mercadorias. A exploração da natureza, nesse contexto, visa atender às demandas industriais, desconsiderando a capacidade de regeneração e de permanência desses recursos em um novo contexto socioespacial.

Frente ao novo cenário industrial, surgiram, ainda no final do século XIX, as primeiras reflexões sobre uma preocupação ecológica. Engels, ao analisar o desenvolvimento do trabalho humano, já advertia para a possibilidade de degradação ambiental decorrente da ação desmedida do ser humano sobre o espaço natural:

Não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras. [...] Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. (Engels, 2006, p. 7).

Escrita por volta de 1876, a análise de Engels demonstrava uma confiança nos avanços científicos do século XIX, acreditando que o desenvolvimento das ciências naturais permitiria ao ser humano prever e controlar melhor as consequências de suas ações, reestabelecendo uma conexão entre a cultura ocidental e a natureza:

Sobretudo depois dos grandes progressos alcançados neste século pelas ciências naturais, estamos em condições de prever e, portanto, de controlar cada vez melhor as remotas consequências naturais de nossos atos na produção, pelo menos dos mais correntes. E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será essa ideia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, ideia que começa a difundir-se pela Europa sobre a base da decadência da antiguidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo. (Engels, 2006, p. 7)

Contudo, o que se verificou no século XX foi o oposto do que Engels previa. O avanço tecnológico, embora tenha ampliado a capacidade humana de controlar os efeitos imediatos de suas ações, acabou por reforçar a lógica de dominação sobre a natureza e a ideia da superioridade humana, aprofundando a separação entre o ser humano e o meio natural.

Essa separação, entretanto, não surgiu com a industrialização, a concepção do mundo como mercadoria a ser explorada já estava sendo cunhada na sociedade ocidental desde a ascensão do cristianismo durante a Idade Média. Como observa Leonardo Benévolo:

Fora das portas da cidade encontram-se de súbito florestas, pântanos, campos despovoados e montanhas, que todavia - na organização mental da pregação cristã - perderam a sacralidade pagã e pertencem a um universo criado, sempre potencialmente acessível à iniciativa humana e à sua disposição. (Benévolo, 1995, p. 40).

Essa construção cultural, reforçada ao longo dos séculos e consolidada no pós-guerra com o modelo produtivista e consumista, deixou como herança para a sociedade do século XXI um cenário de escassez de “recursos” naturais essenciais à vida humana, entre eles, a água doce. Embora a água seja cultuada, por vezes isoladamente, em diversos grupos sociais e tradições religiosas, no aspecto prático do desenvolvimento da sociedade ocidental, pouco foi feito para assegurar que as fontes de água do planeta se mantivessem preservadas.

Nas últimas décadas, no entanto, a pauta da preservação das águas doces assumiu destaque nas discussões internacionais, perante a sua crescente escassez, revisitando a relação estabelecida com os cursos d’água durante a expansão das cidades ao longo do século XX. O

primeiro Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento da Água, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2003 explicita que,

No início do século XXI, a Terra, com suas diversas e abundantes formas de vida, incluindo mais de seis bilhões de humanos, enfrenta uma grave crise hídrica. Todos os sinais sugerem que ela está piorando e continuará a piorar, a menos que medidas corretivas sejam tomadas. Esta crise é de governança hídrica, causada essencialmente pelas maneiras como a gerimos mal. Mas a verdadeira tragédia é o efeito que ela tem na vida cotidiana das pessoas pobres, que são atormentadas pelo fardo de doenças relacionadas à água, vivendo em ambientes degradados e frequentemente perigosos, lutando para garantir a educação de seus filhos, ganhar a vida e ter o suficiente para comer. (United Nations, 2003, p. 4, tradução nossa)¹.

Atualmente, compreende-se com maior nitidez o impacto que as diretrizes consideradas inovadoras no planejamento urbano do século passado causaram sobre os processos hidrológicos naturais, afetando diretamente a disponibilidade e a qualidade da água doce nas cidades. As alterações hidrológicas derivadas da ação humana operam em múltiplas escalas – local, regional e global – e estão diretamente relacionadas aos fenômenos climáticos, desde os de menor abrangência, como as ilhas de calor, até os de escala planetária, como o aquecimento global. Tais transformações climáticas repercutem nos regimes de chuva e acentuam os momentos de escassez e de abundância de água, tornando mais frequentes as secas severas e as intensas inundações nas cidades contemporâneas.

Em consonância com essa perspectiva, Ermínia Maricato chama a atenção para a importância em se considerar as bacias hidrográficas como “unidades obrigatórias para a abordagem do planejamento urbano” (Maricato, 2013, p. 79), alertando que:

O urbanismo modernista tradicional desconsiderou aspectos naturais como esse e nada faz crer que as matrizes oriundas do neoliberalismo o façam. Elas continuam privilegiando o enfoque econômico mais do que nunca. Entretanto, após os anos 70, devido à forte presença do movimento ambientalista em nível internacional, a abordagem territorial por meio de bacias começou a se impor e tudo leva a crer que sua adoção é uma questão de tempo, inclusive devido à radicalização de desastres como as enchentes e epidemias.

¹ Texto original do Relatório *Water for People, Water for Life*: “At the beginning of the twenty-first century, the Earth, with its diverse and abundant life forms, including over six billion humans, is facing a serious water crisis. All the signs suggest that it is getting worse and will continue to do so, unless corrective action is taken. This crisis is one of water governance, essentially caused by the ways in which we mismanage water. But the real tragedy is the effect it has on the everyday lives of poor people, who are blighted by the burden of water-related disease, living in degraded and often dangerous environments, struggling to get an education for their children and to earn a living, and to get enough to eat.”

Os rios e mananciais que abasteciam no passado as povoações tiveram seu papel profundamente modificado durante a intensa urbanização experimentada no século XX, intensificando a contaminação das águas e institucionalizando o acesso à água potável. Nesse processo, o recurso água passou a ser apropriado e distribuído de forma desigual entre as diferentes classes e grupos sociais. Segundo Ermínia Maricato, as áreas urbanas consideradas “ambientalmente frágeis – beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale – que, por essa condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que ‘sobram’ para a moradia de grande parte da população” (Maricato, 2000, p. 163), que fica exposta ao consumo da água contaminada, às enchentes e às crises sanitárias relacionadas à precariedade do saneamento.

O que ainda se vê é uma grande discrepância entre a cidade formal e a cidade informal no que tange ao acesso aos serviços básicos, onde os grupos populacionais de menor renda seguem sendo os mais prejudicados, com pouca participação nas decisões públicas e representação política limitada. Para Patrícia Rodin (2021, p. 5),

[...] os estudos dos conflitos ambientais, por um lado, objetivam explicitar que a relação sociedade-natureza é informada por relações assimétricas de poder, demonstrando empiricamente que as desigualdades ambientais são um correlato das desigualdades sociais – politizando, assim, o debate ambiental.

Diante desse cenário, torna-se fundamental tratar a gestão da água como tema prioritário das políticas públicas, tanto no que diz respeito à preservação de mananciais e do seu correto manejo, quanto ao olhar sensível às diferentes relações econômicas e sociais existentes nos territórios ribeirinhos urbanos. Com essa perspectiva, também se faz importante o incentivo a mudanças culturais e econômicas que favoreçam uma relação mais consciente da sociedade com os ciclos naturais da água, de forma que o cuidado com os mananciais seja compreendido como um dever coletivo, uma vez que são os indivíduos que compõem e constroem a vida em sociedade, numa tentativa de reestabelecer uma convivência saudável com os cursos d’água naturais nas cidades contemporâneas.

O destaque das transformações ambientais na agenda internacional nas últimas décadas alerta que “a escassez de água está se tornando endêmica como resultado ao impacto local do estresse hídrico físico, associado à crescente disseminação da poluição de água potável” (United Nations, 2023, p.14, tradução nossa). Para Cecilia Polacow Herzog (2013, p. 90), “consumimos e poluímos mais água do que a biosfera tem condições de regenerar”, e acrescenta:

Rios, lagos e oceanos estão sendo poluídos por ações humanas [...] ao mesmo tempo, estão sendo eliminados os ecossistemas naturais que infiltram, detêm, retêm e filtram as águas, além de protegerem de erosão as margens de corpos d'água para evitar o seu assoreamento e degradação. Com isso, está ocorrendo contaminação generalizada dos recursos hídricos do planeta [...], além da alteração dos ciclos hidrológicos. (Herzog, 2013, p. 91).

O processo de conscientização coletiva sobre a importância do cuidado com o meio ambiente teve início a partir das discussões da Organização das Nações Unidas (ONU) na Conferência de Estocolmo em 1972 e ganhou força na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como “Cúpula da Terra”. Nesta última, foi lançada a Declaração Universal dos Direitos da Água e instituído o Dia Mundial da Água, com o objetivo de fomentar uma nova mentalidade sobre o seu uso e conservação e incentivar um pensamento crítico durante a sua utilização frente a uma iminente escassez. Essas ações se traduzem na construção de memórias coletivas que têm o potencial de solidificar a importância do correto manejo da água.

Ao tratarmos da construção de memórias coletivas, e para que o estudo sobre a presença da água na vida urbana seja aprofundado, é imprescindível compreender a articulação entre os conceitos de paisagem, espaço, percepção e tempo. Nessa análise, distingue-se o espaço vivido da paisagem, entendida como uma percepção externa e estática do espaço. Milton Santos propõe uma diferença analítica fundamental entre paisagem e espaço:

O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade. (Santos, 1988, p. 25).

A paisagem seria apenas uma face momentânea do espaço, que se contrapõe ao movimento inerente ao último, portanto, “paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (Santos, 2006, p. 66). Ela reúne em si objetos construídos em diferentes momentos que coexistem no presente, por isso, apesar da sua aparente fixidez, como uma “história congelada”, a paisagem está repleta de camadas temporais que exige interpretação, participando da “história viva” (Santos, 2006, p. 69).

Já o espaço incorpora a vida social, as práticas, os usos e os valores que transformam continuamente o significado das formas da paisagem, resultando do “casamento da sociedade com a paisagem” (Santos, 1988, p. 25). O espaço integra a paisagem às dinâmicas vivas, “são essas formas mais a vida que as anima” (Santos, 2006, p. 66).

Essa distinção analítica evita reduzir a paisagem à mera aparência ou percepção visual imediata, ela deve ser compreendida como uma materialidade relativamente estável que oferece suporte para os processos sociais que se expressam no espaço. A paisagem sozinha não explica o movimento da sociedade, ela precisa ser analisada em articulação com o espaço para que se compreendam as transformações sociais, introduzindo, assim, a variável tempo à análise.

Ao introduzir a noção de duração, Henri Bergson contribui para o entendimento da construção espacial da paisagem como um fluxo contínuo. Para ele, “não há percepção que não se prolongue em movimento” (Bergson, 1999, p. 105), sugerindo que o espaço percebido está constantemente sendo alterado em sua duração pela ação e pela vivência. A paisagem, assim, não se esgota na contemplação, ela é permanentemente ressignificada pela experiência cotidiana, pela memória e pelos afetos. O espaço vivido emerge, então, como uma atualização contínua da paisagem, animada pelas práticas sociais e pelas temporalidades dos que a habitam em uma construção que está sempre no presente (Santos, 2006, p. 67).

Dessa forma, é possível concluir que a percepção do espaço, isolada em uma paisagem, sem uma vivência que a reconfigure continuamente, não afeta a vida humana de forma profunda como o fazem as experiências vividas. Ao contrário, as experiências de interação no espaço, que podem ser percebidas ao longo do tempo, ao afetarem os indivíduos, constroem suas memórias.

Nesse sentido, é possível aproximar a paisagem urbana da memória coletiva, uma vez que ambas são formadas por sobreposições de marcas do passado que sobrevivem no presente e só ganham sentido quando reconhecidas, reinterpretadas e apropriadas pelas vivências. Assim como a memória conserva e reorganiza experiências, a paisagem guarda vestígios materiais que podem ser lidos e reativados a partir da percepção contemporânea do espaço. A memória, nesse contexto, opera como uma ferramenta de leitura da paisagem, é através dela que o passado inscrito no espaço se torna inteligível no presente. Sem a memória, a paisagem perde sua relevância e se torna apenas um conjunto de formas, sem um significado espacial.

É importante, também, reconhecer a diferenciação entre memória e história. Como observa Pierre Nora (1993, p. 9), “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”. Sob essa perspectiva, a história surge quando a memória se fragiliza, tentando preservar, através dos registros e documentos, o que deixou de ser vivido. Nesse ponto, é relevante destacar que a história atua como um trabalho de enquadramento da memória (Pollak, 1992, p. 6-7), estabelecendo os limites do que é lembrado, esquecido ou silenciado, e que a memória, por ser um fenômeno socialmente construído e

constantemente reorganizado, não existe fora desse enquadramento histórico, configurando uma relação de interdependência. Essa perspectiva permite compreender a paisagem como um espaço de inscrição das memórias, mas também como espaço de disputas de narrativas sobre o passado.

Ao estudar a memória, Fentress e Wickham (1992) observam, ainda, que esta tem a capacidade de revelar quem somos e de articular como nos apresentamos ao mundo, estruturando, assim, a nossa identidade:

Quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios para nós próprios e para aqueles que nos rodeiam. Na medida em que a nossa “natureza” – o que realmente somos – se pode revelar de um modo articulado, somos aquilo de que nos lembramos. Sendo assim, então um estudo da maneira como nos lembramos – a maneira como nos apresentamos nas nossas memórias, a maneira como definimos as nossas identidades pessoais e colectivas através das nossas memórias, a maneira como ordenamos e estruturamos as nossas ideias nas nossas memórias e a maneira como transmitimos essas memórias a outros – é o estudo da maneira como somos. (Fentress; Wickham, 1992, p. 20).

Mesmo sendo a memória uma ferramenta capaz de articular a representação do indivíduo para si mesmo, Maurice Halbwachs defende que as recordações humanas operam dentro de “quadros” sociais e possuem um carácter essencialmente coletivo:

É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (Halbwachs, 2003, p. 39).

Assim, considera-se que, ao se realizar no indivíduo, cada memória se torna “um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (Halbwachs, 2003, p. 69). A memória individual, então, é constantemente influenciada pelas interações sociais que estabelecemos no espaço. Nesse contexto, o espaço não pode ser compreendido como simples suporte físico das atividades humanas, mas como um fator estruturante das experiências sociais e culturais:

É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa

imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (Halbwachs, 2003, p. 170).

O compartilhamento dos espaços vividos traz a referência ao grupo e, com ela, o reconhecimento de sua história, fortalecendo os vínculos identitários dos grupos humanos. A memória, portanto, torna-se uma forma de representação social, que vincula o indivíduo a um território simbólico compartilhado.

Esse território simbólico é entendido, aqui, como o lugar das experiências cotidianas, como explica Krenak (2015b, p. 241), “seu território cultural, lugar onde tudo tem significado”, mas também como o resultado das relações de poder, pertencimento e produção simbólica que os grupos estabelecem no espaço. O conceito de território utilizado nesta tese se aproxima, então, da definição apresentada pelo geógrafo Claude Raffestin (1993, p. 143)., que afirma que:

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (um ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço.

Dessa forma, o território só existe quando o lugar é apropriado pelos atores que configuram o espaço, envolvendo dimensões políticas e culturais em uma construção social e histórica que expressa disputas, memórias e identidades. A apropriação territorial implica o reconhecimento das práticas de convivência que transformam o espaço em lugar de memória coletiva. Para Pesavento (2008, p. 9), os habitantes citadinos “são também atores e agentes da história, portadores de memória”, construindo relações cotidianas com o espaço urbano e escolhendo subjetivamente seus pontos de referência, os quais lhes permitem situar-se no tempo e no território, integrando o imaginário coletivo da cidade (Pesavento, 2008, p. 4). Paul Ricoeur (2016, p. 27), por sua vez, acrescenta que é na organização espacial da cidade que se pode ler sua história cultural, tornando a cidade um espaço narrativo onde se inscrevem simbolicamente os valores, conflitos, ausências e permanências de uma sociedade.

A complexidade das relações com o espaço e suas modificações ao longo do tempo suscita, portanto, análises que abarquem os diferentes contextos sociais e culturais que se sobrepõem nas aglomerações urbanas. Essas camadas se constituem como marcas que podem ser entendidas como uma “reverberação espacial” das relações humanas. A cidade, nesse sentido, não é percebida como um conjunto uniforme de formas, mas como um campo denso

de experiências cotidianas. Como destaca Françoise Choay (1979, p. 48)., a percepção da cidade pelos que nela vivem não se dá como uma contemplação passiva:

As pesquisas sobre a *percepção da cidade* tiveram como primeiro resultado o esclarecimento de sua *especificidade*. Uma cidade não é percebida pelos que habitam nela como um quadro; sua percepção é, para eles, organizada de modo radicalmente diferente, em função de séries de laços existenciais, práticos e afetivos que os unem a ela.

Assim, compreender a paisagem urbana como uma materialidade que concentra vestígios de diferentes tempos e o espaço como o movimento social que lhe confere novos usos e significados, é fundamental para pensar a cidade como um lugar vivo, em constante transformação. A memória, ao conduzir a leitura dessa paisagem, permite reconhecer as marcas do passado e atribuir sentido e valor ao presente, mobilizando afetos e vínculos.

Dessa forma, os rios urbanos não podem ser vistos apenas como infraestruturas naturais ou canais de drenagem, mas como territórios dotados de memória, capazes de articular a história, as práticas sociais e os afetos urbanos. Reconstruir a memória desses lugares, muitas vezes invisibilizada ou silenciada, torna-se condição para criar um sentimento de pertencimento que proporcione a responsabilidade coletiva por sua recuperação e preservação.

É sob essa perspectiva que o presente trabalho considera a necessidade de compreender o espaço urbano como local de múltiplas experiências humanas, pautadas em repertórios de vivências específicos de cada grupo social em diferentes contextos históricos. Essa realidade impõe à gestão pública a responsabilidade de reconhecer as pluralidades como estruturantes nas decisões urbanas, suscitando um olhar sensível às trajetórias sociais e às memórias coletivas que moldam o pertencimento. Ao reconhecer os cursos d'água como parte integrante da identidade da cidade, é possível vislumbrar caminhos para formas de gestão mais sensíveis e participativas, que articulem justiça ambiental e direito à cidade.

A pesquisa adota esse referencial para interpretar as experiências urbanas relacionadas aos rios, por meio de entrevistas realizadas com moradores de diferentes contextos sociais e geográficos, aliadas a uma minuciosa pesquisa documental. Através das fontes, buscou-se captar as percepções sobre os cursos d'água urbanos, explorando as memórias, impressões, mudanças de pensamento e os sentidos atribuídos à presença ou ausência dos rios nas dinâmicas cotidianas ao longo das últimas décadas. A pesquisa revela não apenas preocupações ambientais contemporâneas, mas também resgates de vivências que contribuíram para a construção simbólica do espaço urbano. Ao articular memória, percepção e pertencimento, os depoimentos reunidos neste trabalho, contrapostos à pesquisa documental, permitem vislumbrar os principais

desafios e as possíveis estratégias para a reconstrução da relação entre cidade e rios, em direção a uma convivência harmônica, sensível e democrática com os cursos d'água.

1.2 Justificativa

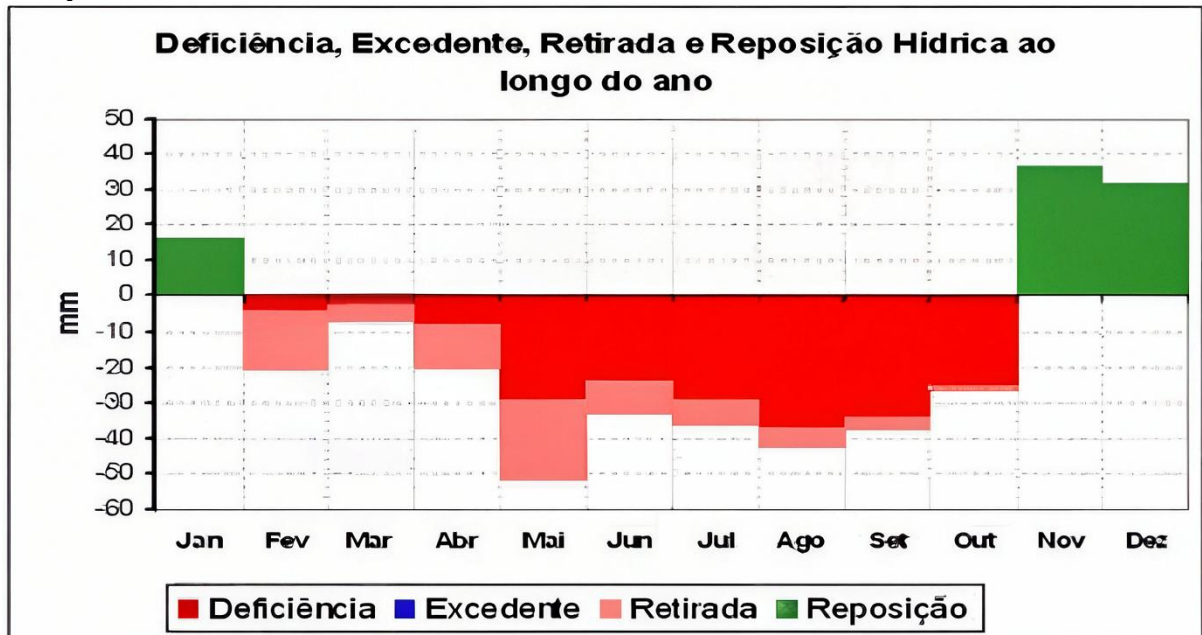
Esta pesquisa busca contribuir para a compreensão do papel da memória nos rumos da urbanização ao estudar a relação estabelecida entre as populações urbanas e os cursos d'água durante a constituição das cidades no último século. Ao se concentrar na dimensão da memória, a análise enfoca o caso do Rio Verruga em Vitória da Conquista (Bahia, Brasil) e estabelece paralelos com os casos dos rios Tinto, Leça e Neiva, na região Norte de Portugal.

O município de Vitória da Conquista, na Bahia, está inserido na região do Semiárido nordestino e integra uma área geográfica com vulnerabilidade hídrica muito alta (Bahia, 2013), conhecida como Sertão da Ressaca. Apesar de sua área urbana central abrigar a principal nascente do Rio Verruga, a região sofre, anualmente, com longas estações secas, conforme pode ser visualizado na Figura 01, na qual vemos que as chuvas significativas, que reabastecem os mananciais do município, acontecem apenas nos meses de novembro, dezembro e janeiro. Dessa forma, temos a maior parte do ano (de fevereiro a outubro) classificada como estação seca, quando os mananciais vivenciam uma deficiência hídrica.

Ao longo do século XXI, a cidade precisou recorrer ao racionamento no abastecimento de água em alguns momentos. O mais longo desses períodos de racionamento se deu entre maio de 2016 e julho de 2017, quando o município viveu sua maior crise hídrica após uma sequência de seis anos (de 2011 a 2016) com regime de chuvas abaixo da média histórica, como pode ser verificado na Figura 02. Na imagem, observa-se que a média pluviométrica anual no período entre 1993 e 2012 (período em que temos os dados anuais em sequência) foi de 743 mm, volume de água que não foi alcançado entre 2011 e 2017, causando um déficit pluviométrico em um município que aumentava sua população, já abrigando mais de 300.000 habitantes².

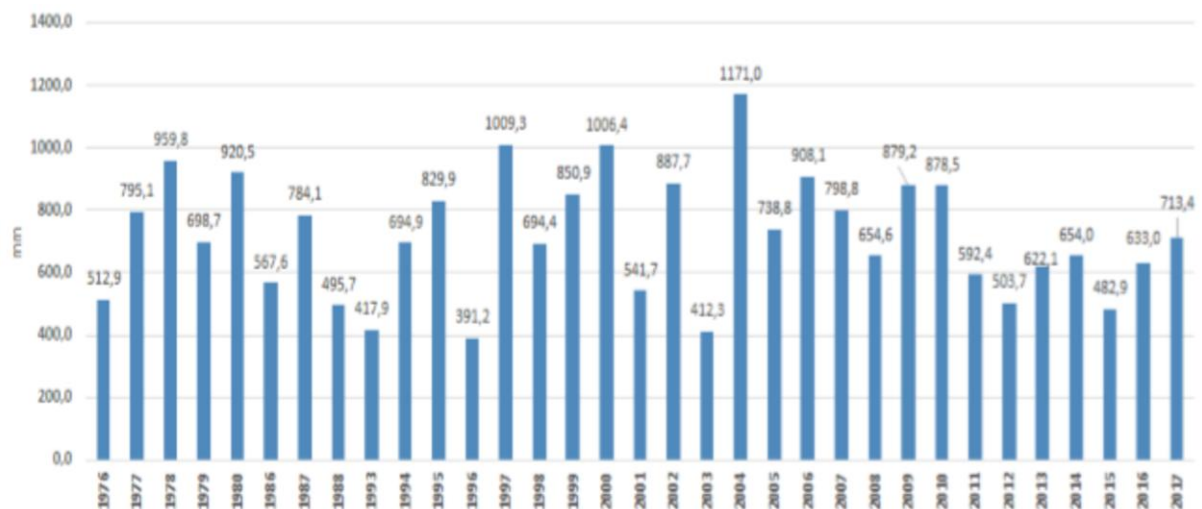
² De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010 Vitória da Conquista contava com uma população de 306.866 habitantes (IBGE, 2010), um acréscimo de quase 17% sobre a população do Censo Demográfico do ano 2000 (IBGE, 2001).

Figura 1 – Hidrograma do balanço hídrico característico do município de Vitória da Conquista



Fonte: Fundação Escola Politécnica – FEP (2018) a partir de INMET (in Vitória da Conquista, 2019a).

Figura 2 – Totais pluviométricos anuais de Vitória da Conquista no período entre 1976 e 2017



Fonte: Silva et al. (2018) a partir de INMET.

Estudos realizados na barragem que abastece o município (barragem de Água Fria) após o restabelecimento do fluxo de abastecimento apontaram que:

mesmo com a bacia de captação da barragem Água Fria II no ápice do volume útil de água, a situação ainda continua instável, por diversos fatores, como as irregularidades das chuvas, podendo a qualquer momento passar por um novo período de secas. (Conceição, 2018, p. 67).

No extremo oposto, constata-se que, nos períodos de chuva, a cidade sofre com constantes inundações e destruição de infraestruturas, o que leva a uma relação ambígua entre a população urbana e o elemento água.

Vitória da Conquista é classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como uma capital regional B, caracterizada como um centro urbano que possui área de influência de âmbito regional, incluindo o norte do estado de Minas Gerais, e abrangendo uma população de mais de dois milhões de habitantes (IBGE, 2020, p. 50). Segundo o IBGE, em 2022 a cidade contava com uma população de 370.879 habitantes (IBGE, 2022), resultando em um acréscimo populacional de mais de 20% em relação ao Censo Demográfico anterior de 2010.

Na cidade, o sistema de abastecimento de água tratada, com rede de distribuição que permitisse ligações domiciliares, só teve suas obras iniciadas na década de 1970. Até esse momento, a única fonte de abastecimento da população era a captação da água superficial e de subsuperfície do leito do Rio Verruga. Atualmente, os dados da empresa pública que administra o sistema (Embasa) informam que 97,18% de toda a área do município é atendida pela rede de abastecimento de água e 82,90% pelo sistema de esgotamento sanitário (Embasa, 2024), alcançando patamares considerados bastante elevados. Porém, há questionamentos constantes quanto à quantidade, qualidade e regularidade do abastecimento nas diferentes áreas da cidade.

Entre 2019 e 2020, foi elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) um Plano Municipal de Saneamento Básico, o qual averiguou que os valores de consumo de água *per capita* registrados no município eram “baixos frente à literatura, indicando uma demanda reprimida causada por deficiências no atendimento” (Vitória da Conquista, 2019c, p. 62). Quanto ao esgotamento sanitário, o Relatório de Diagnóstico Integrado e Cenários do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2020, elaborado pela Fundação Escola Politécnica da Bahia (FEP), verificou “a ampliação da rede de esgotamento sanitário na sede, sem completa adesão dos usuários ao sistema” (Vitória da Conquista, 2019b, p. 261), o que acarreta o despejo de esgotos *in natura* nos cursos d’água urbanos, gerando insalubridade e comprometendo a qualidade dos ecossistemas locais.

1.3 Objetivos

Frente a tais dados, esta pesquisa busca responder à seguinte questão-problema: de que maneira a rápida urbanização e a consequente degradação dos rios urbanos afetaram a relação

entre as populações e os cursos d'água e em que medida a memória coletiva pode atuar como força mobilizadora para a requalificação desses territórios?

Ao longo do texto, pretende-se analisar as diretrizes de ocupação dos territórios em relação aos cursos d'água durante o desenvolvimento das cidades no último século, investigando como essas dinâmicas influenciaram o acesso à água e a percepção sobre os rios urbanos em diferentes grupos sociais. A pesquisa examina, sob a perspectiva da memória, os elementos que contribuem para a construção de uma narrativa coletiva em torno dos rios analisados, buscando compreender se esses cursos d'água são percebidos na memória coletiva como um problema para a infraestrutura urbana ou como uma solução para questões ambientais e de abastecimento.

Partiu-se da hipótese de que a vivência direta nos territórios urbanos e a proximidade física com os rios suscitam a construção de memórias nos grupos sociais que se solidificam como memórias coletivas, socialmente partilhadas e afetivamente enraizadas, que fortalecem o sentimento de pertencimento ao espaço, promovendo maior engajamento social na conservação dos rios urbanos. Assim, a memória assume o papel de despertar nos grupos populacionais a disposição necessária para reivindicar transformações no espaço urbano e para pressionar o poder público por intervenções que valorizem os rios como parte integrante da vida na cidade.

Nas últimas décadas, entretanto, essa memória tem sido progressivamente enfraquecida. Com a institucionalização da oferta individualizada de água e o distanciamento físico e simbólico dos corpos d'água, os rios se tornam invisíveis, sua função diluída no cotidiano urbano e sua importância esquecida. O acesso à água, cada vez mais mediado por redes e dispositivos tecnológicos, parece contribuir para esse apagamento da relação sensível entre a sociedade e os cursos d'água, esvaziando o sentimento de pertencimento e reduzindo o potencial de mobilização social em torno de sua preservação.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, realizou-se um estágio doutoral na Universidade do Porto, em Portugal, com o intuito de expandir o escopo da pesquisa e aprofundar a compreensão sobre os modelos europeus de gestão urbana e sua relação com os rios. O estudo de casos de requalificação e renaturalização de cursos d'água em cidades portuguesas contribuiu para a construção de um olhar comparativo e crítico acerca da percepção social sobre os rios no espaço urbano contemporâneo.

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é analisar como as populações urbanas constroem, por meio da memória, suas relações com os rios nos diferentes contextos sociais, históricos e culturais em que estão inseridas. Busca-se investigar de que maneira as experiências individuais e coletivas moldam a percepção dos cursos d'água como elementos simbólicos e

estruturantes nas cidades. Nesse sentido, as entrevistas de história oral realizadas no Brasil e em Portugal servem como instrumento para acessar as narrativas coletivas, revelando como as práticas de abastecimento, as intervenções estatais e os processos de urbanização influenciaram a apropriação simbólica dos rios.

Como objetivo secundário, analisa-se comparativamente as políticas públicas adotadas no desenvolvimento urbano de cidades ribeirinhas brasileiras e portuguesas ao longo do século XX e início do século XXI. Serão discutidos os casos de Vitória da Conquista (Bahia, Brasil), Antas e Castelo do Neiva (Esposende e Viana do Castelo, respectivamente, em Portugal), Rio Tinto (Gondomar, Portugal) e Leça do Balio (Matosinhos, Portugal), estes dois últimos situados na Área Metropolitana do Porto. A análise buscou compreender os fundamentos políticos e culturais que orientam os projetos de gestão hídrica e requalificação ambiental, estabelecendo um diálogo entre os contextos nacionais e globais.

Ao centrar a análise no papel da memória coletiva, esta tese afirma que as intervenções para requalificação dos rios urbanos só tendem a alcançar a efetividade se promoverem a aproximação afetiva e simbólica entre os grupos populacionais e os rios. A memória, nesse contexto, não é apenas lembrança, é resistência, mobilização e possibilidade de transformação.

1.4 Enquadramento metodológico

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem histórica, que analisa as transformações na percepção dos grupos urbanos estudados frente ao acesso e utilização dos cursos d'água inseridos nas cidades durante os séculos XX e XXI. A estrutura metodológica combina levantamento de registros documentais e iconográficos com entrevistas de história oral realizadas com pessoas residentes em áreas próximas ao Rio Verruga, em Vitória da Conquista, Brasil, e ao Rio Neiva, no Norte de Portugal. Também foram pesquisados os rios Tinto e Leça na Área Metropolitana do Porto, em Portugal, por meio de visitas de campo, análise documental e levantamento de manifestações da sociedade publicizadas em meios digitais, mais especificamente em matérias de jornais digitais e em comentários em redes sociais. Uma vez estabelecido o conjunto de dados coletados, promoveu-se um entrecruzamento de fontes.

Esta pesquisa é parte integrante do Projeto intitulado **Memória, Cidade e Cultura**, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), constituindo-se como um desdobramento da dissertação de mestrado intitulada **Recordações e esquecimento de um rio**

urbano: o papel do Rio Verruga na dinâmica urbana de Vitória da Conquista, Bahia, apresentada em março de 2021 na mesma instituição.

No primeiro momento da pesquisa, após a definição dos objetivos, foram revisitadas as fontes levantadas durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado e selecionadas aquelas que ainda não haviam sido exploradas naquele primeiro trabalho. Em seguida, ampliou-se o referencial teórico, incorporando novas áreas de conhecimento e fontes documentais. No período entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023, a pesquisa contou com a colaboração da Universidade do Porto, em Portugal, junto ao Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), no âmbito de estágio de doutoramento promovido pela CAPES através do Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE), quando se investigou a relação da sociedade portuguesa com os rios urbanos e as políticas públicas de conservação adotadas nas últimas décadas. Nesse período, foram realizadas visitas de campo, diálogos com residentes e três entrevistas com protagonistas na preservação do Rio Neiva. Após o retorno ao Brasil, seguiram-se novas coletas documentais e a realização de outras duas entrevistas com importantes atores relacionados ao Rio Verruga.

O eixo principal de análise desta tese é a forma como a memória se manifesta nas diferentes fontes coletadas. Para a análise das entrevistas, utilizou-se a metodologia da história oral, que busca investigar experiências subjetivas relacionadas a temáticas coletivas, a fim de identificar os sentidos atribuídos aos objetos da pesquisa. Essa abordagem reconhece que os relatos orais possibilitam a apreensão dos múltiplos significados atribuídos aos cursos d'água urbanos a partir das memórias individuais e coletivas. Segundo Verena Alberti, a história oral “tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato” (Alberti, 2004, p. 9). A história oral permite ainda captar fragmentos da realidade que muitas vezes não estão registrados nas fontes oficiais, possibilitando a emergência de vozes silenciadas e a elaboração de novas narrativas sobre o território (Pollak, 1989). Portanto, é nos depoimentos orais que se busca apreender as experiências subjetivas e os significados atribuídos aos rios urbanos pelas populações locais.

A análise também recorre a variadas fontes documentais, que são mobilizadas de forma complementar para contextualizar e confrontar os depoimentos, acrescentando elementos que ajudam a interpretar as transformações nas percepções e usos dos cursos d'água ao longo dos séculos XX e XXI. A centralidade atribuída às entrevistas se justifica pelo potencial que as fontes orais oferecem para revelar percepções, memórias e significados que raramente são

encontrados em outras fontes, oferecendo acesso direto à forma como grupos sociais constroem e compartilham suas representações sobre os rios.

A metodologia da História Oral se propõe a ampliar as possibilidades de interpretação do passado no estudo da História contemporânea (Alberti, 2008, p. 155), possibilitando

[...] um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. (Aceves Lozano, 2006, p. 16).

Surgido em meados do século XX, o trabalho de história oral não está, necessariamente, em busca da verdade dos fatos, pois a memória é submetida a “uma série de limitações externas, habitualmente impostas pela sociedade – as limitações é que interessam aqui, não o rigor” (Roma; Birmingham in Fentress; Wickham, 1992, p. 10).

Ao abordar o rio como objeto de memória, a pesquisa dialoga com o pensamento de Maurice Halbwachs, já apresentado, que entende a memória como um fenômeno coletivo e socialmente construído. Ainda que as lembranças sejam expressas de maneira pessoal, elas são elaboradas no interior de quadros sociais compartilhados, os quais orientam o modo como se recorda e se atribui sentido aos eventos passados (Halbwachs, 2003). Busca-se, assim, determinar quais as memórias coletivas que se encontram presentes nas memórias individuais que puderam ser acessadas com as entrevistas, salientando que a escolha do caminho pelo qual o pensamento mnemônico percorre se dá através dos ensinamentos dos grupos sociais nos quais se insere. Nesse contexto, a memória é compreendida como fenômeno fluido, sujeito a flutuações, apagamentos, reelaborações e reinterpretções constantes, conforme apontam Nora (1993, p. 9) e Pollak (1992, p. 2). Trata-se de um material vivo, suscetível às limitações temporais e às experiências de vida que se ancoram em significados subjetivos, revelando formas de pertencimento e afetividade. Segundo Portelli (1997, p. 16-17):

A História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos – a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido. Em última análise, essa também é uma representação muito mais realista da sociedade, conforme a experimentamos.

Ao reconstruir as memórias urbanas a partir da oralidade, a pesquisa se propõe a compreender como os entrevistados e suas perspectivas coletivas se relacionam com os rios que

atravessam os seus territórios citadinos – entendidos aqui como os espaços de suas vivências nas cidades –, especialmente diante das transformações ambientais e urbanas vivenciadas nas últimas décadas.

Segundo Verena Alberti, a memória não se organiza de maneira cronológica e linear, é o entrevistado “que estabelece qual será o percurso da lembrança e da construção do pensamento” (Alberti, 2008, p. 178), por isso, as entrevistas de história oral utilizadas nesta tese foram conduzidas de forma a permitir que os entrevistados transitassem livremente por suas lembranças. A análise dessas narrativas buscou identificar as formas de apropriação simbólica dos rios pelos moradores, as experiências de escassez, usos cotidianos da água, transformações ambientais, bem como as marcas do apagamento dos cursos d’água nos territórios urbanizados. A metodologia, portanto, não foi apenas um meio para a coleta de dados, mas constituiu uma ferramenta crítica de construção de conhecimento sobre a memória coletiva, o espaço urbano e o meio ambiente.

A coleta dos depoimentos foi realizada pela autora nos anos de 2020 e 2023, por meio de entrevistas de história oral temáticas, realizadas individualmente e registradas por um aparelho telefônico com gravador de voz e por um caderno de anotações, no intuito de captar todos os detalhes dos depoimentos prestados ao incentivar a rememoração sobre algumas percepções acerca dos rios investigados. A história oral temática se caracteriza por “promover discussões em torno de um assunto específico” (Meihy; Holanda, 2015, p.38) e, apesar de apresentar subjetividades, “é mais passível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes e situações” (Meihy; Holanda, 2015, p. 38)

Antes do início de cada entrevista, os entrevistados receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou o Termo de Consentimento Informado, em Portugal, que são documentos que apresentaram a pesquisa de forma sucinta, fornecendo um embasamento a respeito do tema e informações sobre a dinâmica das entrevistas. Os modelos dos Termos de Consentimento fornecidos aos entrevistados encontram-se no Apêndice I desta tese.

As entrevistas foram realizadas com 15 (quinze) indivíduos residentes nos municípios de Vitória da Conquista (Brasil) e Esposende (Portugal), que vivenciaram os rios estudados e que se dispuseram a compartilhar alguma experiência de vida relacionada a estes cursos d’água. Em todas as entrevistas foram utilizados, exclusivamente pela autora, três modelos de roteiro – um primeiro para entrevistas sobre Vitória da Conquista, realizadas em 2020, o segundo para entrevistas em Vitória da Conquista, realizadas em 2023, e o terceiro para entrevistas realizadas em Portugal, em 2023 – com a enumeração de questões amplas que guiaram a condução das

entrevistas para o desenvolvimento de alguns aspectos relativos à vida e à inserção social dos entrevistados, como também às suas percepções sobre a água e os rios. Os roteiros encontram-se no Apêndice II desta tese.

As entrevistas realizadas em 2020, no âmbito do mestrado acadêmico, se deram após a aprovação da referida pesquisa no Comitê de Ética da UESB, sob parecer número 3.771.218, sendo que algumas delas aconteceram através de videoconferência, devido à necessidade do isolamento social imputada pela situação de pandemia decretada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em função da circulação mundial do vírus SARS-CoV-2.

Em 20 de janeiro de 2023, a presente pesquisa obteve parecer favorável da Comissão de Ética da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (CEFLUP) sob o número 33/CEFLUP/2023 e, em 23 de março de 2023, foi aprovada pelo Comitê de Ética da UESB sob o número 5.961.267. Todos os entrevistados que serão citados autorizaram a utilização de seus depoimentos neste trabalho, porém, para os participantes brasileiros, lhes foi facultada a sua identificação. Os que preferiram não ter seus nomes revelados no texto, receberam nomes fictícios. Para os participantes portugueses, as identidades serão preservadas de acordo com o Termo de Consentimento. Das 15 (quinze) entrevistas realizadas, 11 (onze) se deram de forma presencial e 04 (quatro) por videoconferência.

Ao adotar a investigação baseada na história oral, busca-se identificar os elementos da memória coletiva que estão presentes nas memórias individuais coletadas. Nesse sentido, a representatividade do número de entrevistados está no aspecto subjetivo dos depoimentos, “um conceito de representatividade qualitativa, mais do que quantitativa ou estatística” (Portelli, 1996, p. 4). A representatividade das entrevistas está nos elementos que unem as narrativas em um campo coletivo de sentido. Para Portelli (1996, p. 7-8),

No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.

Para analisar as falas dos entrevistados, então, é preciso considerar, além das experiências individuais, o grupo social no qual ele está inserido e a relevância assumida dentro da sociedade. Dessa forma, buscou-se entender, através dos relatos coletados, a relevância coletiva dos rios

urbanos para os grupos populacionais estudados e as modificações sentidas ao longo do crescimento das cidades.

1.5 Categorização dos entrevistados

As entrevistas realizadas foram separadas, primeiramente, em função dos diferentes rios estudados, dentro de duas culturas diversas, sendo 03 (três) entrevistas realizadas em Esposende, Portugal, e 12 (doze) entrevistas com pessoas que residiram, ou ainda residem, em Vitória da Conquista. Todos os entrevistados são pessoas que possuem uma intensa vivência com as respectivas cidades, de forma a serem capazes de elencar fatos e experiências de vida relacionadas aos rios.

A condução das entrevistas se deu a partir de questionamentos pontuais da autora sobre aspectos da história de vida de cada entrevistado, de acordo com um roteiro guia (Apêndice I), que incentivaram a rememoração sobre o tema. Entretanto, permitiu-se que a memória dos entrevistados guiasse o enredo da narrativa de forma livre, seguindo por direções variadas e discorrendo sobre assuntos diversos. Porém, alguns entrevistados preferiram limitar as suas falas às respostas objetivas dos questionamentos, exigindo um maior número de intervenções da autora com o intuito de incentivar o desenvolvimento do assunto abordado. Os 15 (quinze) entrevistados pertencem a diferentes grupos sociais e foram divididos com o seguinte critério:

Grupo 1: Entrevistados(as) que estiveram envolvidos(as) diretamente com a gestão pública de Vitória da Conquista ao ocuparem o cargo de secretário(a) municipal:

- Fernando Gomes de Oliveira – Nascido em Jequié, Bahia, em 1956, informou em entrevista que sempre frequentou Vitória da Conquista, desde sua infância, acompanhando os seus pais em atividades comerciais. Formou-se em engenharia civil e, após se casar, fixou residência no município em 1985. Com experiência prévia em obras de construção pesada, como rodovias, barragens e aeroportos, foi convidado a trabalhar na Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista (EMURC), sendo o responsável pela área de infraestrutura de drenagem e saneamento básico. Possui mestrado acadêmico na área de Geotecnia e foi secretário municipal de obras e urbanismo de Vitória da Conquista no período entre 1993 e 1996, durante o último mandato do prefeito José Pedral³, grande líder político local. A sua entrevista foi

³ José Fernandes Pedral Sampaio foi um importante líder político em Vitória da Conquista entre as décadas de 1960 e 2000, sendo eleito prefeito por três períodos e tendo participado dos mandatos de outros três prefeitos de sua base. Segundo o autor Durval Lemos Menezes, José Pedral Sampaio inaugurou o movimento político denominado Pedralismo, e afirma que “do ponto de vista sociológico, o pedralismo foi, sem dúvida, a mais forte e duradoura sociedade política de Vitória da Conquista” (Menezes, 2012, p.13). Sua ideologia política era alinhada à esquerda, porém, integrou diversos partidos políticos, sendo eleito prefeito pelos PSD, PMDB e PSB.

concedida de forma presencial em Vitória da Conquista na data de 15 de janeiro de 2020 e teve duração de uma hora e vinte e um minutos;

- Márcia Cristina Rocha Pinheiro – Nascida em Salvador, Bahia, em 1962, graduou-se em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1987. Após se casar, fixou residência em Vitória da Conquista em 1991. Com intensa experiência profissional na prefeitura de Salvador, na área de urbanismo e engenharia de tráfego, foi contratada como arquiteta pela Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista (EMURC) naquele mesmo ano. Em 1997, foi convidada para assumir o cargo de secretária municipal de serviços públicos de Vitória da Conquista, permanecendo no cargo até o ano 2000, durante o mandato do prefeito Guilherme Menezes⁴ do Partido dos Trabalhadores. No período entre 2001 e 2008, assumiu a secretaria municipal de transporte, trânsito e infraestrutura urbana de Vitória da Conquista durante o mandato do prefeito José Raimundo⁵, também do Partido dos Trabalhadores. Desde 2009, se dedica à sua carreira de arquiteta na iniciativa privada. A entrevista foi concedida de forma presencial em Vitória da Conquista na data de 21 de setembro de 2023 e teve duração de uma hora e seis minutos.

Grupo 2: Entrevistados(as) que residiram em Vitória da Conquista entre as décadas de 1940 e 1950, mas que não dependiam da água para executarem suas atividades profissionais:

- Ivany de Sá Porto – Nascida em Vitória da Conquista em 1932, passou parte de sua infância na zona rural do município, na fazenda da família. Aos sete anos de idade, fixou residência no centro urbano para iniciar seus estudos escolares. Filha do encarregado dos Correios e Telégrafos da cidade, Genésio Porto, ela se esforçou para seguir estudando até concluir o curso ginasial. Saiu de Vitória da Conquista após se casar, no início da década de 1950 e, atualmente, encontra-se aposentada residindo em Salvador. A sua entrevista foi concedida de forma presencial, em Salvador, na data 18 de janeiro de 2020 e teve duração de quarenta e um minutos;
- Ruy Hermann Araújo Medeiros – Nascido em Remanso, Bahia, em 1947, passou a residir em Vitória da Conquista aos cinco anos de idade, tendo relatado em sua entrevista que sempre se sentiu conquistense. Graduado em Direito, em 1971, pela Universidade Católica do Salvador, possui especialização em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Mestrado e Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade também pela UESB. Além de reconhecido advogado do município e ativista dos direitos humanos, tendo sido presidente da

⁴ O prefeito Guilherme Menezes foi dissidente da base política aliada de José Pedral, e exerceu quatro mandatos à frente da prefeitura de Vitória da Conquista entre os anos de 1997 e 2016 pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

⁵ José Raimundo Fontes é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e esteve à frente da prefeitura de Vitória da Conquista por dois mandatos consecutivos entre 2002 e 2008, entre os mandatos de Guilherme Menezes, configurando uma continuidade administrativa.

subseção de Vitória da Conquista da Ordem dos Advogados do Brasil, é também professor na UESB e grande pesquisador da história de Vitória da Conquista e da região. A entrevista foi concedida de forma presencial em Vitória da Conquista na data de 19 de fevereiro de 2020 e teve duração de uma hora e vinte e seis minutos.

- Angico (nome fictício) – Nascido em Vitória da Conquista em 1948, o entrevistado preferiu não ter o seu nome revelado. Durante sua infância e juventude, morou na área central da cidade, tendo residido alguns períodos em Salvador para estudar, entre 1962 e 1965 e entre 1967 e 1977, mas sempre frequentando a casa dos pais no centro da cidade. Atualmente, é aposentado e reside em Vitória da Conquista, onde concedeu a entrevista de forma presencial em 09 de março de 2020, com duração de vinte minutos.
- Antônio Roberto de Barros Cairo – Nascido em Vitória da Conquista em 1949, onde ainda reside e trabalha como comerciante. Em sua infância e juventude, morou na Rua dos Andrades, atrás da catedral municipal, núcleo inicial da cidade. Após se casar, residiu por muitos anos na área urbana mais alta do Conquistinha (área bastante abordada nesta pesquisa) durante as décadas de 1970 e 1980. A entrevista foi concedida a partir de videoconferência em 09 de setembro de 2020 e teve duração de trinta e um minutos.

Grupo 3: Entrevistadas que residem em Vitória da Conquista desde a década de 1940 e que dependem da água em suas atividades profissionais para sobrevivência:

- Jovina Maria da Silva – Nascida em Vitória da Conquista em 1945, na área urbana do Conquistinha, saiu da localidade apenas durante o ano de 1963 para trabalhar em São Paulo. Filha de lavadeira, estudou até a quarta série, mas sempre ajudou a mãe com a lavagem de roupas. Relata que teve muitas experiências de trabalho: em bar, feira e casa de família, mas a principal foi como lavadeira. Na época da entrevista, estava aposentada. A entrevista foi concedida de forma presencial em Vitória da Conquista, devido à dificuldade de acesso da entrevistada às tecnologias de videoconferência, na data de 13 de agosto de 2020, e teve duração de trinta e dois minutos;
- Amburana (nome fictício) – Nascida em Vitória da Conquista em 1945, a entrevistada preferiu não ter o seu nome revelado. Relata que sempre viveu na área urbana do Conquistinha e que trabalha desde os oito anos de idade como lavadeira, inicialmente ajudando a mãe solteira. A entrevista foi concedida de forma presencial em Vitória da Conquista, devido à dificuldade de acesso da entrevistada às tecnologias de videoconferência, em 03 de dezembro de 2020, com duração de vinte e nove minutos.

Grupo 4: Entrevistados(as) não naturais de Vitória da Conquista e que passaram a residir no município após o ano 2000:

- Fabiana Assis Pereira – Nascida em São Paulo em 1987, mudou-se para Vitória da Conquista em 2009 para cursar a universidade, residindo, inicialmente, no centro da cidade. Formou-se em biologia na Universidade Federal da Bahia, campus de Vitória da Conquista e, na época da entrevista, trabalhava como microempresária. A entrevista foi concedida a partir de videoconferência em 10 de setembro de 2020, com duração de oito minutos;
- Ticiane Sampaio Aguiar – Nascida em Salvador, Bahia, em 1982, é formada em Direito. Após casar-se, passou a residir em Vitória da Conquista, em 2013, estabelecendo-se, inicialmente, em apartamento situado próximo ao curso do Rio Verruga. A entrevista foi concedida a partir de videoconferência em 10 de setembro de 2020, com duração de nove minutos;
- Maricá (nome fictício) – Nascida em Salvador, Bahia, a entrevistada preferiu não ser identificada, e, por esse motivo, a sua apresentação será abreviada. Arquiteta e urbanista especialista em engenharia ambiental urbana, passou a residir em Vitória da Conquista em 2010. A entrevista foi concedida a partir de videoconferência em 11 de setembro de 2020, com duração de dezenove minutos;
- Patrícia Baier Krepsky – Nascida em Blumenau, Santa Catarina, em 1976, é graduada em Farmácia pela Universidade Federal do Paraná, possui mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em plantas medicinais e sistemas agroflorestais, passou a residir em Vitória da Conquista em 2009, quando assumiu o cargo de professora na Universidade Federal da Bahia, campus de Vitória da Conquista. Tem especial interesse nas ciências ambientais e busca vivenciar os ambientes naturais. Entrevista concedida de forma presencial em Vitória da Conquista em 06 de outubro de 2023, com duração de quarenta e quatro minutos.

Grupo 5: Entrevistados nascidos em Portugal e que estão ou estiveram envolvidos com a Associação Rio Neiva. Para as entrevistas realizadas em Portugal, a identidade dos participantes deverá ser preservada por questões éticas:

- Carvalho (nome fictício) – Nascido em Esposende em 1985, mudou-se do município em 2001 para estudar e retornou para Esposende em 2017. Licenciado em Gestão Turística e Hoteleira, na época da entrevista ocupava o cargo de presidente da Associação Rio Neiva, com a qual está envolvido desde o início da década de 1990. Entrevista concedida de forma presencial em Esposende em 29 de janeiro de 2023, com duração de cinquenta e quatro minutos;

- Sobreiro (nome fictício) – Pesquisador e gerente de projetos no setor cultural, é colaborador da Associação Rio Neiva. Colaborou com algumas informações durante a entrevista realizada com Carvalho (nome fictício), em Esposende, em 29 de janeiro de 2023, com duração de cinquenta e quatro minutos;
- Amieiro (nome fictício) – Nascido em Antas, Esposende, em 1958, é filho de agricultores. cursou escola técnica no município vizinho de Viana do Castelo no período entre 1971 e 1974, concluindo o Curso Geral de Administração e Comércio. Foi um dos fundadores da Associação Rio Neiva em 1989, quando passou a residir novamente em Antas. A entrevista foi concedida de forma presencial em Esposende em 04 de fevereiro de 2023, com duração de uma hora e trinta e quatro minutos.

1.6 Estrutura da Tese: um percurso pelos rios e memórias

O presente texto adota um percurso interdisciplinar, abordando questões relativas ao urbanismo, à geografia, à história e à sociologia, tomando os rios urbanos como fios condutores para pensar as complexas relações entre sociedade, espaço e memória. Partindo da compreensão de que a revitalização de cursos d'água urbanos só se torna efetiva quando há apropriação simbólica e sentimento de pertencimento por parte da população, a pesquisa busca construir uma abordagem que valorize a dimensão cultural e identitária desses espaços, para além de seus aspectos físicos.

O trabalho percorre experiências em diferentes contextos socioespaciais, abarcando Vitória da Conquista, no sudoeste baiano, e aglomerados urbanos situados no norte de Portugal, com foco nos rios Verruga, Tinto, Leça e Neiva. A análise parte de uma perspectiva comparativa, porém não busca uma homogeneização, e sim uma discussão a respeito dos modos como os rios foram incorporados à vivência urbana, apagados ou ressignificados por meio de práticas, narrativas e políticas de memória. Assim, a análise articula diferentes escalas e temporalidades, considerando os rios não apenas como objetos naturais, mas como lugares de significados, memória e disputa, onde se cruzam passados, presentes e futuros possíveis.

As três seções a seguir aprofundam essa reflexão em diferentes níveis. A seção 2 mergulha nas histórias e configurações espaciais dos rios estudados, discutindo sua inserção nas dinâmicas urbanas, os processos de transformação de suas margens, os marcos históricos de intervenção pública e os mecanismos de invisibilização ambiental. Com base em fontes documentais, cartográficas, iconográficas e relatos de memória, a seção evidencia como os rios deixaram de ser elementos estruturantes da cidade para tornarem-se, muitas vezes, elementos

esquecidos ou zonas de conflito ambiental e social. A análise revela como as trajetórias ambientais dos rios urbanos estão entrelaçadas aos processos históricos e culturais das sociedades em que se inserem.

A seção 3 aborda o papel da memória coletiva na configuração do espaço urbano e na reconstrução simbólica dos rios. Partindo das entrevistas realizadas e apoiado nas teorias da história oral e do estudo da memória, a seção investiga como os entrevistados elaboram e compartilham suas lembranças associadas aos rios, revelando camadas de sentidos afetivos, culturais e identitários. Discute-se, ainda, como essas memórias contribuem para a construção de pertencimentos e para a resistência diante de processos de apagamento e homogeneização do espaço urbano.

Na seção 4, analisa-se a interface entre poder público e sociedade civil, discutindo as políticas de gestão hídrica, os programas de requalificação urbana e ambiental e as iniciativas de participação popular, destacando como essas dinâmicas podem contribuir, ou não, para práticas de gestão mais sensíveis e participativas. A partir do diálogo com fontes institucionais e com os relatos de atores sociais envolvidos, busca-se compreender como as ações do Estado moldam a relação dos grupos urbanos com os rios, e até que ponto as intervenções públicas reconhecem ou desconsideram os saberes locais e os vínculos afetivos estabelecidos com esses cursos d'água.

Assim, mais do que comparar modelos de intervenção, esta tese busca compreender os rios como espaços de produção de sentido capazes de revelar as contradições das cidades contemporâneas.

2 RIOS QUE CONTAM HISTÓRIAS

Desde as primeiras civilizações conhecidas, a proximidade de uma fonte de água é um fator essencial para a formação de núcleos urbanos, sendo a garantia de abastecimento fundamental para o cultivo de alimentos e a criação de animais. Geralmente, tais fontes se constituíam em cursos naturais de água que também funcionavam como facilitadores nos deslocamentos pelo território (Mumford, 2004, p. 68). Os cursos d'água naturais, além de permitir o desenvolvimento das atividades agrícolas e comerciais, também foram incorporados como elementos centrais na cultura de muitos povos. A relação com as águas é uma pauta importante em praticamente todas as formas culturais humanas, ocupando uma posição simbólica e mítica de destaque, sendo associada à fertilidade, à purificação e à renovação da vida (Tuan, 2015, p. 39; Silva, 1998, p. 22-23). Com a evolução dos agrupamentos humanos e a consolidação dos primeiros assentamentos urbanos, houve um progressivo controle coletivo da água (Mumford, 2004, p. 24), como ilustram os aquedutos romanos, as cisternas islâmicas e os canais hidráulicos medievais. Esses mecanismos demonstram o esforço contínuo das sociedades em aprimorar seus sistemas de abastecimento, refletindo a centralidade da água na estrutura do espaço urbano.

No contexto luso-brasileiro, a implantação das cidades seguiu um modelo próprio das cidades portuguesas. Segundo Teixeira (2015, p. 25):

A cidade portuguesa, nas suas múltiplas expressões ao longo do tempo, em Portugal e na sua disseminação pelo mundo, apresenta um conjunto de características morfológicas específicas, que a diferencia de outras culturas urbanas. Essas características têm um elevado grau de permanência, em diferentes contextos históricos e geográficos, sendo essas invariantes que asseguram a identificação das cidades portuguesas e determinam que estas cidades, para além das suas óbvias diferenças, apresentem uma familiaridade que é perceptível quando as visitamos e as percorremos.

Tal modelo era caracterizado pela adaptação do plano da cidade à disposição física do sítio e influenciou diretamente a lógica de implantação urbana no Brasil colônia. Ao contrário da matriz reticular hispano-americana, que seguia as “Leyes de los Reynos de Indias” (Baeta, 2005), o modelo português prezava por adequações ao relevo natural, privilegiando localizações em áreas elevadas, com fácil acesso à água e boas condições de defesa (Teixeira, 2015, p. 36). Os rios, nesse contexto, eram elementos estratégicos para o abastecimento e para a exploração do interior do território (Claval, 2010, p. 45), assumindo importância econômica e geopolítica decisiva.

A partir do século XIX, no entanto, a relação entre as cidades e os rios começou a se modificar profundamente, fruto da intensificação da urbanização provocada pela Revolução Industrial. O crescimento demográfico acentuado e a concentração de atividades industriais, que se instalavam, principalmente, ao longo das vias fluviais (Benevolo, 1995, p. 176), fizeram nascer uma “nova ordem do espaço urbano”, entendida na época como uma “desordem”, e para a qual não se buscou desenvolver novas soluções dentro daquela lógica espacial (Kohlsdorf, 1985, p. 22-23).

Nessa época, em muitas cidades, as casas também eram dispostas de costas para os cursos d’água, de forma a facilitar o descarte de todo tipo de dejetos no rio. Sobre isso, e ao tratar dos costumes e métodos empregados no cultivo nas aldeias primitivas, onde se utilizavam os dejetos humanos e de animais para a fertilização do solo, Mumford (2004, p. 21) destaca: “As privadas, os esgotos e a poluição dos rios assinalam a data de encerramento do processo [fertilização do solo]: do ponto de vista ecológico, um passo atrás, e até agora um avanço técnico mais ou menos superficial”.

A ausência de políticas públicas de saneamento deu origem a cenários de insalubridade urbana extrema. As cidades industriais, como Londres e Paris, tornaram-se ambientes propícios à proliferação de epidemias, como o cólera, a febre tifoide e a tuberculose. As novas epidemias passaram, então, a ser explicadas pela teoria dos miasmas, que as atribuía aos ares malcheirosos, provenientes de matéria orgânica em decomposição, especialmente em ambientes úmidos.

A crença nos miasmas motivou um grande movimento para reformas urbanas e sanitárias, denominado movimento higienista, cujo objetivo era promover a limpeza física e moral das cidades, afastando os agentes considerados patológicos da convivência social. Tal movimento teve como expoente as intervenções feitas em Paris pelo barão Haussmann a partir da década de 1850 (Benevolo, 1995, p. 188), que foram seguidas pelas principais cidades mundiais.

A ideologia higienista passou a orientar uma série de intervenções urbanas que passavam pelo tamponamento de córregos, canalização de rios, abertura de avenidas largas para a ventilação e, também, pelo afastamento das populações pobres das áreas centrais (Choay, 1979, p. 6). Tais intervenções atingiam de forma enfática todos os cursos d’água urbanos, afastando-os do convívio com a sociedade.

Além dos objetivos sanitários, essas reformas urbanas serviram também a interesses econômicos mais amplos. A urbanização capitalista do século XIX e início do século XX transformou os rios em infraestruturas estratégicas para o crescimento industrial e comercial, mas também em barreiras para a especulação imobiliária nos centros urbanos. Nesse sentido, a

canalização e o tamponamento de córregos não foram apenas soluções sanitárias, mas também operações estratégicas que viabilizavam o uso econômico do solo urbano, eliminando os considerados “obstáculos naturais” para a expansão de avenidas, ferrovias e zonas industriais, e criando condições para a valorização imobiliária dos terrenos centrais.

A racionalidade técnica da salubridade não estava dissociada de uma racionalidade política e econômica que buscava “limpar” o espaço urbano central das moradias da população de baixa renda, deslocando-as para as áreas periféricas das cidades e liberando as áreas centrais para usos mais lucrativos. Essas estratégias foram reproduzidas em muitas outras cidades no mundo, consolidando um modelo de urbanismo que articulava saneamento, circulação e disciplina social ao imperativo de acumulação de capital. Segundo Lefebvre (2015, p. 25 – tradução nossa)⁶:

Ao mesmo tempo, o que complica a questão, o espaço construível, antes abundante, se torna escasso próximo dos centros urbanos. O espaço torna-se parte das novas e modernas escassezes. Essa escassez, mantida e utilizada em torno dos centros urbanos, permite uma especulação desenfreada. É necessário acrescentar que a escassez do espaço anda de mãos dadas com a crescente escassez de recursos e bens que antes eram abundantes: a água, o ar e até mesmo a luz?

É com esse pensamento que se consolida o chamado urbanismo progressista no início do século XX, um modelo de planejamento racionalista e tecnocrático que visava modernizar os centros urbanos por meio da segmentação funcional dos espaços, em busca de uma ideologia de eficiência, salubridade e controle espacial. Essencialmente funcionalista e homogeneizador, esse modo de planejar cidades não se preocupava com as características próprias do sítio, conforme apresenta Françoise Choay (1979, p. 21):

Esse tipo vai ser aplicado, de modo idêntico, por um espaço planetário homogêneo, cujas determinações topográficas são negadas. [...] “a arquitetura do bull-dozer” nasceu, nivelando as montanhas e cobrindo os vales. Com a condição de preencher suas funções e ser eficaz, os urbanistas adotarão o mesmo plano de cidade para a França, o Japão, os Estados Unidos e a África do Norte.

⁶ Texto original parte da intervenção do autor no *Congreso Internacional de la Vivienda*, em Santiago (Chile) e no *XXIII Congreso del Instituto Internacional de Sociología*, em Caracas (Venezuela), ambos ocorridos em 1972: “*Al mismo tiempo, lo que complica la cuestión, el espacio constructible, otrora abundante, se torna escaso en la proximidad de los centros. El espacio pasa a formar parte de las nuevas y modernas escaseces. Esta escasez, mantenida y utilizada, en torno a los núcleos urbanos permite una especulación desenfrenada. ¿Acaso es necesario añadir que la escasez del espacio corre pareja con la creciente escasez de recursos y de bienes antaño abundantes: el agua, el aire, e, incluso, la luz?*”.

Desprezando as características físicas do espaço a ser ocupado, o urbanismo progressista desprezava, também, os vínculos culturais e afetivos que as populações mantinham com os seus territórios – entendido nesse texto como um lugar de pertença. Ao adotar esse modelo de cidade, moldava-se uma cultura tecnicista, que se opunha a tudo que remetia a um passado pré-industrial. Cidades inteiras foram remodeladas para se adequar a esse novo ideal de ordem, racionalidade e controle do espaço e da sociedade.

No período pós-guerras, as sociedades vivenciaram uma intensificação no desenvolvimento das infraestruturas urbanas, e a busca por controlar a natureza se tornou mais incisiva. Com a expansão das redes de abastecimento por tubulações subterrâneas e a crescente tecnificação da gestão da água, os cursos d'água foram sendo relegados ao papel de canais de drenagem ou esgotos a céu aberto. O avanço dessa urbanização desconectada da natureza fez desaparecer, quase que totalmente, os rios da trama das cidades, e os locais de captação da água passaram a ser cada vez mais desconhecidos pelos habitantes citadinos, causando um distanciamento simbólico.

No Brasil, essa intensa urbanização foi sentida, principalmente, a partir da década de 1960, sem que houvesse uma preocupação com as consequências da modificação dos ciclos hidrológicos em meio urbano. Com essa realidade, os córregos e rios se consolidaram como depósitos de resíduos e vetores de descarte de águas sujas, tornando-se extremamente poluídos na maior parte das áreas urbanas.

Nesse sentido, o afastamento de certos grupos populacionais dos rios urbanos não pode ser entendido apenas como um processo cultural ou simbólico, mas como parte de uma lógica econômica que transformou a água em infraestrutura subordinada à valorização capitalista da terra. Essa lógica permanece ativa, reaparecendo em formas contemporâneas de revitalização de áreas ribeirinhas que, frequentemente, priorizam interesses turísticos e imobiliários em detrimento de necessidades sociais e ambientais mais amplas, gerando novos ciclos de exclusão e deslocamento populacional.

Esse distanciamento entre as populações urbanas e os cursos d'água foi consolidado historicamente pelas intervenções que seguiam as premissas do urbanismo progressista e das reformas higienistas. Desse modo, a marginalização física dos rios encadeou um processo cultural mais amplo de artificialização dos espaços e enfraquecimento dos vínculos entre a sociedade e os ambientes naturais.

Atualmente, nas cidades brasileiras, observa-se uma forte prevalência de grandes superfícies impermeabilizadas pontuadas por alguns canteiros onde se utiliza vegetação exógena, evidenciando uma concepção de espaço urbano moldada para o uso individual do

automóvel e para o consumo, em detrimento dos ecossistemas locais. Nos terrenos particulares, pouco se encontram espaços vegetados, prevalecendo a utilização de plantas artificiais decorativas. Nesse contexto, os cursos d'água visíveis na malha urbana são, frequentemente, percebidos como canais de esgoto, mesmo quando suas condições ambientais não justificam tal associação. Essa percepção é resultado de múltiplos fatores, como a memória histórica das epidemias urbanas ligadas à insalubridade hídrica, a herança cultural que desvalorizou os corpos d'água ao longo do processo de urbanização, o uso contínuo dos rios como destino de resíduos e a tendência a reconhecê-los apenas quando podem ser convertidos em ativos econômicos ou turísticos.

Apesar dessas dinâmicas de ocultamento e marginalização, as condicionantes físicas do sítio, como o relevo, drenagem e a composição do solo, permanecem estruturando o caminho dos rios, compondo o que poderíamos chamar de uma espécie de “memória geológica”, no sentido de heranças que persistem mesmo em áreas urbanizadas e que compõem o imaginário sobre as águas. As intervenções urbanas que transformam as margens e os leitos dos rios, constantemente negligenciam os eventos históricos de cheias cujas consequências apenas se tornam visíveis em momentos de catástrofe.

Os pequenos cursos d'água são os mais invisíveis nas cidades, sua transposição é fácil e, geralmente, os danos do período de cheias são dispersos, em consequência, a população não consegue compreender a cidade sob a perspectiva das inúmeras pequenas drenagens. Esse é um assunto que não é abordado em escolas e muito pouco discutido no âmbito do poder público. Os pequenos cursos d'água parecem não existir para a sociedade ocidental do século XXI.

Atualmente, já é possível perceber que o controle total da natureza pelo ser humano é impossível e altamente prejudicial à continuidade da forma de vida humana como a conhecemos. A emergência de uma nova consciência ambiental nas últimas décadas vem reabrindo o debate sobre o papel dos rios na cidade contemporânea. No entanto, recuperar os rios urbanos não deve se resumir a despoluir seus leitos ou revitalizar suas margens com projetos paisagísticos, se faz necessário reconhecer os rios como arquivos vivos da memória urbana, como espaços de sociabilidade, de pertencimento e de significação. Para isso, é fundamental resgatar também as histórias, os afetos e os sentidos coletivos que lhes foram sendo associados ao longo do tempo.

2.1 Populações do Norte de Portugal e suas relações com os rios

A preocupação com a intervenção humana na natureza, decorrente da relação das sociedades com os espaços que ocupam, começou a ter lugar na pauta de discussão global a partir de 1972, na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo. Nesse primeiro momento, as discussões se deram de maneira mais genérica, embasadas na necessidade da preservação do meio ambiente como um todo, sendo este entendido como o conjunto de elementos que influenciavam as atividades humanas.

Na década seguinte, o amadurecimento das discussões internacionais mostrou ser necessária a adoção de políticas públicas específicas voltadas para as águas doces, dada sua essencialidade para a vida e a organização territorial. Na esfera da Organização das Nações Unidas, esse reconhecimento levou a Comunidade Europeia a iniciar a busca pelo estabelecimento de metas e diretrizes para conservação e melhoria da qualidade das águas doces.

Em 1988, a Política Comunitária da Água foi discutida em Frankfurt; em 1991, no Seminário Ministerial sobre Águas Subterrâneas, realizado em Haia, desenharam-se ações concretas para a melhoria do estado das águas na Europa, culminando, no ano 2000, com a Directiva sobre a Política da Água do Parlamento Europeu, que estabeleceu parâmetros claros para a proteção das massas de água e fixou o prazo de 15 anos para que os Estados-Membros atingissem um bom estado de conservação de suas massas de água. Desde então, essa pauta está presente nos diversos programas de investimentos da União Europeia.

O início das políticas ambientais no âmbito europeu coincide com o processo de adesão de Portugal à Comunidade Europeia, ocorrido em 1986, o que fortaleceu as incipientes políticas ambientais portuguesas. Até então, o meio ambiente no país era um tema periférico e pouco mobilizador para a sociedade, a integração europeia exigiu, portanto, uma transformação institucional e cultural significativa, embora sua efetivação no cotidiano da população tenha sido desigual.

Durante o estágio de pesquisa realizado no ano letivo 2022-2023 no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), na Universidade do Porto, foi possível lançar um olhar externo sobre alguns grupos populacionais portugueses e os cursos d'água que cortam seus territórios. O objetivo foi complementar a análise desenvolvida nesta tese e oferecer uma perspectiva comparada à realidade observada em Vitória da Conquista.

A investigação tomou como objeto de estudo três rios situados na região Norte de Portugal. Foram selecionadas as freguesias⁷ de: 1. Rio Tinto e o rio que lhe dá nome, no concelho⁸ de Gondomar; 2. Leça do Balio e o Rio Leça, no concelho de Matosinhos – ambas integradas à Área Metropolitana do Porto –; e 3. Antas e Castelo do Neiva, no trecho final do Rio Neiva, pertencentes, respectivamente, aos concelhos de Esposende e Viana do Castelo (Figura 3). Até a década de 1960, esses rios apresentavam características ambientais similares – águas relativamente limpas e envolvimento cotidiano das populações locais –, mas, nas décadas seguintes, as intervenções humanas imprimiram rumos distintos a suas trajetórias.

Figura 3 – Localização dos rios estudados na região Norte de Portugal



Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem de satélite Landsat/Copernicus de 07 de fevereiro de 2020.

O critério para a escolha dessas localidades foram os diferentes caminhos trilhados no processo de urbanização, que evidenciam a complexa relação entre desenvolvimento econômico, gestão territorial e memória coletiva. O Rio Tinto e o Rio Leça vivenciaram

⁷ Em Portugal a estrutura administrativa-territorial é composta por: 1. Região - similar às regiões brasileiras; 2. Distrito – equivalente, no Brasil, aos estados; 3. Concelho – também chamado administrativamente de município, tal qual as cidades brasileiras; 4. Freguesia – pode ser comparada à divisão em bairros no Brasil, porém possui administração própria.

⁸ Subdivisão geográfica que equivale à subdivisão administrativa de município.

processos parecidos nas últimas décadas, mas têm tido conduções governamentais distintas nos últimos anos. Apesar de suas particularidades, ambos foram negligenciados durante a expansão urbana do final do século XX e início do século XXI, assim como tantos outros rios de pequeno curso ao redor do mundo. Durante o final do século XX, suas águas atingiram alto grau de poluição e sua paisagem foi sendo gradativamente apagada por canalizações e obras de infraestrutura que os ocultaram do cotidiano urbano, invisibilizando-os.

Contudo, mesmo dentro desse quadro de degradação, as respostas sociais e institucionais a esses rios diferem significativamente. No caso do Rio Leça, tem-se buscado uma requalificação que tenta integrar novamente o curso d'água ao tecido urbano, embora as dificuldades no engajamento comunitário ainda se façam notar. Já o Rio Tinto recebeu intervenções de renaturalização, mas permanece marginalizado na memória coletiva local, o que indica um desafio profundo de reconstrução do pertencimento.

Em contraste, o Rio Neiva apresenta uma trajetória distinta. Embora também tenha sofrido pressões urbanas e ambientais no passado, a precocidade das intervenções de preservação – com destaque para a criação de áreas de proteção ambiental – permitiu a manutenção de maior qualidade de suas águas e da sua paisagem. Nesse caso, a memória coletiva preservou mais intensamente a imagem do rio como elemento constitutivo da identidade local, especialmente na localidade de Antas, onde o envolvimento comunitário em torno do rio permanece significativo.

A análise desenvolvida na tese pauta-se, portanto, não apenas nos dados documentais e registros históricos, mas também nos testemunhos orais recolhidos, nos discursos presentes nas redes sociais e na observação direta dos territórios. Esses elementos permitiram uma análise sobre a relação entre a sociedade e os rios, fundamental para compreender como se constrói o sentimento de pertencimento, ou sua ausência, nas paisagens urbanas contemporâneas.

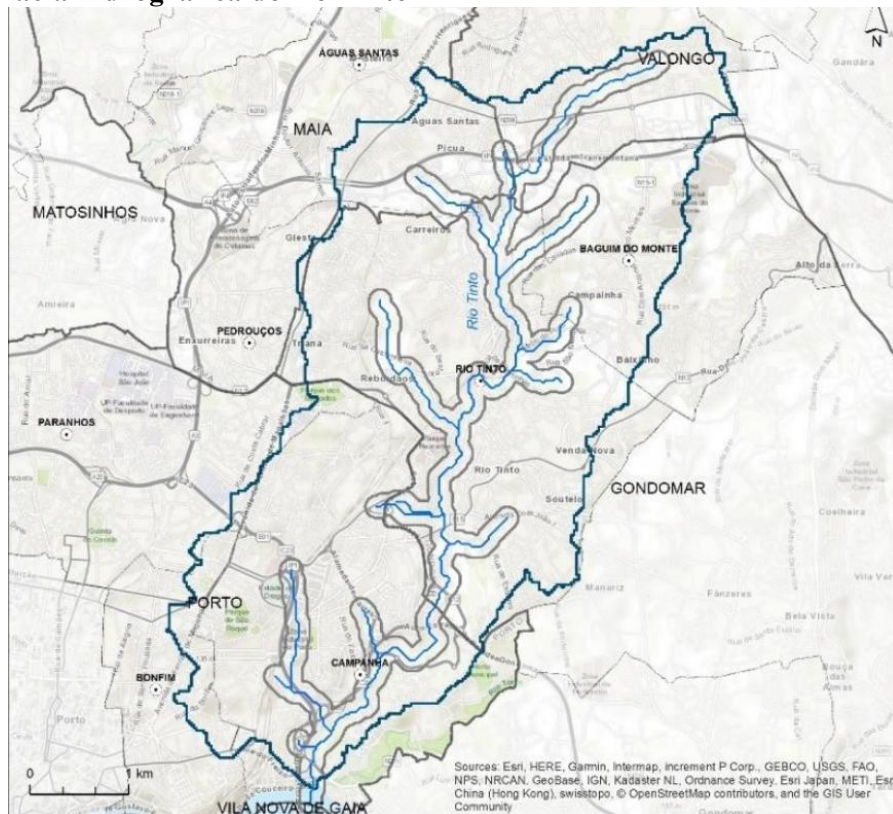
Entender essas trajetórias distintas é essencial para analisar os fatores que podem facilitar ou dificultar o sucesso das intervenções de revitalização e renaturalização dos cursos d'água urbanos. Em todos os casos estudados, confirma-se a hipótese que orienta esta tese: a memória coletiva e o sentimento de pertença são dimensões imprescindíveis para o envolvimento da população com seus territórios e, portanto, para a efetividade das políticas públicas de requalificação ambiental.

A seguir, cada um dos três casos será analisado de forma mais aprofundada, buscando vincular memória, território e subjetividade, por entender que estes são os elementos que moldam a forma como as populações urbanas percebem, valorizam ou ignoram os seus rios.

2.1.1 Rio Tinto: uma testemunha da reconquista que perdeu seus vínculos

O Rio Tinto é um rio de pequeno curso que nasce na freguesia de Ermesinde, no concelho de Valongo, e percorre 11,4 km até desaguar no Rio Douro, no Porto (Figura 4). No trecho central do seu pequeno curso, ele nomeia a localidade de Rio Tinto, atualmente uma freguesia do concelho de Gondomar, que tem no rio o elemento fundacional de sua história e da construção da memória coletiva local (Figura 5).

Figura 4 – Bacia hidrográfica do rio Tinto



Fonte: Direção-Geral do Território (DGT)⁹.

Segundo as Memórias Paroquiais de 1758 de Rio Tinto, a região era caracterizada por “um comprido e largo vale, com declives geralmente pouco acentuados” (Magalhães et al., 1999) e, conforme a lenda local, foi nesse vale que ocorreu uma grande batalha entre cristãos e muçulmanos, durante a reconquista ibérica, cujo sangue derramado teria tingido as águas do rio de vermelho, originando seu nome. Essa lenda e a toponímia da freguesia fazem com que o rio seja sempre recordado, mesmo após mais de cinquenta anos de completo abandono do curso d’água entre as décadas de 1960 e 2010. Como afirma Diana Fernandes (2020),

⁹ Disponível em: www.dgterritorio.gov.pt.

O conjunto das freguesias, que o mesmo atravessa, está assim carregado de histórias, lendas e um vasto patrimônio cultural, com fortes tradições agrícolas, comerciais e religiosas, que contribui indubitavelmente para a identidade coletiva da região, atualmente bastante fragilizada, devido ao mau estado de conservação de grande parte destas infraestruturas e do edificado histórico.

Figura 5 – Painel de azulejos da estação ferroviária de Rio Tinto representando a lenda da batalha, ocorrida às margens do rio, que deu nome ao rio e à localidade



Fonte: Reyes-Corredera (2023).

Em pesquisa de campo, o diálogo com alguns residentes que habitam a área há mais de 55 anos suscitou a rememoração da presença do rio em suas infâncias, tanto para o lazer quanto para a agricultura. Essa presença cotidiana nas lembranças reforça a tese de que o contato direto com os rios estabelece vínculos profundos que alimentam o sentimento de pertencimento. As águas do rio faziam parte da vida prática, mas também da afetividade local, marcando um tempo em que a natureza era mais tangível no cotidiano urbano.

Durante vários séculos, o Rio Tinto foi um importante recurso natural, em torno do qual se desenvolveram atividades como moagem de cereais, pesca e agricultura. Também se apresenta nas lembranças a preocupação com o volume das águas nas épocas de cheias do rio, o que demonstra que aquele curso d'água fazia parte do cotidiano da população. Tais dados podem ser confirmados no seguinte trecho:

Durante vários séculos, o rio Tinto terá sido um importante recurso natural, em torno dos quais se desenvolveram várias atividades – moagem dos cereais, pesca e agricultura – que levaram à fixação de pequenos aglomerados rurais, com predomínio de explorações em minifúndio, e que assim se mantiveram até à segunda metade do século XX, das quais ainda reconhecemos registos da atividade agrícola e de algumas pontes, açudes e moinhos. [...] Hoje, na generalidade das freguesias, a agricultura resume-se ao cultivo para consumo familiar, tendo-se registado, entre 1989 e 1999, um 'declínio da atividade agrícola, devido em grande parte ao (seu) abandono [...] e pela urbanização e expectativas de valorização dos terrenos com a construção (Magalhães et al., 2005). (Fernandes, 2020, p. 104).

Conforme pontua a autora, o Rio Tinto sofreu um processo de degradação entre as décadas de 1980 e 1990, afastando as águas da convivência com a sociedade. A poluição intensa, os tamponamentos e a invisibilização física do curso d'água anularam, aos poucos, os laços simbólicos que conectavam a sociedade local ao seu rio. Sem acesso direto e sem referências positivas, a consolidação das memórias se enfraqueceu, diminuindo, também, o sentimento de pertencimento – um movimento muito semelhante ao que se observa em Vitória da Conquista com o Rio Verruga, conforme demonstrará o item 2.2 desta seção.

A partir de 2010, registrou-se na imprensa o início de uma pressão política para a requalificação do Rio Tinto, impulsionada tanto pela conscientização ambiental crescente quanto pela necessidade de cumprir os parâmetros exigidos pela legislação europeia. Conforme publicado:

Se as autarquias não tiverem espontaneamente a iniciativa de requalificar os seus rios, ficarão obrigadas a fazê-lo a curto prazo no âmbito da política ambiental europeia. É que a Lei da Água transpôs para o quadro legal português, em 2005, a Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que compromete todos os Estados-membros a ter as massas de água nos seus territórios "em bom estado e bom potencial", conforme se lê no despacho do Ministério do Ambiente que define os termos do novo Plano de Gestão Hidrográfica da Bacia do Douro. "O rio Tinto anda a ser massacrado há 30 anos", resume o presidente da Junta, Marco Martins. À pressão urbanística do leito de cheia, ocupado por construções antigas e recentes, e aos entubamentos, tem-se juntado a crescente poluição. Também a linha de metrô de Gondomar (Dragão/ Venda Nova) vai passar sobre o leito de cheia entre as

estações do Parque Nascente e da Lourinha. (Há dinheiro para o rio Tinto que não é aproveitado, 2010).

Tal pressão política se refletia na sociedade em movimentos sociais que buscavam restaurar uma memória perdida. Na Figura, 6 observa-se um desenho publicado em 2010 pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto que chama a atenção da sociedade para a invisibilidade do rio.

Figura 6 – Desenho de Onofre Varela, para a 4ª Caminhada pelo Rio Tinto – 2010



Fonte: Movimento em Defesa do Rio Tinto (2018)¹⁰.

A organização social **Movimento em Defesa do Rio Tinto** foi criada em 2006 e ganhou força política nos anos seguintes, desempenhando um papel ativo no debate público acerca das intervenções sobre o curso do rio e reivindicando medidas por parte do poder público para a sua despoluição. Na Figura 7, observa-se uma etapa das obras do metrô, realizada em 2012, que contribuiu para o agravamento da degradação ambiental do curso d'água.

¹⁰Disponível: www.moveriotinto.blogspot.com.

Figura 7 – Fotografia feita em 2012 durante as obras de instalação do metrô em Rio Tinto



Fonte: Publico em 07/04/2012¹¹.

A partir de 2015, foi estruturada e aprovada uma proposta de requalificação do rio e de criação de um parque urbano em Rio Tinto. Enquanto esta proposta se desenvolvia, o presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto concedeu uma entrevista, em 2015, na qual frisa a necessidade da interação entre a cidade e o rio:

O curso de água está virado para a cidade logo tem de haver uma sinergia entre a cidade e o rio [...] a visão é aproximar o rio da cidade e fazer com que as pessoas possam interagir com o rio. Margens que afastam o rio das pessoas são contraproducentes com esta ordem. (Nuno Fonseca in Gouveia, 2015, p. 69-71).

Nos anos que se seguiram, a proposta de requalificação foi implementada e o parque foi inaugurado em 2018 (Figuras 8 e 9). Posteriormente, em julho de 2019, foram finalizadas as obras de despoluição do rio. Sobre essa requalificação, em entrevista concedida à imprensa em agosto de 2018, o Ministro do Meio Ambiente realçou a importância da obra do parque como uma nova área de lazer que irá aproximar as pessoas do rio:

Esta obra é muito importante numa tripla perspectiva. As descargas vão terminar e ficar resolvidas. Em segundo lugar aproveita-se esta intervenção para construir um passadiço e áreas de lazer ao lado de um rio de que tanto se fala e nunca se fala bem. E os melhores fiscais do que não pode acontecer são as pessoas. (João Pedro Matos Fernandes in Casimiro, 2018)

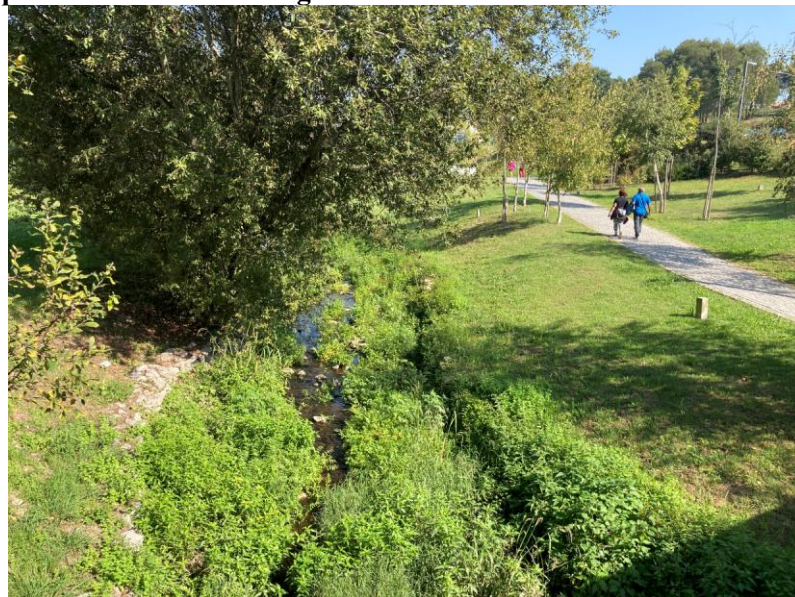
¹¹ Disponível em: www.publico.pt.

Figura 8 – Parque do rio Tinto na freguesia de Rio Tinto



Fonte: Fotografia realizada pela autora em pesquisa de campo em outubro de 2022.

Figura 9 – Parque do rio Tinto na freguesia de Rio Tinto



Fonte: Fotografia realizada pela autora em pesquisa de campo em outubro de 2022.

A partir da tomada de decisão da câmara municipal de despoluir e implantar o parque até a finalização das intervenções, envolvendo grandes obras de abertura e despoluição do rio, com construção de interceptor de efluentes, passou-se, relativamente, menos tempo do que costumamos vivenciar no Brasil. Em 4 anos foi aprovada a proposta, delineado projeto, conseguiu-se o financiamento, licitou-se a obra e concluiu-se a intervenção – se comparada à Vitória da Conquista, tratou-se de uma intervenção rápida, uma vez que no caso brasileiro, o poder público iniciou um projeto para a requalificação do Rio Verruga em 2018 e até 2025

pouco foi feito, conforme será apresentado na seção 4. O apoio e financiamento da União Europeia é um fator que pode justificar a agilidade, pois, para garantir a verba, é preciso cumprir os prazos acordados.

No entanto, a intervenção, embora tecnicamente eficiente, não conseguiu reconstruir o vínculo afetivo da população com o rio. Apesar da reivindicação pela melhoria da qualidade do rio ter origem em organizações sociais, muito pouco foi feito para resgatar o pertencimento ao território natural. A intervenção foi articulada pela gestão pública sem que houvesse um grande envolvimento da população local no processo e ações voltadas para o reestabelecimento das conexões subjetivas entre os habitantes e o território. Observa-se uma tensão entre o discurso institucional de sucesso da requalificação e a percepção popular, que três anos após a finalização das obras, ainda identifica o rio como espaço de degradação e de problemas ambientais. Nas redes sociais, comentários sobre descargas irregulares, mau cheiro e abandono continuam a ser frequentes, em contradição ao divulgado por parte da gestão pública de Gondomar, evidenciando uma disputa de narrativas. Para o funcionário público que fiscaliza um trecho do rio à jusante da área central da localidade de Rio Tinto, já há vida no curso d'água, “já conseguimos ver o fundo do rio, já conseguimos ver peixes, já conseguimos ver patos, o que nos dá alguma satisfação” (guarda-rios no Parque Oriental do Porto em 03/11/2020), mas para o Movimento em Defesa do Rio Tinto, a despoluição não foi exitosa, conforme comentário a seguir retirado das redes sociais do movimento:

Hoje recebemos algumas fotos de descarga na Baixa da Ponte de Rio Tinto (zona industrial). Infelizmente todos têm conhecimento e não resolvem o problema. Continuaremos a divulgar estas agressões até que seja solucionado. Uma vergonha! (Movimento em defesa do Rio Tinto – em 01/08/2021).

Tal manifestação social recebeu resposta da Câmara Municipal de Gondomar, na qual o representante do município esclarece que a denúncia era inválida, uma vez que não se tratava de material contaminante, conforme publicado nas redes sociais do movimento e apresentado a seguir:

Em resposta à denúncia de contaminação do rio Tinto no passado dia 1 agosto, cumpre-nos informar V. Exas que, após fiscalização do Município ao ponto do Rio Tinto identificado, apurou-se que não se tratava de um foco de contaminação por saneamento, mas sim suspensão de terras decorrente de obra de construção civil a montante, tendo-se atuado à data em conformidade. (José Fernando Moreira – em 06/08/2021).

A resposta do vereador do Ambiente foi contra-argumentada pelo movimento que seguiu postando em suas redes sociais, denúncias sobre a poluição no Rio Tinto. Outros cidadãos também se manifestaram nas redes sociais questionando o investimento feito na revitalização do Rio Tinto, conforme o trecho a seguir:

Hoje o rio está extremamente poluído junto do Parque Urbano. Há mosquitos por todo lado. É um ambiente degradante o que é oferecido a quem por lá passeia, não esquecendo que são inúmeras as crianças. Tenho dificuldade em entender o grande investimento na zona quando não há uma fiscalização relativamente a quem faz descargas que poluem fortemente o rio. (comentário nas redes sociais – em 23/03/2022).

Frente à insatisfação popular acerca das políticas públicas de Gondomar, a freguesia de Rio Tinto tem trabalhado com a conscientização de que ter o rio limpo é uma tarefa de todos, por meio de publicidade nas ruas, mas muito se critica sobre a diferença na qualidade da intervenção realizada pelo concelho de Gondomar e da realizada pelo concelho do Porto, sendo esta última considerada muito mais convidativa à população.

Tais fatos apontam para uma limitação recorrente nos processos de requalificação urbana: sem a reconstrução da memória coletiva e do pertencimento, as obras de infraestrutura, por si só, não são suficientes para integrar os rios ao imaginário das cidades. Em Rio Tinto, o curso d'água permanece em um limbo simbólico – visível, mas não plenamente reinserido na vida da população.

A ausência de participação ativa da população no planejamento e implementação do parque urbano revela um desafio estrutural: a transformação material do espaço não foi acompanhada de processos robustos de escuta social e de mobilização da sociedade, o que limita a apropriação simbólica do rio requalificado. Se as populações não se veem refletidas nas intervenções realizadas, se suas memórias, afetos e expectativas não são incorporadas aos projetos, torna-se difícil construir o sentimento de pertença necessário para o cuidado contínuo e a valorização dos rios.

O caso do Rio Tinto evidencia que a revitalização dos rios urbanos é, antes de tudo, um processo de reconstrução da memória coletiva, em que se faz necessária a participação social para que seja possível a consolidação do curso d'água como um espaço de vida, identidade e futuro compartilhado.

2.1.2 Rio Leça: degradação, memória e a difícil reconstrução do pertencimento

O Rio Leça também pode ser classificado como um rio de pequeno porte, uma vez que sua bacia hidrográfica abrange uma área de 178 km² (Agência Portuguesa do Ambiente, 2016). Diferente do Rio Tinto, o Rio Leça nasce em área de proteção ambiental e cruza, por 6 km, zonas rurais pouco adensadas no concelho de Santo Tirso, onde suas águas ainda preservam as características naturais. Contudo, ao encontrar os núcleos urbanos de maior porte, nos concelhos de Valongo e Maia, as águas do rio começam a perder a qualidade, tornando o rio gradualmente mais poluído. Após percorrer 48 km, o Rio Leça encontra sua foz no Porto dos Leixões, no concelho de Matosinhos, o segundo maior porto artificial de Portugal, onde há intensa atividade de navios de contêineres.

Esta pesquisa centrou-se na análise do trecho do rio que atravessa a freguesia de Leça do Balio, já em Matosinhos, zona que passou por uma requalificação recente, concluída no final de 2022.

Tal como observado em Rio Tinto, parte dos habitantes de Leça do Balio, situada a 12 km da foz do Rio Leça, rememora o curso d'água, antes da década de 1980, como um espaço de lazer, agricultura e encontro. A memória afetiva dos moradores revela como o rio, em outros tempos, estruturava não apenas a economia local, mas também os laços comunitários e as práticas cotidianas.

Entretanto, com o avanço da urbanização e a ausência de uma gestão hídrica eficiente, o Rio Leça se transformou drasticamente, passando a ser considerado um dos cursos d'água mais poluídos da Europa. A degradação física e ambiental do rio provocou o esvaziamento do sentimento de pertencimento, assim como observado nos casos do Rio Tinto e do Rio Verruga, que serão detalhados no item 2.2 desta seção.

Diante desse quadro, os quatro concelhos que abrigam o rio – Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos – assinaram em novembro de 2018, no âmbito da Área Metropolitana do Porto, um acordo de cooperação para a recuperação do Rio Leça. Tal acordo culminou na criação, em 2021, da Associação “Corredor do Rio Leça” para atuar em prol da requalificação do rio. O projeto, que está em andamento e conta com financiamento europeu através do programa REACT-EU, visa a revitalização integral do rio e a promoção de uma nova relação entre a população e o curso d'água.

Na ocasião do ato de constituição da associação intermunicipal, o então presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso declarou:

O Rio Leça está intrinsecamente ligado à identidade de Santo Tirso e é, por isso, inegável a importância da estratégia em rede que agora concretizamos. [...] Preservar os recursos hídricos, apostar na conservação da natureza e promover o potencial cultural, arqueológico e histórico de um rio que nasce no Município de Santo Tirso tem, para nós, um importante significado simbólico e, ao mesmo tempo, representa um forte investimento na melhoria da qualidade de vida das populações. (Alberto Costa in Corredor, 2021).

A utilização das palavras “identidade” e “significado simbólico” deixa transparecer que há também uma preocupação com a narrativa a ser construída pela Associação sobre o rio. Já a Câmara Municipal de Matosinhos, localidade com forte apelo turístico e por onde iniciaram as intervenções de requalificação das margens do rio, teve um discurso pautado na melhoria da mobilidade urbana:

Só em Matosinhos, são 18 quilômetros de ciclovias e caminhos pedonais devolvidos à população, sendo que a primeira fase do projeto, numa extensão de 7 quilômetros, está praticamente concluída. [...] Esta obra vai revolucionar a qualidade ambiental de toda a região do vale do Leça, promovendo ainda o acesso à rede de transportes públicos através da utilização de modos suaves de mobilidade. (Luísa Salgueiro in Corredor, 2021).

Apesar de existir o interesse econômico na melhoria das infraestruturas urbanas, principalmente voltadas ao turismo, verifica-se que a maior parte das iniciativas da Associação busca, deliberadamente, mobilizar a memória coletiva como ferramenta para o resgate do pertencimento, envolvendo a população local no processo de requalificação, em busca de uma intervenção participativa. Por meio de redes sociais, reuniões comunitárias e ações de voluntariado, promove-se o resgate das antigas práticas associadas ao rio, como a pesca, a agricultura e a lavagem de roupas, reavivando a memória de um tempo em que o rio participava da vida cotidiana.

Nas postagens das redes sociais, a Associação recupera fotografias históricas, como no caso da Figura 10, na qual mostra o trabalho das lavadeiras na margem do Rio Leça. O texto que acompanha a postagem traz, além do trabalho das lavadeiras, também os pescadores, que encontravam no rio o sustento de suas famílias e evidencia que havia uma simbiose entre a população e o rio, citando a memória coletiva, e colocando como objetivo da Associação a devolução dessa “ligação histórica e cultural”, entendida no sentido afetivo, de conexão com as água e, não necessariamente, na devolução dos usos que havia no passado.

Figura 10 – Publicação nas redes sociais da Associação Corredor do rio Leça lembrando as atividades dos pescadores e lavadeiras



corredor_do_rio_leca Um caudal de memórias!

Antigamente, o Rio Leça era especialmente procurado pelos pescadores, que pescavam para sustentar as suas famílias - mas também pelas famosas lavadeiras, que corriam para as margens do rio Leça para, com a sua água cristalina, lavar as suas roupas.

Numa altura em que o rio era pouco poluído, devido à falta de indústrias naquela localidade, a simbiose entre a população e o rio era grande, em momentos como este que mergulham na memória coletiva do Rio Leça.

O nosso grande objetivo é devolver esta ligação histórica e cultural à comunidade, rumo a um futuro mais sustentável e novamente fértil na relação com o Leça.

Crédito da imagem: @imagensantigasdoconcelhodematosinhos

Fonte: Instagram @corredor_do_rio_leca.

A segunda postagem nas redes sociais trazida aqui (Figura 11) apresenta uma fotografia contemporânea do rio em seu momento de cheia, quando as margens do seu leito são alagadas. O texto chama a atenção de que este é o movimento natural do rio, e não uma catástrofe, esclarecimento fundamental que deveria nortear todo planejamento urbano e evitar a ocupação das margens. A mesma postagem esclarece, ainda, que a recente intervenção no Rio Leça, que utilizou técnicas de engenharia naturais, ainda levará tempo para se consolidar, gerando uma maior estabilização do solo quando a vegetação crescer e ampliar suas raízes. Na finalização do texto, a Associação evidencia que o projeto de renaturalização foi bem executado, e que melhorias possíveis e imprevistos sempre se farão presentes por se tratar de um espaço natural, dinâmico e imprevisível.

Figura 11 – Publicação nas redes sociais da Associação Corredor do rio Leça esclarecendo sobre o movimento natural do rio em seu leito de cheia



corredor_do_rio_leca Nestes últimos dias, o Leça visitou o seu leito de cheia natural, inundando as margens.

Nestas imagens não veremos nenhuma catástrofe, algo insólito ou falta de gestão do rio, estamos perante o normal ciclo sazonal de todos os rios em períodos de pluviosidade intensa. Sabemos que as alterações climáticas tornarão estes fenómenos mais intensos e inesperados. É por isso essencial que os leitos de cheias estejam livres de obstáculos urbanísticos e também livres de construções precárias e resíduos e que facilmente serão arrastados pelas águas. É fundamental a existência de mais vegetação nas margens para abrandar a velocidade da água e impedir a erosão nas margens.

O percurso construído com técnicas de engenharia natural, ainda não apresenta toda a robustez que irá ter no futuro, quando as plantas crescerem e consolidarem o solo com as suas raízes. No entanto, devido ao bom planeamento e projeto bem executado, os danos foram mínimos. O percurso estava circulável um dia após o recuo das águas ao leito normal. Existirão sempre melhorias a fazer e imprevistos a resolver, porque apesar de todo o planeamento, estaremos sempre perante um espaço natural, altamente dinâmico e imprevisível, tal como a Natureza sempre foi. #santotirso

Fonte: Instagram @corredor_do_rio_leca.

Quando se analisam os comentários das publicações da Associação, encontram-se expressões de nostalgia e de luto ambiental, conforme apresenta-se a seguir:

eu nasci em 65 e pesquei no rio Leça (os meus avós maternos moravam no largo da antiga feira), nadei no “Moinho do Panelas” (morava lá perto), enfim, durante algum tempo o rio fez parte da minha infância! (comentário nas redes sociais – em 22/06/2023).

Contudo, também emergem registros da percepção atual sobre o rio, marcada pela degradação:

Aqui ficam algumas memórias de momentos que marcaram a minha visita. Patos mortos, ao longo do rio... Não há vida neste rio, não se vê peixes, anfíbios, nada...um cheiro constante a esgoto! (comentário nas redes sociais – em 24/07/2023).

O Leça, cá em baixo é um esgoto, enquanto as autoridades continuarem a assobiar para o lado, e os poluentes não mudarem atitudes. (comentário nas redes sociais – em 23/06/2023).

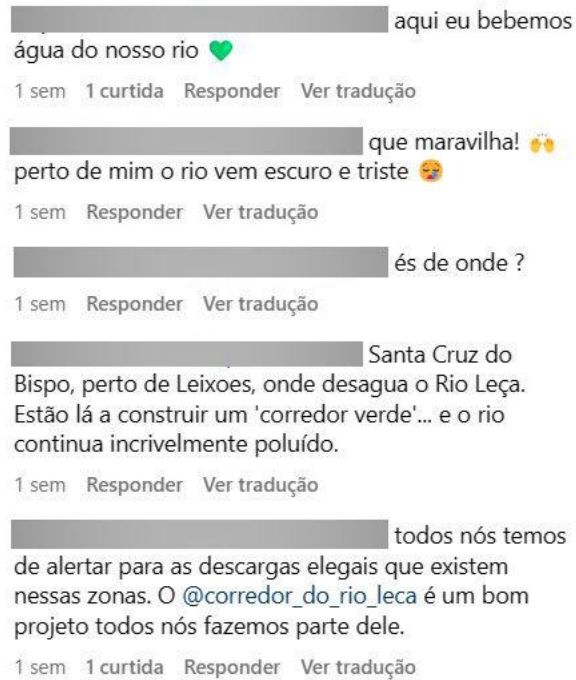
Tem muito potencial mas enquanto não for resolvido o problema da poluição do rio Leça creio que nunca será aproveitado na sua plenitude. (comentário nas redes sociais – em 26/06/2023).

Essa dualidade entre a memória de um rio vivo e a realidade de um rio degradado evidencia a complexidade do processo de ressignificação simbólica dos espaços urbanos. A requalificação física, ainda que importante, não é suficiente para reestabelecer o sentimento de pertença. A mobilização comunitária ainda é incipiente.

Apesar da mobilização popular que a Associação tem buscado, em pesquisa de campo, em janeiro de 2023, foi possível observar que a população ainda não estava completamente envolvida no movimento proposto: conversas com moradores idosos que frequentavam os caminhos recém-inaugurados à margem do rio, revelaram predominância de sentimentos de nostalgia das brincadeiras no rio, insatisfação com a atual situação do curso d'água, e desesperança em rever o rio como já foi um dia.

Ao analisar os comentários das redes sociais (Figura 12), porém, observa-se um tom propositivo, onde é possível encontrar possibilidades de trabalhos em conjunto, entre a sociedade e o poder público, o que dá indícios de que a aproximação poderá ocorrer com o tempo. As ações da Associação apresentam, assim, um potencial de reconexão progressiva, sugerindo que a memória compartilhada pode ser a ponte para a reconstrução do vínculo simbólico com o território.

Figura 12 – Diálogo em rede social acerca da situação da poluição nos diferentes trechos do rio



Fonte: Instagram @corredor_do_rio_leca.

O novo parque entregue em julho de 2022 tem atraído a população para a prática de atividades físicas, mas os usuários ainda estão descrentes quanto à despoluição do rio, o que limita a apropriação efetiva do espaço. Após as cheias de novembro e janeiro de 2023, muito lixo e árvores caídas foram arrastados pelas águas e o leito do rio e suas margens não foram limpos por muitas semanas (Figuras 13 e 14), passando, para a população, a sensação de abandono e poluição, juntamente com a crença de que a existência do parque não será duradoura.

A ausência de uma atuação sistemática de manutenção deixou mais distante o sentimento de pertencimento entre a sociedade e o parque urbano, revelando que a reconstrução da memória coletiva exige presença, diálogo e corresponsabilidade. Sem uma apropriação do parque pela população, a sociedade não se envolve com as decisões nem zela pelas boas condições da área.

Figura 13 – Trecho do Rio Leça em Leça do Balio após períodos de cheias



Fonte: Fotografia realizadas pela autora em pesquisa de campo em fevereiro de 2023.

Figura 14 – Trecho do Rio Leça em Leça do Balio após períodos de cheias



Fonte: Fotografia realizadas pela autora em pesquisa de campo em fevereiro de 2023.

A requalificação do Leça, ao destacar os limites da intervenção puramente física, confirma a hipótese de que a transformação dos rios urbanos depende, de maneira decisiva, da reconstrução do sentimento de pertencimento da população em relação aos cursos d'água. Sem essa reapropriação afetiva e simbólica, mesmo os esforços mais bem-intencionados tendem a produzir espaços que permanecem à margem da vida social e da memória coletiva.

2.1.3 Rio Neiva: memória viva e o fortalecimento do pertencimento

Em consonância com a intensificação do desenvolvimento urbano e da industrialização ocorrida na segunda metade do século XX, o Rio Neiva, assim como os demais rios analisados, iniciou um processo de degradação ambiental a partir do final da década de 1970. No entanto, o caso do Rio Neiva destaca-se justamente pela forma como a população local reagiu a esse processo. Diferentemente do que ocorreu nos rios Tinto e Leça, a sociedade civil organizada desempenhou um papel central na preservação e ressignificação do curso d'água.

Ainda em 1979, quando surgiram os primeiros sinais da contaminação do Neiva por resíduos industriais e projetos de barragem que ameaçavam seu curso natural, a população local mobilizou-se em defesa do rio e conseguiu que, em 1987, houvesse uma delimitação de área de proteção ambiental no estuário do Rio Neiva.

Os recortes de jornais da época, expostos a seguir (Figuras 15 e 16), datados de 1979 e 1990, documentam a contestação pela população do direcionamento de esgotos industriais para o rio e da proposta de construção de uma barragem, revelando um movimento de resistência enraizado na memória coletiva e no sentimento de pertença ao território.

A Figura 15 apresenta duas matérias publicadas no jornal Voz de Antas em setembro de 1979. A primeira matéria, apesar de considerar uma iniciativa louvável a instalação de uma zona industrial em área próxima ao rio, pois fomentará a geração de empregos, denuncia que a ligação dos esgotos de todas as fábricas estava sendo dirigida para o Rio Neiva e convoca uma reunião dos moradores com o poder público para discutir a questão. Já a segunda matéria, apresenta o Rio Neiva de forma a despertar afetividade, enaltecendo os aspectos naturais do curso d'água, numa tentativa de sensibilizar os leitores para uma aproximação do rio e para sua preservação.

O despertar desse sentimento de pertencimento foi fundamental para a constituição, em 1989, da Rio Neiva – Associação Defesa Ambiente, uma das primeiras organizações portuguesas dedicadas à proteção de um rio local, que segue em atuação.

Figura 15 – Matéria no jornal local “Voz de Antas” sobre a poluição no rio Neiva, em setembro de 1979

AVENÇA PUBLICAÇÃO MENSAL

SETEMBRO / 1979
3.ª Série — Ano III — N.º 34

VOZ de ANTAS

Director e Editor: M. BRITO FERREIRA | Administrat.: A. FARIA | Propriedade da Paróquia: S. PAIO DE ANTAS | Redacção: CENTRO PAROQUIAL, Telef. 87250/130/177 | Compos. e Impressão: PAX — BRAGA

BOLETIM PAROQUIAL — ORGÃO DE INFORMAÇÃO DO PROGRESSO DA NOSSA TERRA

EDITORIAL

António Corrêa d'Oliveira

— “uma pausa de silêncio, de ternura e de meditação”...

Com o sentido de reflectir mais do que louvar é que se redigem estas nótulas sobre aquele a quem o povo da beira-mar nortenha apelidou de simplesmente «o Poeta». E é tão simples o apelido como o foi o homem que «era um carácter límpido, um homem de mãos lavadas, modesto na sua grandeza e humano em todos os gestos da sua vida».

O Centenário (de nascimento) não passou despercebido em qualquer meio de Informação que se preze de independente ou tenha a noção de justiça, quer seja a nível nacional, regional e local.

Pretendemos focar aqui, ao de leve, principalmente, as características artísticas que marcaram a sua obra, as qualidades de homem e poeta cristão, traços essenciais a ter em conta ao falarmos de António Corrêa d'Oliveira.

Para isso, nada melhor do que tomarmos nas mãos, aquilo que os outros, mais capazes e mais lúdeos, disseram e escreveram em alguns meios de Comunicação Social. Assim serviu-nos o jornal « País » de 10 de Agosto de 1979 e de « O Primeiro de Janeiro » secção « Das Artes e das Letras ».

Corrêa d'Oliveira «Amava os simples e quando falava de pobreza ou de glorificar os que eram pobres não o fazia por espírito demagógico ou para o agrado de conquista das massas. Era verticalmente cristão: viveu e morreu assim. Ninguém lhe podia levar a mal, até porque isso era carismático. Guerra Junqueiro que ninguém poderá apellidar de «beato» ou de «reacionário» seguiu-lhe os passos líricos desde o alvorecer» («O País»).

(Continua na pág. 6)

RIO NEIVA EM PERIGO

— Povo, abre os olhos!!!

Está em marcha a construção da zona industrial de S. Romão do Neiva, iniciativa louvável da Câmara Municipal de Viana do Castelo, que irá trazer para esta região maiores possibilidades de emprego além de agrupar num só local grande parte das indústrias que proliferam desordenadamente ocupando por vezes terrenos de óptimas aptidões agrícolas, sem infra-estruturas capazes de responderem minimamente ao seu funcionamento.

Acontece porém que a gente de S. Paio de Antas começou a assistir à construção de uma grande conduta que atravessando toda a área da referida zona industrial, vai desembocar pura e simplesmente num pequeno ribeiro que atravessa a estrada nacional Viana-Barcelos junto ao pontão da Cerâmica Rosas.

Não querendo acreditar que todos os esgotos de um empreendimento desta natureza iriam terminar tão primariamente num pequeno regato afluente do Rio Neiva, que no verão nem sequer leva água, rapidamente se mobilizou.

Um grupo de moradores, acompanhados pela Junta e pelo Pároco da freguesia pede uma audiência ao Presidente da Câmara de Viana do Castelo.

E então, qual não é o seu espanto quando verifica que a realidade era mesmo aquela que temiam. Os esgotos da zona industrial vão mesmo desembocar no Rio Neiva!!!

Com a garantia porém de que seriam individualmente tratados por cada fábrica antes de serem lançados no colector geral. Todos sabemos bem o que isto justifica!!! A fábrica de resinas é disto um bom exemplo!!!

As estações de tratamento são caras, as unidades industriais não dependem delas para o seu funcionamento, e as avarias correspondem imediatamente a outros tantos acidentes ecológicos.

Perante a indignação deste grupo de moradores, a Câmara convoca uma segunda reunião, desta vez com a veração e o técnico responsável.

(Continua na pág. 3)

“Os poetas, tal como os santos, não morrem...”

... afirmou D. Eurico Dias Nogueira, na celebração da Eucaristia

Em 30 de Julho na Capela de Nossa Senhora do Rosário, foi concelebrada uma Eucaristia comemorativa do Centenário de nascimento do poeta António Corrêa d'Oliveira.

Presidida pelo senhor Arcebispo Primaz de Braga, teve como concelebrantes o Pároco de Antas, de Belinho, Sta. Maria de Geraz do Lima e o senhor Arcipreste de Espende.

D. Eurico proferiu, na altura própria, uma homilia alusiva à data que se estava a celebrar. Sentiamos os passos mais importantes, principalmente aqueles em que aquela autoridade religiosa focou os aspectos essenciais da obra de Corrêa d'Oliveira.

Tendo começado por focar a intenção da Eucaristia, que seria a de «sufragar um morto e recordar um vivo» diria mais à frente que «os poetas, tal como os santos, não morrem, porque eles sobrevivem na lembrança das suas virtudes».

Já no desenvolvimento das principais qualidades poéticas, mo-

RIO NEIVA

— “Excelência da paisagem”

Transcrevemos hoje a primeira parte duma série de artigos dedicados ao Neiva e que têm por objectivo dar a conhecer o Rio Neiva desde a nascente até à foz, na medida em a maior parte da população desconhece o historial do rio.

De margens densamente arborizadas o Rio Neiva apresenta trechos de paisagens surpreendentes.

Em certos locais despovoados, onde a vegetação é luxuriante, vivem-se momentos de vida solitária onde o silêncio é apenas cortado pelo ruído dos açudes e pelo canto das aves.

Nas suas vastas levadas existem trutas, barbos, bogas, enguias, escalos (e embora raramente lontras e patos) e, junto da foz salmonetes e lampreias que permitem a pesca e a caça desportivas, como atractivos turísticos.

A beleza panorâmica do vale do Neiva é surpreendente, pois a paisagem local é bela. Não há núcleos urbanos. Por entre a vegetação luxuriante vê-se aqui e ali uma ou outra casinha branca.

No inverno a paisagem é despidida, árvores esqueléticas e, onde onde, sobre o fundo verde das agulhas, a mancha escura das oliveiras.

A contrastar com a paisagem desoladora nesta quadra, o canto das aves, o murmurio das fontes dão vida a este quadro triste.

Corre o tempo. Na Primavera todas as árvores florescem. A paisagem é bela, e com as flores brancas de pessegueiros, ameixoceiras e das cerejeiras parece noiva e as avezinhas tem trinados mais subtis.

As montanhas vistas do vale estão todas arborizadas e floridas. São as flores do mato arnal, «arranha lobo», do carrasco e das giestas.

O local é óptimo para passar o Verão. Boas águas, boas frutas, temperatura amena.

Depois o Outono é sublime.

No Outono há muita cor, é como que uma paisagem de maravilha.

As folhas amareladas dos carvalhos e dos castanheiros, assim como a cor avermelhada das folhas das cerejeiras e dos vinhedos, dão encanto à paisagem sobre a verdura dos cortiniais e das agulhas.

Assim nesse vale entre montanhas quem puder sonhar habituarse a viver com a natureza.

(de António Neiva Maciel, «Bacta Hidrográfica do Neiva» in «O Rio Neiva» — Monografia)

COMENTARIO: E ainda nos queremos destruir este «paraiso terrestre»? ...

FESTAS

As Vitórias e Santa Tecla: um êxito e um brilhantismo que ultrapassaram todas as expectativas

Por ocasião das festas a Nossa Senhora das Vitórias (1.º Domingo de Agosto) e a Santa Tecla (3.º Domingo de Agosto — data mudada, por causa dos emigrantes, para ficar uma vez que redundou em êxito e aplauso) a freguesia foi invadida por um autêntico mar de gente que trabalha e conta horas de alegria ou de tristeza, de esperança, ou de descrença, de expectativa ou de angústia.

Extraordinário número de forasteiros ocorreu ao recinto paroquial para se deleitar com o repertório das famosas Bandas, e gozar os restantes números do programa de festa. Festa de todo o «povo».

A Comissão ceasante composta por: Arlindo, Soutelo, Sebastião, Albino Sá, Costa Dias, Augusto Portela e Francisco Lapeiro, após um trabalho exaustivo e persistente sentiu a alegria e o prazer incommensurável de BEM SERVIR. Deram continuidade à Homenagem a Nos-

(Continua na 6.ª pág.)

Inveja, é fome que enjoa;
É cama que tira o sono;
Magra cadela raivosa
Que morde no próprio dono!

Correia de Oliveira

Na Figura 16, encontra-se uma matéria do jornal O Forjanense, datado de 1990, que aborda a contestação a um projeto de construção de uma pequena central hidrelétrica no leito do Rio Neiva, emitida pela Associação. Tal contestação é baseada na preservação do leito do rio em seu estado natural, de acordo com as recém-criadas legislações de 1985, 1987 e 1990.

Figura 16 – Matéria no jornal “O Forjanense” sobre a proposta de construção de barragem no rio Neiva



Fonte: Arquivo da Rio Neiva - Associação Defesa Ambiente (1990).

Desde sua fundação, a Associação tem como objetivo “defender e valorizar o ambiente e o património natural e cultural, promover um desenvolvimento regional equilibrado do Vale do rio Neiva, macro otimizar o papel da defesa do ambiente nas suas diferentes valências” (Associação Rio Neiva, 2024).

A entrevista com um dos fundadores da Associação, sr. Amieiro (nome fictício), revela a profundidade da ligação afetiva entre as comunidades e o rio. Nesse sentido, destaca-se alguns trechos do depoimento:

Essa relação das populações com o rio era umbilical [...] pra além de ser um rio mítico, é um rio místico, entende? [...] mas depois, com a condição também

de novas vias de comunicação maiores e de trânsito, o aparecimento de mais automóveis, toda essa evolução, uma série de fatores, deixaram o rio sozinho. [...] pretendiam fazer coisas dessas no Rio Neiva, um rio pequenino, um rio que no verão quase fica sem caudal, quer dizer, era matar o rio definitivamente, qualquer pessoa via isso, menos essas pessoas que queriam levar essas intenções por diante [...] só tínhamos consciência que era o **nosso rio** e que nós tínhamos que defender. [...] naqueles primeiros anos, fomos muito, muito ativos em tudo o que fizemos, era de alma e coração, era de entrega total. (Amieiro, 2023, grifos nossos).

A fala do entrevistado explicita a concepção do rio não apenas como um recurso natural, mas como parte constitutiva da identidade coletiva da comunidade. A memória do rio – suas águas, suas cheias, seus usos cotidianos – não era uma referência distante ou puramente nostálgica, mas um elemento vivo, a ser defendido ativamente.

A estratégia da Associação sempre privilegiou o diálogo construtivo com as autarquias, as escolas e outras instituições locais, com o objetivo de conscientizar e criar soluções conjuntas. Segundo sr. Amieiro:

Conseguiu-se realizar estratégias que pra nós foram fundamentais e que conseguiram que a Associação prevalecesse e fosse ativa no tempo até hoje, como: nunca fazer uma abordagem pela negativa; nunca, em todas as circunstâncias, adotar sentimentos de fúria em relação às coisas erradas que estavam a acontecer. E começamos por conseguir um relacionamento institucional com uma coisa que era fundamental, com as autarquias, desde às juntas de freguesia ao município, às Câmaras municipais, aos presidentes de Câmara dos cinco Concelhos. E conseguimos fazer coisas bonitas com a ajuda deles, sempre em colaboração aberta, superando sempre os aspectos partidários. (Amieiro, 2023).

A escolha deliberada de não adotar uma postura de confronto direto permitiu a construção de parcerias duradouras e o fortalecimento das ações de preservação. Este dado é relevante para a análise da efetividade das ações de defesa ambiental: a memória coletiva foi mobilizada não apenas como forma de resistência, mas como base para o diálogo e a construção de políticas públicas.

Na época atual, a Associação Rio Neiva atua, sobretudo, junto às escolas, na formação ambiental de crianças e jovens, buscando garantir a continuidade do pertencimento afetivo ao território. Por meio de projetos educativos e atividades esportivas vinculadas ao rio, a Associação traz os jovens para a convivência com o rio, assim, o Neiva é ressignificado como espaço de lazer, aprendizagem e cidadania.

Em paralelo, a Associação desenvolve vários projetos de valorização da cultura e memória local junto à sociedade e com o apoio de diversas instituições, incluindo universidades.

Na fala do atual presidente da Associação, “Para sobreviver como associação, e isto aplica-se a qualquer área de atuação, precisamos estar do lado e com as pessoas, junto, agregá-las e trazê-las” (Carvalho, 2023).

Essa abordagem reflete a consciência de que o fortalecimento da memória coletiva e da identidade territorial são fundamentais para a conservação dos rios urbanos. Diferentemente dos projetos impulsionados exclusivamente pelo poder público – como os casos do Tinto e do Leça – o processo de proteção do Neiva partiu da sociedade civil, o que conferiu maior legitimidade e enraizamento às ações implementadas.

O diálogo com a Associação Rio Neiva mostra que o movimento de defesa do ambiente já estava presente nos habitantes da região há bastante tempo, mesmo antes da preocupação mundial com a proteção do meio ambiente e das legislações portuguesas que visam conscientizar a população sobre a preservação ambiental. O início do movimento popular para preservação do rio surgiu após a implantação de uma indústria que despejava seus resíduos no Rio Neiva no final da década de 1970. Isso pode suscitar uma análise de o porquê aquelas povoações não foram submetidas à intensa urbanização da segunda metade do século XX.

A entrevista com o sr. Amieiro é valiosa nesse ponto porque demonstra que a vinculação daquele grupo populacional ao território, que acarretou uma mobilização popular para a defesa do rio, foi favorecida pelo sentimento de poder de ação creditado à sociedade portuguesa após a Revolução dos Cravos, em 1974. Esse espírito de soberania popular, fortalecido após décadas de regime autoritário, permitiu que movimentos locais como o da Associação Rio Neiva florescessem e conquistassem reconhecimento institucional.

Mesmo estudando em outras cidades, na década de 1970, os jovens filhos dos agricultores de Antas se mobilizaram pela preservação do Rio Neiva e pela criação de uma associação com viés educacional. A integração com as escolas das freguesias próximas ao rio perdura por mais de 30 anos e aproxima os jovens do curso d’água por meio das práticas esportivas, conscientizando para a limpeza e o cuidado com as águas.

A delimitação da área de proteção ambiental no estuário do Neiva, em 1987, representou uma vitória para a Associação e consolidou a proteção do rio no ordenamento territorial. No entanto, essa proteção ambiental possivelmente gerou impactos econômicos, uma vez que a região de Antas e Castelo do Neiva não experimentou o mesmo ritmo de desenvolvimento econômico observado em freguesias vizinhas. Tal fato precisaria ser melhor investigado, levando em consideração fatores políticos e econômicos, e não apenas o fator ambiental.

Em entrevista, o sr. Amieiro manifesta um sentimento ambíguo em relação ao relativo abandono econômico vivenciado em Antas: orgulho pela preservação do rio, mas também uma

sensação de esvaziamento populacional que pode ser percebida no seguinte trecho: “esta rua que passa aqui em casa dos meus pais era continuamente frequentada pelos lavradores com os carros de bois, com os animais, hoje, nós cá na freguesia, não havia quase nenhuma casa normal, a não ser os mais pobres” (Amieiro, 2023). Esse dado evidencia a complexidade das relações entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico e mostra que a defesa do território, ancorada na memória coletiva, implica escolhas sociais que nem sempre são lineares ou isentas de contradições, uma vez que estão submetidas ao capital.

A trajetória da Associação Rio Neiva reafirma a hipótese central desta tese de que a memória coletiva e o sentimento de pertencimento são forças motrizes essenciais para a proteção dos rios urbanos. Ao contrário do que se observa nos projetos de recuperação do Tinto e do Leça, marcados pela condução estatal e pela dificuldade de apropriação comunitária, o Neiva exemplifica como a mobilização popular, enraizada na memória e sustentada pela subjetividade coletiva, pode dar início à transformação do destino de um curso d'água e preservar sua função simbólica e ambiental para as futuras gerações.

Apesar da compreensão de que a memória, sozinha, não possui as ferramentas necessárias para promover a consolidação da preservação ambiental, necessitando do apoio de políticas públicas e de investimentos financeiros para permanecer ativa, sem o vínculo afetivo que associa o rio à identidade do grupo, as políticas públicas, as legislações ambientais ou os financiamentos externos têm alcance limitado.

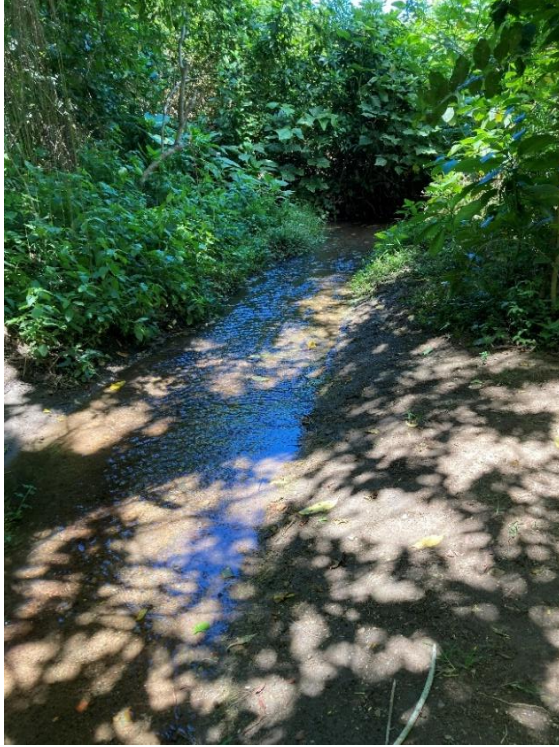
Estabelecendo um paralelo com a realidade de Vitória da Conquista, observa-se que, enquanto a região do Neiva privilegiou a proteção ambiental, ainda que ao custo de limitações econômicas, Vitória da Conquista optou, historicamente, pelo desenvolvimento econômico intensivo, mesmo à custa da degradação ambiental e da invisibilização do Rio Verruga. Essa diferença se ancora, em parte, nas matrizes fundacionais de cada sociedade: se Antas se estruturou em torno da agricultura de subsistência e da valorização dos bens naturais, Vitória da Conquista nasceu como um entreposto bandeirante, orientado à ocupação e exploração das terras, como demonstrado a seguir.

2.2 Vitória da Conquista e o Rio Verruga: um fio de água na memória urbana

O Rio Verruga nasce como um pequeno córrego (Figura 17) e em seu percurso se alimenta de diversos outros pequenos cursos d'água, o que o faz alcançar um leito de mais de dez metros de largura (Figura 18) quatro quilômetros após sua principal nascente. As imagens apresentadas evidenciam como o rio permanece vivo ao demonstrar seu significativo aumento

de caudal ao longo do trecho inicial do seu curso, mesmo se situando em uma zona urbana densamente povoada, conforme veremos a seguir.

Figura 17 – Córrego inicial do Rio Verruga na Reserva do Poço Escuro



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Fotografia registrada em set/2023.

Figura 18 – Rio Verruga, 4 quilômetros após sua nascente principal

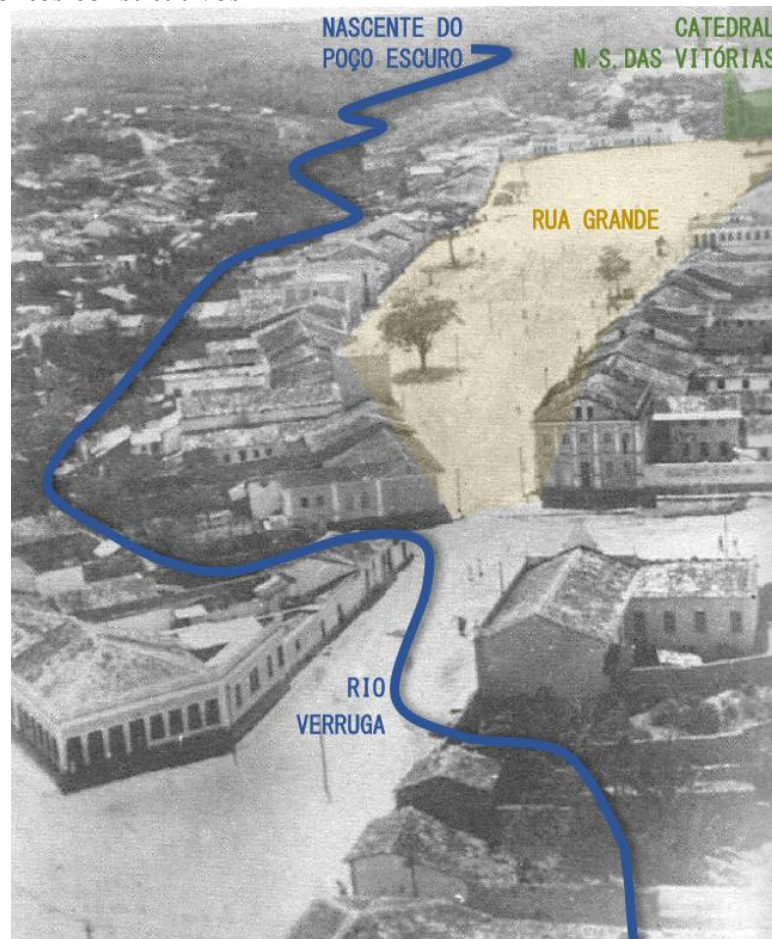


Fonte: Arquivo pessoal da autora. Fotografia registrada em jan/2024.

Dois nascentes, na Serra do Periperi, na Bahia, com vazão de 1.000 litros por minuto (Vitória da Conquista, 2019b), em altitudes aproximadas de 1.000 metros, dão origem ao rio na Reserva do Poço Escuro, situada a 1,5 km do povoamento inicial do arraial da Conquista, que deu origem à atual cidade de Vitória da Conquista. O arraial foi formado às margens do Rio Verruga, em uma área levemente mais alta que o leito, formando um quadrilátero inclinado, com altitude variando dos 900 aos 922 metros, denominado Rua Grande (Figura 19).

Na Figura 19, é possível visualizar como a Rua Grande, com sua igreja Matriz, se localizava próxima ao curso natural do Rio Verruga. Atualmente, essa relação de proximidade não é mais visível em função de canalizações que ocultaram o rio por completo nesse trecho retratado na imagem. Mesmo nessa fotografia, datada de 1937, é possível perceber que o trecho do rio situado no acesso à Rua Grande, antiga praça Caixeiro Viajante, já se encontrava ocultado.

Figura 19 – Vista panorâmica de Vitória da Conquista, em 1937, com identificação dos principais elementos constitutivos



Fonte: Arquivo do Museu Regional de Vitória da Conquista, sob anotações da autora.

O traçado do rio feito pela autora sobre a fotografia é, portanto, fruto de uma recomposição do relevo, aliado aos sinais de sua presença no traçado urbano, nas imagens históricas e nas lembranças fornecidas pelos entrevistados.

Na Figura 20, é possível visualizar um dos sinais do Rio Verruga na antiga Praça Caixeiro Viajante, ponto onde avista-se, na década de 1920, uma movimentação de terra e um pequeno curso d'água, possivelmente evidenciando uma obra de tamponamento do rio. Nessa imagem também é possível observar a edificação da primeira igreja Matriz, inaugurada em 1823, que se situava mais ao centro da Rua Grande e que foi demolida no ano de 1932 quando foi inaugurada a atual Catedral de Nossa Senhora das Vitórias (Tanajura, 1992, p. 58-59), sinalizada na Figura 19.

Figura 20 – Saída do núcleo urbano de Vitória da Conquista em 1920



Fonte: Fotos de Vitória da Conquista.

Esse mesmo local onde foi fundado o arraial da Conquista era ocupado por uma aldeia indígena do povo Mongoió que foi tomada pelos portugueses no final do século XVIII (Torres, 1996, p. 43-46; Tanajura, 1992, p.34; Sousa, 2001, p. 51-54). Nessa época, a área onde se situava o arraial pertencia à Vila de Minas do Rio de Contas, e, posteriormente, foi integrada ao termo da recém-criada Vila de Caetité (Sousa, 2001, p. 176). Em 1840, o arraial da Conquista foi emancipado sob o nome de Vila da Vitória.

Antes de sua emancipação, em 1817, o arraial da Conquista recebeu a visita do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, da Alemanha, um botânico naturalista que estava em uma expedição de dois anos explorando terras brasileiras. Em seu relato, o Príncipe de Weid pontua que existiam no arraial cerca de “quarenta casas baixas e uma igreja em construção” (Wied-Neuwied, 1940, p.409), e descreve o local com as seguintes palavras:

A situação de Conquista não é desagradável, sobretudo porque, do fundo do vale, cercado de colinas suavemente inclinadas, avistam-se os flancos e os cimos dessas colinas cobertas de matas. Numa das vertentes, sombreada por umbrosas florestas, Conquista forma um retângulo alongado. A igreja construída no lado mais alto, ocupa o meio deste. As matas espessas, que enchem toda a área em volta do retângulo, dão-lhe a aparência de um prado verde claro e tornam muito agradável o aspecto da vila. (Wied-Neuwied, 1940, p. 410).

Algumas décadas depois, em 1888, a então Vila da Vitória ganha um novo relato com uma descrição minuciosa de Tranquilino Leovigildo Torres, o primeiro presidente do Instituto

Geográfico e Histórico da Bahia. O trabalho realizado para o Dicionário Geográfico e Histórico do Brasil pode ser encontrado, em sua primeira versão, na obra do historiador Durval Vieira Aguiar, publicada naquele mesmo ano.

A descrição para a “Imperial Villa da Victória” enfatiza que “todos os terrenos são fertilíssimos para toda a espécie de lavoura, que, alimentada por diversos rios e riachos, e acobertadas por grandes e exessas mattas, pouco soffrem os rigores das seccas annuaes” (sic) (Torres, 1888, p. 195), e complementa: “O clima e as aguas são os melhores possíveis. A temperatura, à noite principalmente, é fria, regulando 10 a 17 grãos no inverno e 18 a 25 (à sombra) no verão.” (sic) (Torres, 1888, p. 196).

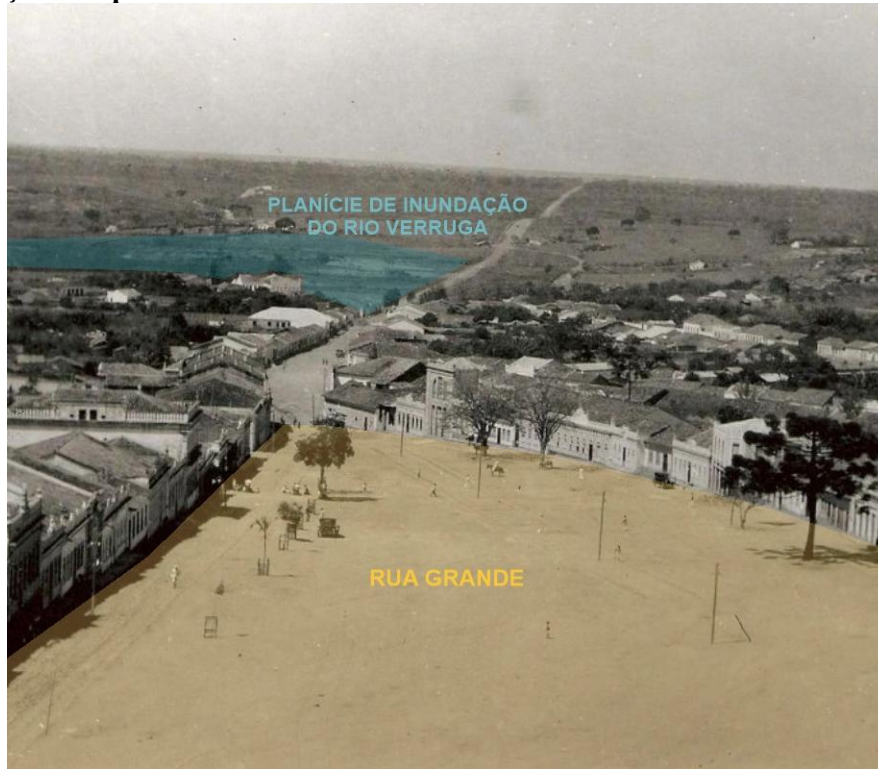
Já o trabalho de Alfredo José Porto Domingues e Elza Coelho de Souza Keller, em 1958, descreve o Planalto da Conquista como uma área que “apresenta um relevo de colinas cujas encostas descem suavemente até amplos vales, muitas vezes embrejados, onde divagam pequenos córregos, insignificantes em relação aos leitos ocupados” (Domingues; Keller, 1958).

No mesmo estudo, os autores complementam que, na região, “as cabeceiras dos rios se apresentam como anfiteatros de vertentes abruptas” (Domingues; Keller, 1958), esse também é o caso do Rio Verruga, que, em seu primeiro trecho, desce aproximadamente 125 metros em 3 km. Nesse ponto, o leito do rio alcança um platô, em cota aproximada de 875 metros, para onde confluem diversos outros pequenos cursos d’água, formando uma planície de inundação (Figura 21).

O texto de Tranquilino Torres, de 1888, distingue dois diferentes trechos do rio e classifica o primeiro trecho como sendo o mais importante dos “vários sulcos torrencias (sic), chamados ribeirões e riachos, que só contêm água durante a estação chuvosa”, o nomeando como “córrego da Victória, que nasce na serra do Periperi, meia légua distante da villa, de crystalina água **permanente**, e que abastece a população; atravessa a villa e deságua uma légua de distância no logar chamado Caldeirão”¹² (sic) (Torres, 1888, p. 203, grifo nosso). Ao complementar que o Rio Verruga “nasce na baixa do Verruga, duas léguas distante da villa” (Torres, 1888, p. 201), o autor sinaliza que o curso d’água que corta a cidade não era tratado com a importância de um rio já no final do século XIX, apenas sua nascente era tida como um manancial para abastecimento.

¹² A medida em légua apresenta, no Brasil, uma grande variação na distância quando relacionada ao sistema métrico. Considerando as diversas distâncias citadas na obra de Torres, pode-se inferir que o autor traz a referência da légua como uma medida entre 3 e 4 quilômetros.

Figura 21 – Vitória da Conquista vista a partir da Igreja Matriz, no final da década de 1930, com sinalização dos pontos de interesse

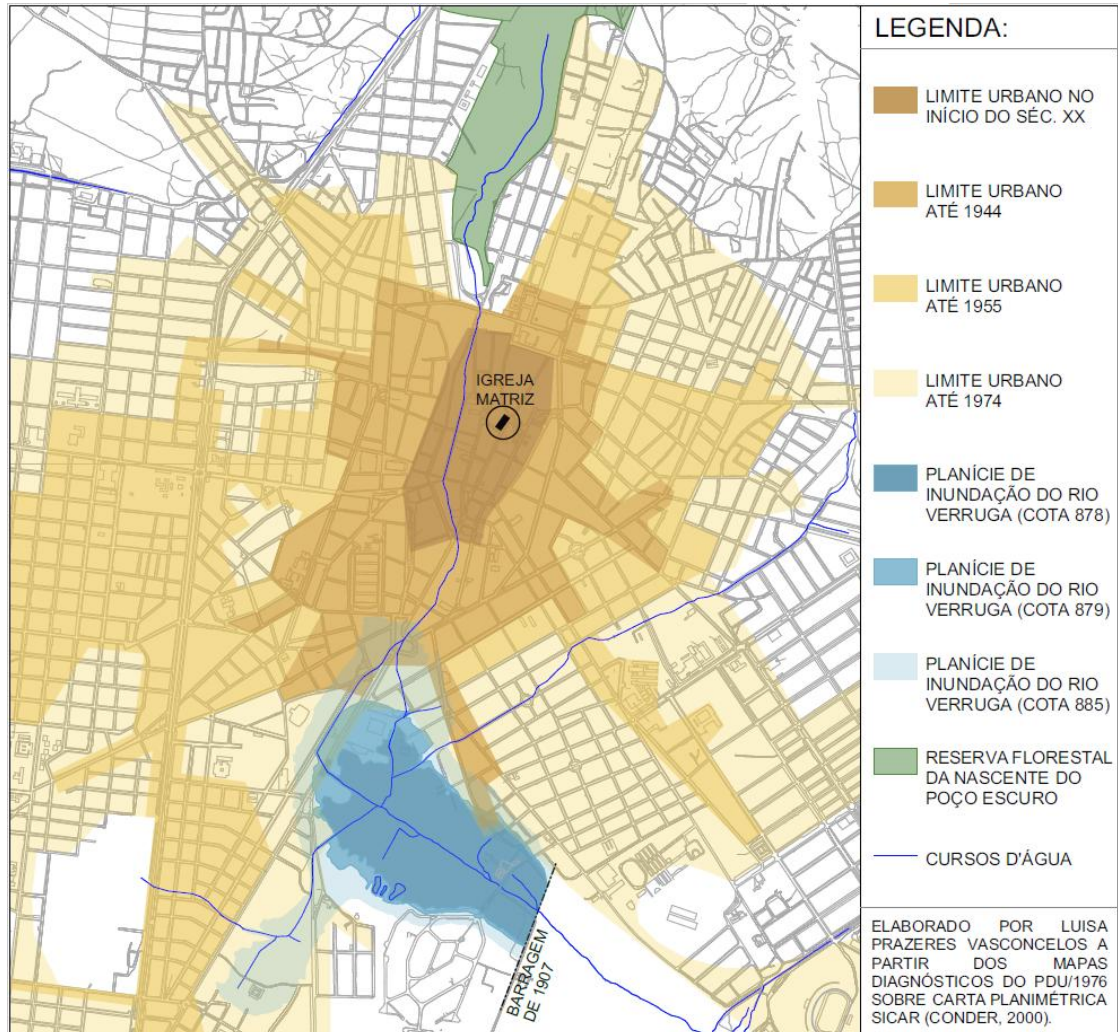


Fonte: Arquivo do Museu Regional de Vitória da Conquista, sob anotações da autora.

Até a década de 1970, a população de Vitória da Conquista se abastecia de água nas nascentes da Serra do Periperi, onde, em 1908, foi construído um reservatório público municipal. Nas casas que se situavam mais próximas ao curso d'água, também era possível abrir pequenas cisternas (poços rasos) para captação da água de subsuperfície do rio. A partir de meados do século XX, passou a ser possível a coleta de água em pequenos chafarizes instalados nos bairros mais altos, que eram abastecidos através do bombeamento da água da nascente do Poço Escuro por canalizações construídas pelo poder público municipal.

A trama urbana do município se expandiu, principalmente, ao longo do século XX, e uma de suas vertentes de crescimento seguiu o leito do Rio Verruga (Figura 22), muito em função da facilidade para abastecimento e para descarte das águas servidas. Segundo Ruy Medeiros, “a necessidade de deixar livre o acesso à água foi preocupação constante e mesmo os caminhos para a água foram transformados em ruas” (Medeiros, 1992, p. 24).

Figura 22 – Evolução urbana de Vitória da Conquista em torno do Rio Verruga durante o século XX



Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentos históricos sobre base planimétrica disponibilizada por CONDER, 2000.

Em meados do século XX, Vitória da Conquista contava com alguma infraestrutura de abastecimento de água, cujos detalhes podem ser encontrados em matéria publicada no Jornal do Brasil, em 1949, com dados de 1947, sendo descritas da seguinte forma:

O serviço de abastecimento d'água oferecia as seguintes características: manancial captado – um, com capacidade total de cinquenta mil litros em 24 horas; extensão das linhas adutoras – 1.400 metros; reservatórios – dois, com a capacidade total de 35 metros cúbicos; extensão total das linhas distribuidoras – novecentos metros; prédios abastecidos – 22; chafarizes públicos – um; torneiras públicas – seis. (Vitória, 1949).

Na Figura 22, observa-se que, até a década de 1940, a expansão urbana ocorreu predominantemente em direção à planície de inundação, mantendo a malha urbana próxima ao leito do Rio Verruga. Nota-se, também, que as áreas suscetíveis a alagamentos localizadas no

entorno da planície de inundação se situam até sete metros acima do nível do platô da planície, o que indica que nos períodos de cheia a área recebe expressivo volume de água.

Considerando que, até meados do século XX, a captação da água para abastecimento se dava na cabeceira do rio e o núcleo urbano se desenvolvia ao longo do trecho inicial do seu curso, a água remanescente na saída da cidade, após o consumo e o descarte, era muitas vezes percebida pela população como um esgoto. Nesse contexto, o curso d'água tendia a assumir, simbolicamente, o papel de um canal de esgotamento ao longo de seu percurso para a planície de inundação, o que pode ter contribuído de forma decisiva para a mudança da percepção do rio que passou a ser não mais um local de presença e, sim, de repulsa.

Percebe-se, portanto, que o Rio Verruga exerceu influência significativa sobre a configuração urbana de Vitória da Conquista, seja pelos benefícios que proporcionou, ou seja, pelos impactos decorrentes da ocupação do seu entorno. Em texto datado de 1893, encontram-se mais vestígios de como se desenvolvia a trama urbana da recém nomeada cidade da Conquista:

A cidade, edificada em terreno acidentado, é formada de casas térreas e envidraçadas na sua maioria, e de poucos sobrados, caiados a tabatinga ou cal, formando onze ruas e duas praças. Na praça maior e mais central, chamada da Matriz acham-se a igreja parochial de N. S. da Victoria, a única da cidade, e o paço do Conselho, propriedade particular.

N'essa mesma praça há aos sabbados uma feira bastante concorrida, onde a municipalidade possui um grande e bem proporcionado edificio. A cidade tem um cemitério bem colocado, com capella, e duas escolas publicas, além de seis particulares. Seu commercio é assás importante e estende suas relações à capital do Estado, às cidades e villas do centro e aos municipios do Rio Pardo e outros do N. de Minas, com cujo Estado limita-se. [...]

Há abundancia d'água potável e para as necessidades da lavoura. Coberto de gigantescas mattas, dotado de um ubérrimo e abençoado terreno não experimenta o município os rigores da secca; pelo contrario, na que há quatro anos flagelou o sertão, socorreu o centro e parte do Estado de Minas com muitos milhares de alqueires de farinha, feijão, etc, com o que attrahiu para seu seio mais de 10.000 immigrants, o que muito tem concorrido para a prosperidade da cidade que não tem cessado de aumentar de modo notável. [sic]. (Vianna; Ferreira, 1893, p. 438-439, grifos nossos).

Conforme o relato apresentado, até o final do século XIX, Conquista não sofria com os períodos de longa estiagem, pois seus vários pequenos cursos d'água garantiam a oferta de água necessária para aquela população. A entrevistada Ivany Porto, relata que na década de 1940 “era um frio enorme em Conquista, dava aquele limo verde nas calçadas” (Porto, 2020), o que evidencia que a cidade era bastante úmida.

Ainda assim, aproximadamente em 1905, o então Intendente Municipal Sá Barreto viabilizou a construção de uma barragem na planície de inundação do Rio Verruga, formando um açude (Figura 23 e 24), com o objetivo de servir de manancial para os períodos de seca, e, principalmente, para abastecer as boiadas que passavam pela cidade a caminho do litoral.

Figura 23 – Açude de Vitória da Conquista



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Regional de Vitória da Conquista.

Figura 24 – Açude de Vitória da Conquista



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Regional de Vitória da Conquista.

A justificativa para a construção do açude está diretamente vinculada ao papel histórico da cidade como ponto estratégico de ligação entre o interior do estado e o litoral. O arraial da Conquista foi fundado no final do século XVIII com o propósito de funcionar como um entreposto comercial entre o sertão e o litoral durante o processo de desbravamento do interior do Brasil-colônia. Localizado na confluência dos principais caminhos que conectavam a capitania de Minas Gerais à cidade da Bahia (atual Salvador) e às vilas litorâneas, o povoado se tornou um ponto estratégico de escoamento de mercadorias (Sousa, 2001, p. 95). A principal atividade econômica que passou a ser desenvolvida no interior do estado da Bahia foi a criação de gado, que utilizava esses caminhos para chegar às principais aglomerações urbanas do litoral. Dessa forma, a quantidade de boiadas que transitava por Vitória da Conquista no início do século XX era significativa e justificava a criação do açude na saída da cidade.

As imagens do açude apresentadas nas Figuras 23 e 24 possivelmente datam da década de 1940, nelas observa-se uma ocupação bastante rarefeita, o que indica que o equipamento não estava inserido na trama urbana durante a primeira metade do século XX. Nesse período, a relação estabelecida entre a cidade e o Rio Verruga era de tamanha importância para o município que, segundo Ruy Medeiros (1992, p. 26):

Durante muito tempo, as autoridades municipais tiveram como uma das suas principais atribuições deixar livre o acesso à água e limpar tanque na margem do córrego onde se lavavam roupas, assim como delimitar lugar onde se podia tomar banho e lavar roupa, fixando ou avivando marcos.

O rio atendia a diversos grupos sociais urbanos com diferentes formas de utilização e, até o início do século XX, todos esses grupos utilizavam a água do reservatório público municipal, que havia sido construído abaixo da nascente do Poço Escuro, conhecido pela população como “caixa d’água” (Viana, 1985, p. 552). Entre esses grupos populacionais que mantinham uma relação mais próxima com o manancial, estavam as lavadeiras, que prestavam serviço para as classes mais abastadas da cidade. A lavagem de roupas domésticas era uma tarefa desempenhada por mulheres, geralmente negras forras em busca de algum rendimento, e, para alguns, aquelas “trabalhadoras livres” eram vinculadas à prostituição, uma vez que, naquele contexto, não correspondiam ao perfil feminino destinado ao casamento e ao lar.

No início da década de 1930, a presença dessas trabalhadoras nas proximidades da “caixa d’água” passou a ser um incômodo para alguns grupos sociais urbanos, culminando na proibição, pela administração municipal, da lavagem de roupas no local (Rocha, 2011, p. 144). Apesar da alegação de que aquela era uma medida sanitária, tal proibição também refletia um fator social, que buscava afastar aquela população do convívio com a “elite urbana” ao expulsá-las para as regiões periféricas.

A partir de então as lavadeiras de Vitória da Conquista migraram para a área do açude, localizado à época na saída da cidade, denominado pela população como “Aguão”. Nessa nova área, esse grupo populacional firmou uma comunidade denominada Conquistinha, situada distante, aproximadamente, 1km do núcleo central da cidade, o que dificultava o cotidiano dessas mulheres para atender às elites das centralidades urbanas. A ocupação foi iniciada lentamente durante a década de 1930, e o açude do Aguão ofertou água para a comunidade de lavadeiras durante aproximadamente 30 anos, seja coletando água diretamente do açude ou através da abertura de cacimbas, como são chamados os pequenos poços abertos nas margens do rio.

O entrevistado e ex-secretário municipal, Fernando Oliveira, relembra que, quando passava próximo à área do Conquistinha, em sua infância, na década de 1960, era possível avistar algumas pequenas criações de animais e plantações, que o faz concluir que havia na área outras atividades econômicas, conforme explica a seguir:

[...] a população ribeirinha usava a água do rio de forma] mais constante para as diversas atividades daquele dia a dia deles. Muitas daquelas pessoas produziam algumas coisas ali, mesmo que em pequeno porte, talvez um requeijão, uma manteiga, pra servir de uma renda complementar. Evidentemente que não em uma escala industrial. E não existia a vigilância sanitária, não existia esse rigor que existe hoje, e muitos usos indevidos deviam existir, presumo eu que deviam existir. Eu estou falando do Brasil na

década de 60, né, então... no interior da Bahia, Nordeste... Então é uma condição econômico-social complicada. (Oliveira, 2020).

A ponderação de Oliveira quanto à não existência de uma vigilância sanitária, remete à possível contaminação da água que era usada por aquela população, deixando transparecer que a imagem do rio poluído, preponderante atualmente, está consolidada em sua memória de tal forma que não é possível considerar que a água daquele rio da década de 1960 fosse própria para o consumo.

A partir do momento em que a comunidade do Conquistinha se consolidou e a trama urbana se aproximou dessa área, as administrações municipais buscaram incorporar esse equipamento à cidade.

Na segunda metade do século XX, a malha urbana de Vitória da Conquista expandiu-se de forma significativa, impulsionada pelo intenso crescimento populacional. Para o senhor Antônio Roberto Cairo, comerciante nascido em 1949, durante sua infância nas décadas de 1950 e 1960, a cidade ainda era muito pequena, sobretudo se comparada à Vitória da Conquista do ano de 2020 – referencial do entrevistado no momento do depoimento. Em sua fala:

Naquele tempo, a cidade, por ser pequena, a gente tinha muito mais afetividade com as pessoas, né? Mais proximidade. Eu costumo dizer que todo mundo sabia os nomes até dos gatos e dos cachorros daqui (risos), da vizinhança, da rua toda! As crianças, as famílias, as senhoras, as vovós e por aí vai...os pais. (Cairo, 2020).

Essa percepção da cidade muda, consideravelmente, a partir da década de 1990, quando, segundo o censo demográfico (IBGE, 1992 p. 64), Vitória da Conquista passou a ser considerada a terceira maior cidade da Bahia ao contar com uma população de 224.926 habitantes.

Tal expansão urbana seguiu as medidas do movimento higienista, prevalentes no Brasil, retilinizando e tamponando o leito do Rio Verruga e rompendo, em 1963, a barragem na planície de inundação, drenando o Aguão (Figura 25). Tais atitudes invisibilizaram o curso d'água que antes serpenteava o espaço ocupado pela cidade.

Figura 25 – Obras de limpeza da área da planície de inundação do Rio Verruga.



Fonte: Arquivo Público Municipal.

A drenagem do Aguão evidencia como, geralmente, as áreas habitadas pela população pobre estão vinculadas a ambientes insalubres e como as reformas urbanas higienistas objetivavam a segregação espacial dessa população através do apagamento dos cursos d'água onde essas comunidades pudessem se instalar dentro da trama urbana. Os rios que passavam por bairros da cidade que eram habitados por população de baixa renda, eram vistos “como fonte de infecções, miasmas e epidemias, além de empecilho ao progresso e civilização” (Gomes, 2018, p. 66).

Dois meses após autorizada a drenagem do açude, o jornalista Bruno Bacelar publicou na edição nº 55 do jornal O Sertanejo, de 26 de outubro de 1963, a matéria intitulada “O açude e a sua destruição”, cujos trechos citados a seguir ajudam a elucidar a relação que foi estabelecida entre a população de Vitória da Conquista e o Aguão:

[...] À frente dos destinos administrativos de Conquista naquele tempo, Sá Barreto viu e sentiu que a terra sob sua direção era de possibilidade escassas de água, não obstante o córrego do Poço Escuro, na época, de regime permanente, cortando a cidade do norte para o sul. As grandes boiadas que por aqui passavam rumo à feiras de gado próximas da capital, ressentiam de um bebedouro suficiente. Assim, também, os pequenos criadores, no tempo, da zona circunvizinha da cidade, sentiam dificuldade em certas épocas, de uma aguada definitiva para a criação, então vivendo às soltas, livremente, em todas adjacências desta localidade. [...] O açude por Sá Barreto construído prestou os maiores e os melhores benefícios aos boiadeiros deste município e dos vizinhos municípios mineiros, além de tornar-se num ponto de passeio, inúmeros anos depois, para as famílias conquistenses, nas tardes domingueiras. O açude tinha muito peixe, muito espaço, era bonito, apreciável, útil e interessante. Da falta de conservação e zêlo, com o corte do comércio de gado mineiro, que por aqui não mais passou, o açude entrou em

decadência, servindo, entretanto, com sobejas vantagens, em outros aspectos, de lavanderia pública, onde centenas de lavadeiras, ali, profissionalmente, defendiam o pão de cada dia. O descuido público aguçou a ganância particular, que passou a apropriar-se do açude aqui e ali, indevidamente. O açude foi perdendo, assim, parte do seu grande valor material e comercial na vida conquistense. [...] Próprio municipal, construído com dinheiro municipal, servindo ao município, o açude nunca deixou de ser um patrimônio valioso e importante, em todos os sentidos, da nossa municipalidade. Era aguada de servidão pública.

[...] O açude precisava, na realidade, era de ser saneado e melhorado, não indevidamente acabado. [...] Devastar por não saberem guardar a formosa mata tropical do Poço Escuro, é o que se não explica, sob o pretexto de se fazer uma mata artificial, no açude agora destruído. [...] a sua marcha vai para os loteamentos pessoais como cousa inevitável, já que não sabemos de futuro, se os sucessores do atual Prefeito terão o mesmo plano de administração ou se não serão influenciados por um espírito não construtivo de obras de semelhante espécie [...] Quem vê os antigos terrenos do poço Escuro como propriedades particulares, bem pode supor igual destino e igual fim para os terrenos do açude agora esgotado, ilegalmente. [...] O açude era patrimônio municipal há 58 anos e não podia, assim, ser destruído, sem primeiramente, um plano do seu aproveitamento, melhoramento, reforma, modificação ou destruição preenchidas as formalidades legais e antecedentemente aprovado [*sic*]. (Bacelar, 1963).

Observa-se, no texto acima, que havia uma identificação de parte da população com o açude e que a medida sanitária não foi muito bem aceita por esse grupo populacional. O decreto municipal de 2 de agosto de 1963 (Vitória da Conquista, 1963), que autorizou o rompimento do açude, trazia a proposta de criação de um parque municipal na área drenada, no entanto, o projeto nunca foi implantado, configurando um abandono pelo poder público de intervenção urbanística de interesse coletivo.

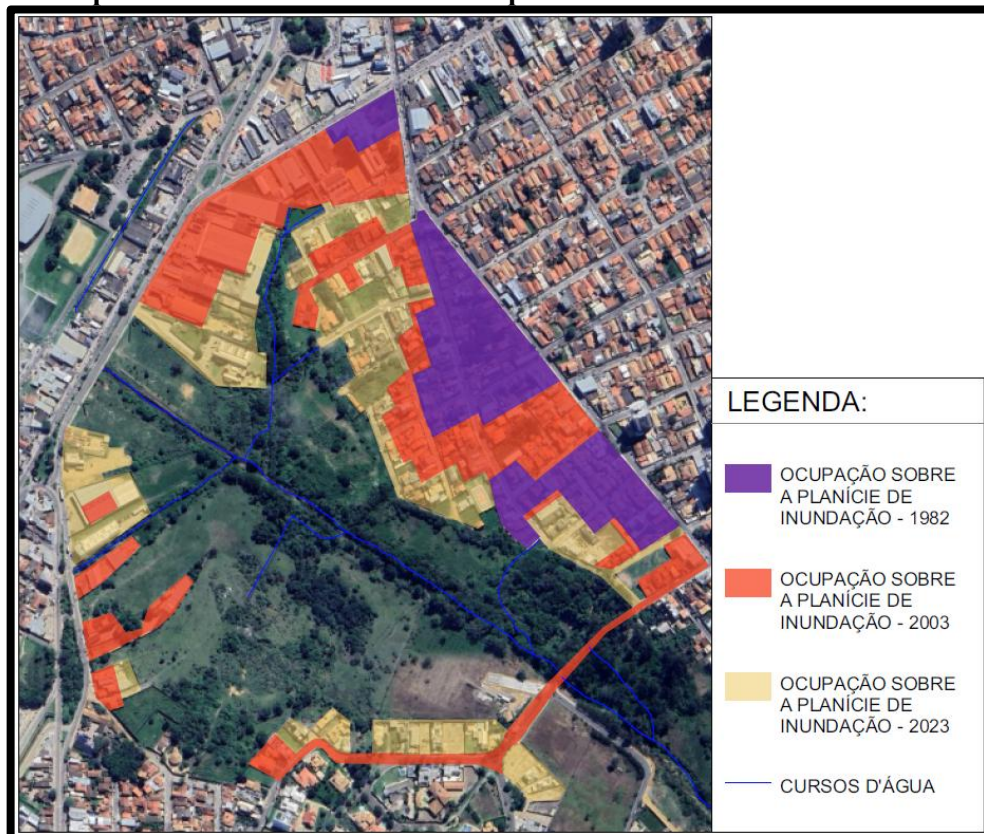
Já na década de 1970, a ausência de medidas efetivas para destinação pública da área deu margem à apropriação indevida do terreno antes ocupado pela água, contribuindo para o apagamento simbólico do açude e de sua função social e ambiental. A matéria publicada em O Jornal de Conquista, de 15 de janeiro de 1972, registra a denúncia do vereador Waldemar Porto na Câmara Municipal sobre “a invasão do terreno adjacente ao antigo “Aguão”, destacando que o político pertencia à bancada partidária da situação e, portanto, não se conformava em uma denúncia político-partidária. A matéria apresenta o seguinte relato sobre a fala do vereador:

Disse o bravo edil (é muita bravura fazer críticas aos mandões locais) que o terreno, conforme planta, era destinado a um parque zoológico ou mesmo um parque florestal, mas que a área está toda invadida, toda cercada, não sobrando nem um metro ao patrimônio municipal e que o caso já foi por ele levado ao conhecimento da Prefeitura em oportunidade anterior e ainda quando a invasão não atingiu a totalidade dos terrenos. Pelo que se observa a Prefeitura

não tomou conhecimento do fato. Foi omissa, o que é lamentável. (Invasão, 1972).

A denúncia do vereador revela, além do abandono da área pelo poder público, a ausência de percepção do espaço público pela população e a fragilidade da memória urbana frente aos processos de valorização privada do solo. Na Figura 26, observa-se o avanço da ocupação sobre a área do antigo açude, nos últimos 43 anos. A área ocupada corresponde a aproximadamente 40% da área inundável, evidenciando que são construções sujeitas a alagamentos. Segundo o engenheiro e ex-secretário municipal, Fernando Oliveria, “essa depressão, ela foi sendo conquistada por aterros sucessivos, até se chegar próximo do limite do rio”.

Figura 26 – Expansão urbana na área do Conquistinha



Fonte: Elaborado pela autora com base em imagens de satélite (Google, 2024) e plantas cadastrais urbanas (Vitória da Conquista, 1978, 1982, 1992).

A área do Conquistinha era considerada periférica e pouco valorizada até o final da década de 1970, quando a ocupação passou a evoluir de forma rápida. A valorização do solo foi acentuada após a prefeitura municipal deferir, em 1981 (Ferraz, 2001, p. 182), o projeto da construtora Odebrecht para a implantação do loteamento residencial Caminho do Parque em

área adjacente ao antigo açude (Figura 27), voltado para um grupo populacional de maior poder aquisitivo.

Figura 27 – Vista do Conquistinha e da área remanescente do Aguão a partir do local das obras de implantação do loteamento Caminho do Parque em 1982



Fonte: Arquivo pessoal de João Daniel Nogueira Barros Cairo.

Em 19 de agosto de 1986, a prefeitura de Vitória da Conquista enviou um ofício para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em Brasília, solicitando equipamentos para limpeza e dragagem do curso do Rio Verruga que corta a planície de inundação. No documento, citado a seguir, observa-se a reafirmação da prefeitura sobre os problemas sanitários solucionados com a retirada do açude, a situação de assoreamento e abandono que a área da planície de inundação se encontrava:

Em 1963 o DNOS deslocou até o nosso município uma grande draga para que fosse realizada uma obra de relevante caráter social. A dragagem, retificação e direcionamento do Córrego Verruga e Córrego do Sujo, cortam nossa cidade. Tal medida solucionou diversos problemas sanitários e de infraestrutura urbana em nosso município. Hoje vinte e três (23) anos após tal ação, nos defrontamos com um canal totalmente assoreado e obstruído, ocasionando constantes inundações e gerando imensos problemas sociais. Identificamos o completo assoreamento do canal, incapaz de atender as vazões de deflúvios, baixa declividade e enormes depósitos de material obstruindo o seu leito. A região de sua influência abrange população de baixa renda, já sacrificada por deficiências de uma infra-estrutura de esgotos sanitários. (Vitória da Conquista, 1986).

Cabe aqui complementar que o prefeito que decretou o rompimento da barragem do açude em 1963, José Pedral, havia sido afastado de suas atividades em 1964 após a ascensão do Regime Militar brasileiro, retornando à prefeitura em 1983 para cumprir o mandato até 1989. Dessa forma, a limpeza do canal do Rio Verruga em 1986 demonstra uma retomada da obra de 1963 de drenagem da planície, que, provavelmente, melhorou os episódios de inundação nas regiões ocupadas da planície de inundação, principalmente no Conquistinha, mas também valorizou o recém-inaugurado loteamento Caminho do Parque.

Após o aumento da impermeabilização do solo com a expansão da zona urbana, a retificação e impermeabilização do leito do rio com calhas de concreto e o rompimento do açude, a água parou de minar para a população de lavadeiras do Conquistinha. Segundo a senhora Jovina, “até as cacimba que a gente abria secou!” (Silva, 2020).

O rio cumpriu o papel de saneamento da cidade até meados da segunda metade do século XX, quando, em 1965, através da resolução nº 72/65 firmou-se “convênio com o Departamento de Engenharia Sanitária do Estado da Bahia – DESEB, para executar a exploração do serviço de água e esgoto sanitário do município de Vitória da Conquista” (Vitória da Conquista, 1965). Essa transição na forma de acessar a água aconteceu lentamente e a água tratada, encanada com distribuição individualizada foi sendo ofertada à medida em que a rede foi sendo construída. A obra da nova rede transpôs para Vitória da Conquista a água do rio Água Fria, situado no município vizinho de Barra do Choça, construída ao longo das décadas de 1970 e 1980, assim como também foi construído paulatinamente o sistema de coleta e tratamento dos esgotos urbanos com a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

Apesar de o rio ter sido ocultado pela trama urbana, as características naturais do relevo permanecem e, nas épocas de chuva, o rio sempre volta a aparecer. A existência de um grande vale do Rio Verruga faz com que as correntes de água de chuva se tornem muito intensas nas ruas da cidade. Toda essa água que desce para o leito do rio chega com uma velocidade muito alta e um volume muito grande, transformando as ruas novamente nos cursos d’água originários. Ao chegar na área do antigo Aguão, essa água ocupa o espaço que lhe foi negado e inunda muitas infraestruturas, conforme relatado por alguns entrevistados:

Em 50 iniciava-se também o bairro Jurema de Gildásio Cairo dos Santos, numa área de inundação fácil, porque é uma área baixa e porque ali corre uma das nascentes do Rio Verruga (Medeiros, 2020).

Quem conhece sabe que ali tem uma escola e o apelido dessa escola é “aprendizes de marinheiro”, por razões óbvias. Eu já vi, já presenciei, no momento em que a gente não tinha Corpo de Bombeiros em Vitória da Conquista, o Corpo de Bombeiros não existia, e nós fomos obrigados a improvisar com algumas pessoas que tinham barcos, levar barcos pra lá para tirar as crianças! As crianças ficaram em cima das mesas e das cadeiras, e teve que ir de barco para tirar as crianças. (Oliveira, 2020).

Segundo os relatos, quando o volume de água é muito grande, a planície de inundação se estende até a baixa do Córrego da Jurema, alcançando a cota 885 e alagando importantes avenidas. O bairro Jurema foi aberto em 1951 por Gildásio Cairo (Viana, 1982, p. 330) para ser destinado à população de baixa renda, com parte dele ocupando uma área inundável no entorno do córrego da Jurema.

Em um dos relatórios de acompanhamento das obras do sistema de esgotamento implantado pela EMBASA durante a década de 1970, datado de janeiro de 1975, encontra-se a menção ao atraso dos serviços em função do alagamento da área da planície de inundação, onde foi construído o interceptor, conforme texto a seguir:

Levantamento taqueométrico da área compreendida pelo interceptor e lagoas, abrangendo aproximadamente 50ha, o rendimento foi grandemente afetado em virtude da incidência de chuvas fortes e de problemas com os proprietários das terras envolvidas no que tange à permissão para entrada em suas propriedades.

As chuvas alagam toda a área cujo efeito perdura por cerca de três dias, impedindo que os serviços tenham prosseguimento normal. (EMBASA, 1975).

Os meses de novembro a março são considerados, em Vitória da Conquista, os meses em que ocorrem as chamadas “chuvas das águas”, quando se pode observar uma média pluviométrica acima de 80mm por mês. Em todos os anos, nesta mesma época, ocorrem inundações no centro da cidade, porém alguns anos são mais críticos. Em entrevista, alguns moradores se recordaram de duas grandes chuvas que, além de causarem devastação, também ceifaram vidas, como no relato do engenheiro Fernando Oliveira, que foi responsável pelas obras de saneamento e drenagem do município durante as décadas de 1980 e 1990 como funcionário da EMURC (Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista), e que ainda hoje presta serviço técnico para a prefeitura:

Você já ouviu falar que aqui nessa esquina morreram quatro pessoas afogadas dentro do carro? Foi por isso que a gente construiu esse canal, porque aqui nessa porta, aqui nessa rua, passava 50, 60, 70 cm de água! Ele foi passar com um Corcel 2 – quando a água está acima da metade da roda você não deve entrar no curso d’água – ela quase que cobriu, tombou o carro, eles foram lutando dentro, lutando, foram pegos lá perto de onde é a biblioteca hoje. Foram tombando e a água entrando! [...] Eles morreram de água, em função, em decorrência da chuva! (Oliveira, 2020).

A cidade de Vitória da Conquista tenta controlar o Rio Verruga há mais de 60 anos, mas em todos os anos ele volta a se mostrar com toda a sua potência, destruindo as infraestruturas criadas pela sociedade. As inundações causadas pelas chuvas sazonais, que transformam as ruas em cursos d’água temporários, continuam a ser um desafio para a cidade, especialmente em áreas historicamente inundáveis como é o caso do acesso à antiga Rua Grande (Figura 28), local por onde passava o leito original do rio.

Figura 28 – Volume de água descendo pelo antigo curso do Rio Verruga após intensa chuva ocorrida em 1969



Fonte: Luís Fernandes (2015).

A observação da Figura 28 permite inferir que as águas pluviais que descem a Serra do Periperi atingem o centro da cidade com alta velocidade. A força da correnteza formada pelo grande volume de água, constantemente, arrasta carros e causa severos danos à vida e à infraestrutura urbana. Frente às mudanças climáticas vivenciadas no século XXI, espera-se que inundações como estas se tornem mais frequentes e mais intensas, o que certamente comprometerá áreas até então imunes à força das águas.

2.3 Ecos entre margens: aproximações entre o Verruga, Tinto, Leça e Neiva

Os caminhos trilhados pelas águas dos rios Verruga, Tinto, Leça e Neiva foram, e ainda são profundamente moldados pelas histórias, pelas culturas e pelos modos de organização social dos habitantes que os cercam. Mais do que simples elementos físicos do espaço, esses cursos d'água revelam, em suas trajetórias, a inscrição da memória coletiva e das práticas culturais dos grupos humanos que com eles interagiram. A paisagem desses rios constitui uma expressão concreta das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e afetivas que se desenrolaram ao longo do tempo.

No caso de Vitória da Conquista, o percurso do Rio Verruga é exemplo de um processo de apagamento e marginalização do elemento natural no contexto urbano. A história da cidade, fundada com objetivos expansionistas e dominadores típicos do movimento bandeirante, construiu uma relação de dominação sobre a natureza e não de integração. Essa premissa da conquista de terras, ancorada em uma memória coletiva que exalta a imposição do humano sobre o meio natural, relegou o rio a um obstáculo à expansão urbana. A progressiva

canalização, ocultação e poluição do Verruga refletem a ausência de um sentimento de pertencimento da maior parte da população em relação ao curso d'água e uma memória urbana que o invisibilizou no imaginário coletivo.

De maneira similar, nos contextos portugueses, os rios Tinto e Leça sofreram intensa descaracterização a partir da segunda metade do século XX, com a urbanização acelerada e a industrialização descontrolada.

Em Rio Tinto, a memória da lenda fundacional – o rio tingido de sangue – permaneceu como um fio tênue de lembrança simbólica, mas não se traduziu em práticas efetivas de proteção ambiental ao longo das décadas. Em Vitória da Conquista, o mito fundacional também passa por uma batalha sangrenta – essa contra os indígenas – que ocorreu também nas margens do rio, mas, diferente de Rio Tinto, no caso do Arraial da Conquista o Rio Verruga é irrelevante na história propagada pela memória coletiva, não havendo vestígio de lembrança simbólica de suas águas.

A degradação extrema do Rio Tinto, com canalizações e poluição severa, distanciou-o da população, esvaziando seu valor afetivo. A posterior tentativa de revitalização, mesmo bem-intencionada, enfrenta dificuldades justamente por não conseguir reconstituir imediatamente o vínculo emocional da população com o rio: é possível limpar fisicamente o leito, mas reverter o apagamento simbólico é tarefa mais lenta e delicada.

Situação semelhante ocorre no Rio Leça, onde a mobilização institucional recente — através da Associação Corredor do Rio Leça — tem buscado resgatar a memória e o pertencimento por meio de ações educativas, culturais e de lazer. Contudo, a degradação histórica muito acentuada e a memória ambiental negativa ainda pesam sobre a percepção popular, assim como acontece com o Rio Verruga. A presença física de novos parques e passadiços no Leça não se traduz automaticamente em apropriação simbólica, porque o pertencimento ao território é resultado de uma memória vivida e compartilhada.

Em contraste com esses processos de apagamento, o caso do Rio Neiva destaca-se pela força da memória coletiva e da ação popular. Quando surgiram as ameaças ambientais ao rio, no final da década de 1970, a resposta das comunidades de Antas e de Castelo do Neiva foi imediata. Baseando-se em uma memória de proximidade cotidiana e de usos produtivos do curso d'água, a população se mobilizou espontaneamente em defesa do seu rio. A criação da Associação Rio Neiva e a posterior inclusão do estuário em área de proteção ambiental são frutos dessa mobilização que, além de proteger fisicamente o rio, preservou o vínculo afetivo e identitário daquele grupo populacional com o seu curso d'água. No Rio Verruga também encontramos esse vínculo afetivo e identitário no grupo social das lavadeiras, porém, essas, não

conseguiram ter força política, nem social, nem educação robusta para embasar um movimento de defesa do rio na década de 1960 e 1970 em Vitória da Conquista, ao contrário do que aconteceu em Antas e Castelo do Neiva.

A existência de uma proximidade física, econômica e de pertencimento ao território, explica, em parte, as distintas direções tomadas para a recuperação dos rios analisados. Nos casos de Vitória da Conquista, Rio Tinto e Leça do Balio, onde a industrialização e modernização das cidades se mostrou mais forte que o pertencimento ao território, os rios foram, gradativamente apagados da trama urbana e da memória coletiva, gerando um cenário onde as ações de revitalização encontram maior resistência subjetiva, indiferença e descrença popular. Na qual o pertencimento conseguiu permanecer vivo, como no Neiva, o rio pôde ser defendido e reapropriado como parte fundamental da identidade local.

Essa constatação reforça a tese central desta pesquisa de que sem a presença da memória e do pertencimento aos territórios ribeirinhos, não se alcança a plena revitalização dos rios urbanos. Os investimentos financeiros, as legislações ambientais e as ações educativas de forma isolada não são suficientes para garantir a efetividade da recuperação de um curso d'água. É preciso uma ação conjunta de mobilização para reconstruir memórias que confirmam sentido na preservação dos rios como elementos fundamentais no espaço urbano.

A análise comparativa evidencia, também, que as políticas públicas mais eficazes são aquelas que reconhecem as subjetividades locais, promovendo processos participativos nos projetos de intervenção. Experiências como a da Associação Rio Neiva demonstram que o envolvimento genuíno da sociedade é um fator decisivo para a perenidade das ações, um envolvimento construído no cotidiano, no contato com o território, nas práticas sociais e nas memórias transmitidas entre gerações.

3 QUANDO A CIDADE LEMBRA: OS RIOS NO ESPAÇO URBANO E SUAS AFETIVIDADES

A relação entre a sociedade e o espaço urbano é moldada pela forma como os diferentes grupos populacionais percebem, vivenciam e se apropriam do território em que habitam. Essa interação não é apenas funcional ou econômica, mas fundamentalmente afetiva, constituindo-se como uma dimensão estruturante da memória coletiva.

Com a contínua expansão das cidades, as ocupações humanas transformam radicalmente os espaços, alterando sua configuração física e seus sentidos simbólicos. A produção das cidades modifica o relevo, os cursos da água, a vegetação nativa e o microclima local, criando ambientes totalmente antropizados, artificiais e estéreis. Nos grandes centros urbanos, o contato direto com a terra, a água e a vegetação tem sido substituído por espaços pavimentados, construções verticais e redes subterrâneas invisíveis à percepção cotidiana.

Nas grandes cidades do século XX, a paisagem natural foi progressivamente excluída dos espaços urbanos: a água limpa chega ao local de consumo por meio de tubulações, sem que a população conheça sua origem; as áreas verdes são rarefeitas e frequentemente artificiais; o contato com o solo é mínimo ou inexistente. Sobre esse cenário, Raimundo e Sarti (2016) complementam que:

A população urbana ultrapassa a rural nos países ocidentais a partir da segunda metade do século XX e tem-se como tendência o aumento de tal concentração. Com isso, o homem que vive nas cidades perde paulatinamente o contato com o mundo natural. Nas grandes cidades vive-se e trabalha-se em ambientes fechados, não raro com temperaturas controladas, onde o contato com as intempéries e variações climáticas (chuva, neve, frio, calor, noite, dia, etc) são, em alguns casos, quase nulos.

Esse afastamento entre o ser humano e os elementos naturais não se traduz apenas em perdas ambientais, mas em profundas rupturas simbólicas e culturais. O espaço que deveria ser vivido, torna-se fragmentado e instrumentalizado. A natureza, quando presente, é muitas vezes encarada com desconfiança, medo ou indiferença.

No Brasil, essa desconexão se torna ainda mais complexa devido à formação histórica da sociedade, que assumiu contornos onde o espaço público não é visto como um bem comum, partilhado e protegido por todos, não pertence ao coletivo. O entendimento fomentado pela lógica mercadológica é a de que o bem público é apenas da instituição Estado, e o Estado não é considerado parte da população, é visto como um espaço “de ninguém”, frequentemente

abandonado, degradado e vulnerável a apropriações privadas. Nos espaços públicos, admite-se a deterioração e o furto do patrimônio, sob a alegação de má gestão pública.

Essa percepção, enraizada em processos coloniais de exploração predatória do território antes indígena, resulta em práticas de desrespeito e negligência em relação aos bens coletivos. Segundo Ailton Krenak, os espaços precisam ter significado para poderem ser respeitados:

A montanha fala comigo, porque eu me reconheço nesse lugar. A hora que me tiram daqui e me jogam em qualquer canto eu não ouço mais a voz da montanha, e não escuto mais em que linguagem o rio está falando. Se eu não entendo a linguagem do rio, ele vira um esgoto para mim. Se a montanha não fala comigo, eu posso pegá-la e jogá-la em cima de um trem e mandá-la para um depósito de minério qualquer. Porque você despersonaliza a paisagem, tira o sentido, esvazia o significado desta cosmovisão, dá um chute no castelo, e isso despenca. Se você não tem um imaginário, se você não ocupa um imaginário, se o seu coletivo não compartilha um espaço que é recriado o tempo todo pela alma, pelo espírito, pela cultura, pelo ambiente da visão, a visão da cultura, você está visando uma coisa totalmente miserável, que não tem sentido nenhum. Você foi jogado em qualquer lugar. (Krenak, 2015b, p. 256-257).

A retirada de espécimes vegetais para uso privado, o despejo de lixo em área pública e a depredação do mobiliário urbano são expressões da ausência de pertencimento coletivo, configurando um abandono dos espaços comuns pela sociedade, o que amplia a violência urbana e o desprezo ao bem comum. Se os espaços que poderiam ser de convívio com os elementos da natureza, de aprendizado, de reunião e de lazer são desprezados, a população volta-se, cada vez mais ao espaço privado, controlado e estéril, aprofundando o ciclo de alienação espacial e enfraquecendo a sociabilidade urbana.

Essa dinâmica não é meramente uma consequência do descaso ou da pobreza material, mas uma questão cultural, histórica e de projeto econômico de sociedade, que formata a compreensão pela população do que é comum, do que é coletivo e do que é público. Como alerta Milton Santos, as condições gerais de produção criadas no Brasil, frequentemente, anularam a noção de direitos políticos e de direitos individuais (Santos, 2007, p. 15). Segundo o autor, “o modelo cívico forma-se, entre outros, de dois componentes essenciais: a cultura e o território. [...] É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje” (Santos, 2007, p. 17-18), nesse sentido, o espaço público é também espaço de cidadania, e a falta de reconhecimento desse espaço é, em última instância, a negação do exercício pleno da cidadania.

Inserindo esse cenário político, econômico e cultural no contexto ambiental, percebe-se, na prática cotidiana da construção nas cidades, que as áreas verdes permeáveis são sempre

menosprezadas e abdicadas dentro do rol de necessidades da população. Por mais que as legislações urbanas exijam um percentual mínimo de área verde permeável, mesmo em condomínios privados ou residências de maior poder aquisitivo, onde, a princípio se dispõe de maior área privativa, a preferência por áreas impermeabilizadas e a aversão à manutenção de jardins e quintais vegetados evidenciam a dificuldade de convivência com a natureza no espaço urbano contemporâneo. Os argumentos são diversos: o trabalho de cuidar, a necessidade de água para irrigação, o medo da proliferação de insetos e de doenças, ou o receio da sujeira.

A entrevistada Patrícia Kepsky, farmacêutica e professora universitária, ao refletir sobre sua experiência em Vitória da Conquista, descreve que começou a perceber a dissociação entre a sociedade e a natureza após o início dos seus estudos sobre agroecologia e plantas medicinais, e apresenta a seguinte percepção:

O que é que eu sinto? O pessoal 100% desconectado dos ambiente naturais. Mas é assim, tipo assim, 200%. É 200%, porque, assim, não é que é desconectado só, o povo tem um medo, um receio, uma coisa assim que parece que, ah, que se tiver uma matinha ali, vai ter tudo de ruim. Assim, parece que tudo de ruim vai. Parece que a floresta é canalizador de coisa, de coisas ruins. Assim, que vai ter cobra, a cobra vai te picar, o escorpião vai te picar. Porque aquela folha caída vai gerar dengue. Porque, sabe, é um negócio assim, que que eu acho que é tão forte aqui, tão forte. [...] é uma desconexão total. (Krepsky, 2023).

A percepção da professora ecoa uma tendência generalizada: a matinha, o terreno baldio, o jardim naturalizado são vistos como ameaças, como espaços de risco, e não como lugares de vida, encontro e pertencimento. Essa desconexão, como alerta a própria entrevistada, compromete não apenas a saúde mental e emocional das novas gerações, mas também a formação de uma consciência ambiental sólida, portanto, o início de uma mudança desse paradigma precisa acontecer para as crianças:

A sociedade brasileira de pediatria está recomendando contato com a natureza para evitar – para evitar não, para ajudar a prevenir – a depressão em crianças. [...] se a criança não entra em contato, ela não vai se tornar, não vai ter a chance de ela se tornar uma ambientalista na fase adulta, porque ela não vai ter aquela conexão (Krepsky, 2023).

Tal percepção é compartilhada pela Associação Rio Neiva, em Portugal, que orienta suas ações para “as comunidades estudantis e jovens [...] porque acredita que a longo prazo o seu papel deverá ser educacional, deverá ser sensibilizar e educar para o ambiente” (Carvalho, 2023). Como destaca Sobreiro (nome fictício), colaborador da Associação, “atuar a longo prazo,

acaba por ser melhor para envolver e chegar a pessoas que não apareciam cá” (Sobreiro in Carvalho, 2023), se constituindo uma estratégia fundamental para reconstruir vínculos afetivos com o território e garantir a continuidade das práticas de preservação.

A perda do espaço público como espaço de encontro, memória e natureza é, portanto, uma das expressões mais dramáticas da crise de pertencimento nas cidades contemporâneas. Reverter esse quadro implica não apenas requalificar fisicamente os espaços, mas também ressignificá-los simbolicamente, reaproximando a população de seus rios, praças e espaços públicos.

Sob esta perspectiva, a presente seção propõe aprofundar a análise das relações afetivas, simbólicas e sociais entre as populações estudadas e os cursos d’água de seus territórios, buscando compreender de que maneira a memória, o pertencimento e a participação social podem participar da reconstrução de uma relação harmônica com esses espaços urbanos.

3.1 Rios urbanos, memória coletiva e o pertencimento ao território

O território é um elemento estruturante das experiências socioculturais humanas, ele não é apenas o suporte físico das atividades sociais, mas um espaço simbólico, impregnado de significados. O compartilhamento desse espaço gera identidade coletiva, sedimenta o reconhecimento histórico dos grupos e molda a memória que cada sociedade guarda de si mesma (Pesavento, 2008, p. 9). Essa identidade é constituída pelas práticas cotidianas, pelas marcas deixadas nas paisagens, pelas memórias partilhadas e pelas narrativas que reforçam a continuidade do grupo no tempo e no espaço.

À medida em que a organização social se transforma, a relação dos grupos humanos com seus territórios também se modifica. Nos últimos séculos, o espaço urbano tem sido gerenciado pela lógica funcionalista e pela racionalidade econômica, distanciando-se da experiência afetiva e simbólica tradicionalmente associada aos lugares.

Como afirma Maurice Halbwachs (2003), o espaço não é apenas um cenário passivo das relações sociais, é um elemento ativo na construção da identidade coletiva:

Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem. O grupo se fecha no contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com este passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo. Essa imagem penetra em todos os elementos de sua consciência, deixa mais lenta e regula sua evolução. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto membro do grupo, é o grupo em si que, dessa maneira,

permanece sujeito à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. (Halbwachs, 2003, p. 159).

A memória, nesse sentido, utiliza um suporte espacial concreto, como lugares, objetos e paisagens, para se fixar e ser transmitida. À medida que esses suportes desaparecem, a memória relativa àquele espaço enfraquece e o pertencimento àquele território se esvai, transformando as percepções e construindo diferentes memórias.

No contexto dos cursos d'água urbanos, ainda é possível encontrar memórias vivas da relação entre as populações e seus rios. Entretanto, para que esses rios não sejam apagados e reduzidos a meras infraestruturas ocultas, é necessária uma ressignificação como lugares de memória (Nora, 1993, p. 21-22), pontos de ancoragem da identidade urbana e afetiva das sociedades. Sob essa perspectiva, os rios atuam como mediadores físicos e metafóricos na percepção da paisagem urbana (Chapman, 2019, p. 185). São corpos vivos de memória, guardando tanto as histórias visíveis quanto as narrativas subterrâneas das cidades que atravessam.

Contudo, no atual cenário de urbanização intensiva e submissão do espaço à lógica do capital, a presença simbólica dos rios urbanos se enfraquece, a água deixa de ser elemento estruturante das relações sociais para tornar-se recurso a ser controlado, canalizado ou ocultado. A toponímia das cidades e elementos urbanos que por vezes mantinha viva a memória dos rios, também se torna residual ou meramente decorativa, dissociada do reconhecimento afetivo e histórico, na qual a memória coletiva não se sustenta em função da ausência de elementos materiais que a vinculem ao território, tornando os rios invisíveis na paisagem da cidade.

Essa política de apagamento dos rios da malha urbana contribui para o desaparecimento do pertencimento aos espaços ribeirinhos, através da perda dos marcos simbólicos que conectavam esses espaços à experiência cotidiana. Assim, as áreas de várzea tornam-se espaços a serem ocupados indiscriminadamente, os cursos d'água são canalizados para dar lugar à infraestrutura viária e os riscos socioambientais, como enchentes e poluição, tornam-se invisíveis na consciência coletiva. Tal desconexão com o ambiente natural em que se vive é visto com preocupação por Krenak (2022) quando o autor afirma que:

Quando estraga um corpo d'água, você não está só privando as pessoas do líquido água, H₂O no seu estado líquido, mas você está privando as pessoas da convivência com muitos outros seres que vivem na água, seres rios. Os rios são seres cheios de vida, não é uma água no sentido bioquímico, não é uma água, é tudo! Aliás, não é à toa que dizem que a vida no nosso planeta começou com uma gota d'água. (Ailton Krenak, 2022).

Sobre esse tema, Bhattacharya-Mis e Lamond (2014, p. 113) ressaltam que a memória coletiva é essencial na resiliência das sociedades frente a catástrofes ambientais. O conhecimento tradicional acumulado sobre o comportamento das águas e as áreas de risco, transmitido ao longo das gerações, funciona como uma forma de proteção e adaptação. No entanto, quando esse saber é interrompido pelo apagamento físico dos marcos ou pela desconexão cultural, a sociedade perde suas referências e, com elas, sua capacidade de prevenir desastres, levando a decisões urbanas que ignoram a memória do lugar. Tornar visíveis os eventos passados, reforça a consciência dos ciclos naturais e da necessidade de respeito aos limites físicos da natureza.

Para Menezes e Silva (2023, p. 345), “os rios urbanos não estão contidos na memória social devido a um fraco investimento na manutenção da mesma”, uma vez que a memória é facilmente moldável e “estimulada ou esquecida em função dos espaços físicos, no sentido em que as intervenções e alterações do espaço podem produzir novos significados ou romper totalmente com os já existentes”. O apagamento da memória dos cursos d’água urbanos, compromete, portanto, o pertencimento a esses espaços, causando uma ruptura da narrativa da cidade sobre si mesma. Esse apagamento simbólico reduz a capacidade dos cidadãos de reconhecerem-se como parte integrante do espaço, esvaziando as relações de afeto e responsabilidade para com o espaço público.

Nesse contexto, o direito à memória torna-se também o direito ao espaço público de qualidade. Valorizar a memória coletiva urbana é essencial para reconstruir vínculos entre as populações e os territórios que habitam, criando perspectivas futuras, uma vez que é nela que se delineiam os projetos de continuidade e mudança.

A percepção da população em relação aos cursos d’água urbanos se transformou radicalmente nas últimas décadas do século XX no Brasil e em Portugal, em função do acelerado desenvolvimento das cidades. Até a primeira metade do século XX, os rios eram espaços de trabalho e sociabilidade, utilizados para a lavagem de roupas, criação de animais, produção de laticínios, limpeza de veículos, abastecimento doméstico e recreação. Essas práticas reforçavam o papel dos rios nas dinâmicas econômica e social das sociedades entre as décadas de 1930 a 1960.

Com a implantação do abastecimento de água individualizado por redes subterrâneas, a industrialização dos alimentos e a modernização dos serviços urbanos, a ligação direta com os rios foi se perdendo. A água deixou de ser um elemento experienciado diretamente e passou a ser invisível, mediada por tecnologias e infraestruturas que, ao mesmo tempo que garantiram conforto, romperam os laços simbólicos com as fontes hídricas.

Percebe-se, nesta pesquisa, que o grau de envolvimento dos grupos urbanos com seus rios pode variar significativamente conforme o nível de urbanização, a intensidade do crescimento populacional e, sobretudo, a capacidade de mobilização social para a preservação da memória e do território. A relevância atribuída ao rio pela população é fundamental para a compreensão do processo e para a participação em debates sobre a temática, dessa forma, o resultado da urbanização variará conforme o nível de mobilização da sociedade.

A análise das entrevistas realizadas revela dinâmicas opostas, delineando trajetórias distintas para os rios estudados. Enquanto no Rio Neiva permanece um forte sentimento de pertencimento, ancorado em práticas de mobilização e educação ambiental, os rios Verruga, Tinto e Leça mostram-se mais distantes da experiência coletiva cotidiana, reflexo da intensificação da urbanização, da degradação ambiental e da perda de referências simbólicas. A presença ou ausência da expressão “nosso rio” nos relatos das populações estudadas é um indicador sensível dessa diferença. Trata-se de uma expressão que está muito presente na referência ao Rio Neiva, principalmente na entrevista do sr. Amieiro – exemplificada no trecho transcrito na página 56 e no trecho a seguir: “em relação ao rio, que era o **nosso rio**, era o rio onde os meninos aprenderam a nadar, o rio pequenino que lhe passava próximo da casa” (Amieiro, 2023, grifos nossos) –, mais contida no contexto do Rio Leça, como pode ser observado na Figura 12, e ausente nos depoimentos acerca dos rios Verruga e Tinto. Essa dinâmica evidencia que o pertencimento territorial não é apenas uma condição material, como a proximidade física ao curso d’água, mas, sobretudo, uma construção simbólica e afetiva, mediada pela memória coletiva, dentro de um processo histórico e cultural.

Assim, compreender o papel da memória na construção do pertencimento torna-se fundamental para pensar estratégias de reconexão das cidades contemporâneas com seus rios.

3.2 A presença dos rios na vida dos habitantes: a memória coletiva como estrutura de pertencimento

A percepção da sociedade em relação à água nos ambientes urbanos é resultado de um longo e complexo processo histórico de transformação das cidades e de suas dinâmicas espaciais. Durante grande parte do século XX, especialmente até suas últimas décadas, o tema da preservação das águas parece ter sido pouco abordado nas escolas primárias das cidades brasileiras e a relação cotidiana dessa população urbana com o elemento natural intermediada, muitas vezes, pela aparente garantia da disponibilidade de água através dos sistemas de

abastecimento públicos. A água, captada e canalizada, tornava-se invisível, ocultando sua origem e esvaziando a experiência sensorial direta da população com os cursos d'água.

O crescimento acelerado da urbanização mundial, aliado à intensificação dos processos de impermeabilização do solo nas cidades ao longo das últimas décadas, produz uma desconexão progressiva entre os habitantes citadinos e os rios, lagos e nascentes urbanas. A água passa a ser percebida majoritariamente como um elemento utilitário – captada, tratada e distribuída para o consumo doméstico, e, posteriormente, descartada sem um entendimento aprofundado sobre seu ciclo natural e sua importância para o equilíbrio ecológico. Os rios urbanos, antes espaços de convívio, trabalho e memória, integradores das paisagens urbanas e da vida social, passaram a ser vistos, em muitos casos, como obstáculos urbanos, vetores de enchentes ou ameaças sanitárias a serem eliminadas ou invisibilizadas.

A análise das entrevistas realizadas neste estudo permitiu compreender como a memória individual e coletiva em torno dos rios ainda estrutura, ou debilita, o sentimento de pertencimento a esses espaços. Os depoimentos revelam dinâmicas distintas: enquanto em alguns casos a memória ressignifica e fortalece a identidade local, em outros, o apagamento da lembrança contribui para a indiferença e para a degradação dos espaços fluviais.

No caso do Rio Tinto, em Portugal, foi possível captar algumas percepções dos moradores da freguesia a respeito do rio na pesquisa de campo realizada entre outubro de 2022 e fevereiro de 2023, que ilustram a fragilidade atual dos vínculos entre a população e o rio. Um morador nascido na década de 1950, relatou que, em sua infância, nadava no rio e testemunhava seu uso para a moagem de milho nos moinhos existente em suas margens. O morador também deixou claro que se trata de um rio “perigoso”, pois no período de cheias, a força de suas águas e o aumento do nível de seu caudal causam muitos prejuízos. Segundo Gomes et al. (2007), o trecho a jusante do centro da freguesia de Rio Tinto, onde encontra-se a ETAR do Meiral¹³, “apresenta um nível de cheia que pode atingir, pelo menos, 1,5m de altura e 12m de largura, com um período de retorno de 5 anos, e 4m de altura e 50m de largura, com um período de retorno de 100 anos”, o que confirma a preocupação da população que vivenciou as grandes cheias do rio, e as reteve na memória. As lembranças trazem à tona uma relação intensa, em que o rio era simultaneamente fonte de sustento, de lazer e de paisagem identitária.

Entretanto, apesar dessa memória afetiva, o pertencimento ao rio atualmente é enfraquecido. As narrativas sobre o Rio Tinto aparecem impregnadas de saudosismo, mas desvinculadas da realidade contemporânea. A degradação ambiental e a canalização do rio

¹³ Estação de Tratamento de Águas Residuais situada na Rua do Meiral, próxima ao limite entre os municípios de Gondomar e Porto.

transformaram-no em uma memória longínqua, dissociada da realidade atual, conforme explica o trecho abaixo retirado de uma obra que aborda as memórias acerca da freguesia de Rio Tinto, do autor Joaquim Marinho, nascido em 1931:

O rio Tinto foi, durante séculos, não só fornecedor de água, seja para beber, seja para nele nascerem e proliferarem peixes, mas também abastecedor de pão a muita gente. Nas suas águas, as lavadeiras de Rio Tinto ganhavam a vida, lavando para fora; os moleiros, nos seus moinhos, moíam o milho cuja farinha era aplicada no fabrico do pão, essencialmente. Os lavradores disputavam com estes as suas águas, pois dela necessitavam para regar os campos. [...] Com o rio a correr, saudável e alegre pelo seu leito devidamente preservado, tal como as suas margens, com moinhos adequados à indústria turística, os açudes [...], todo aquele troço da Lourinha à Ponte de Rio Tinto, pelo menos estes, seria paisagem atraente de forasteiros à procura de lazer e descanso. E tanta falta de locais há em que a natureza permaneça em toda a sua pujança aliada à amizade do ser humano, que tantos benefícios daí tiraria! (Marinho, 2003, p. 39-40).

Com a intensificação da urbanização, a partir da década de 1980, o rio foi, aos poucos, sendo controlado e apagado do cotidiano da sociedade com canalizações, esgotamentos, desvios de curso e tamponamentos. Sobre estes últimos, após a sobreposição de trecho do rio por de uma avenida, Marinho, numa tentativa de manter viva na população a memória do rio, faz um apelo:

O autor deste trabalho sugere para nome da artéria recentemente aberta [...] o de “Alameda do rio Tinto” e, algures neste trajecto, a seguinte «Memória»: “Passava por aqui o rio cuja lenda deu o nome a esta Terra. E tu, que andas por aqui, lembra-te que passas pela Certidão de Nascimento dela, ao passares pelos seus restos imortais; estás a passar por cima da presa da Lourinha, que fornecia água para a rega dos campos vizinhos e servia de “piscina” à pequenada; estás a passar sobre o açude (cataratas) junto do portão que dava acesso à Quinta das Freiras (o Mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto existiu por aqui próximo), onde o antiquíssimo e frondoso carvalho dava sombra a quem, nos dias cálidos, os sonhadores, os estudantes e os romeiros a S. Bento das Pêras e S. Cristóvão a procurava. Quem por aqui passa, passa pelas pedras onde as famosas Lavadeiras de Rio Tinto lavavam as roupas das freguesas. Quem por aqui passa, passa por sobre um pedaço da História desta Terra!” (Marinho, 2003, p. 40-41).

O pedido de Marinho para que uma avenida construída sobre o rio receba o nome “Alameda do Rio Tinto”, acompanhado de uma placa memorial, é um esforço desesperado para manter viva a lembrança daquele curso d’água na paisagem urbana. Tal gesto confirma que, na ausência de suportes materiais que reforcem a memória, o esquecimento avança, e o pertencimento ao território diminui.

O processo de degradação sofrido a partir da década de 1980 foi tão intenso que para Joaquim Marinho “é caso para dizer que a sina da degradação da paisagem riotintense pelas tais construções promíscuas e pouco de acordo com o meio ambiente envolvente já vem tão de trás, que foi mesmo para ficar!” (Marinho, 2003, p. 37). Para Fernandes,

As pressões urbanísticas verificadas nas últimas décadas levaram igualmente a uma perda da conectividade do rio Tinto e das respetivas ribeiras, com o entubamento e artificialização dos seus leitos e a ocupação das suas margens com construções (incluindo habitações), principalmente nos concelhos de Gondomar e Valongo, contribuindo não só para a dificuldade em perceber a paisagem, mas também para a degradação da qualidade da água e dos ecossistemas naturais das margens. (Fernandes, 2020, p. 105-106).

Segundo declaração do coordenador do Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Norte em março de 2012, os rios Tinto e Leça eram os que apresentavam pior estado no Norte de Portugal em função da pressão urbana e industrial (Mesquita, 2012).

No caso do Rio Leça, em pesquisa de campo realizada entre janeiro e fevereiro de 2023, os moradores de Leça do Balio que passeavam pelo recém-inaugurado trecho do “Corredor verde do rio Leça” lamentavam a situação de poluição do rio, apesar das intervenções urbanísticas de recuperação. A população expressava, majoritariamente, descrença na requalificação do rio. As memórias de infância, quando o rio era espaço de brincadeiras e banhos até o anoitecer, ainda existem, mas são narradas com um tom de irreversível perda. Mesmo com o novo parque, a população ainda não consegue ver beleza no tão maltratado rio, prevalece a percepção de abandono, indicando que a ressignificação simbólica do rio ainda não foi efetivamente alcançada.

O contraste mais evidente surge na análise do Rio Neiva: foi possível encontrar nas freguesias de Antas e Castelo do Neiva uma população que se identificava tanto com o território e com o rio que iniciou, ainda na década de 1970, um movimento de preservação de suas águas frente ao recente processo de urbanização da área, que também rompia a atmosfera rural, conforme conta Amieiro, nascido em 1958 em Antas, Esposende:

Eu sou filho de agricultores. A minha mãe era doméstica, o meu pai sempre trabalhou na agricultura, como a maior parte dos habitantes desta freguesia e deste Concelho. [...] Esta ruralidade que hoje está perdida, mas que naquele tempo era o dia a dia das pessoas, e eu sempre gostei muito, gostei muito da terra e ainda gosto, né? Embora a minha atividade profissional não seja essa atualmente [...] mas o próprio desenvolvimento natural depois da Revolução do 25 de abril [1974] em que as pessoas começaram a abandonar a atividade agrícola, com o aparecimento de fábricas aqui próximo, novas oportunidades de trabalho, de melhores condições de vida, tudo se transformou. [...] Não era

fácil a vida do agricultor, era uma vida bastante esforçada, e por vezes violenta. (Amieiro, 2023).

As freguesias de Antas e Castelo do Neiva, situadas nos Concelhos de Esposende e Viana do Castelo, possuíam, juntas, em 1970, uma população de 4.940 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 1971) distribuída em uma área de 14,61 km² às margens do rio Neiva, resultando em uma densidade demográfica de 336 hab/km². Essa densidade se manteve estável nos últimos 50 anos, indicando que não houve um desenvolvimento urbano significativo na região, apesar da industrialização das últimas décadas. Se comparados, esses dados, com o panorama nacional de Portugal, têm-se que o país teve um aumento populacional de 20% no mesmo período, o que revela que as freguesias citadas não seguiram as taxas de adensamento nacionais, o que evitou uma pressão urbana sobre o Rio Neiva.

É possível que o não adensamento no entorno do Rio Neiva se deva, entre outros, à mobilização da população que, mesmo com o enfraquecimento da agricultura na região, se posicionou contra a descarga de esgotos industriais no rio a partir de manifestações iniciadas em 1979, conforme relata Amieiro:

Nós temos aqui um acontecimento em que se viu que as pessoas que – e não havia propriamente grande consciência ambiental, havia mais, talvez, uma consciência cívica, não sei – mas a instalação de uma zona industrial aqui a 1km, no Concelho de Viana do Castelo, que é a zona industrial de Neiva atual, com uma certa grandeza e alguma projeção, que criou aqui milhares de postos de trabalho, um espaço de grande empregabilidade, mesmo assim, as pessoas, ao saber que iam ter empregos, que ia ser uma coisa muito boa para esta zona, quando se aperceberam que havia – não havia intenção, já estava a ser executada – a serem executados canais de condução de esgotos provenientes das unidades para o rio [...] houve um movimento instantâneo das populações do baixo Neiva, desta zona, de repúdio, de indignação e de atuação no terreno. [...] Se juntaram e foram de paus e pedras, por assim dizer, destruir as condutas, que já estavam instaladas, dessa zona industrial pra o rio. Foi um acontecimento nacional, porque foi das primeiras ações desse tipo que se registraram. [...] E foi um pouco isso que na altura salvou o rio. (Amieiro, 2023).

A iminente perda do ambiente natural do rio, frente à urbanização crescente, fez com que os filhos da população de agricultores – que já estudavam em centros urbanos de maior projeção – apresentassem uma grande resistência às intervenções propostas no rio Neiva. Para o senhor Amieiro, a consciência cívica adquirida com a Revolução dos Cravos, ocorrida em 1974 em Portugal, foi fundamental para esse enfrentamento social: “Depois da Revolução, foram anos de uma atividade social – todos os níveis – política, cultural, duma autêntica transformação!” (Amieiro, 2023).

Esse movimento inicial, segundo Amieiro, foi formado por jovens que tinham entre vinte e trinta anos, e a primeira reunião do grupo que deu origem à Associação Rio Neiva, em 1989, contava com aproximadamente quarenta a cinquenta pessoas. Sob a perspectiva do entrevistado Carvalho, nascido na região em 1985 e atual presidente da Associação, era um movimento bastante restrito:

Estes movimentos que houve, na altura, ou estas vontades de atuar, eram, provavelmente, para um grupo muito restrito, e de pessoas que já tinham algum tipo de ligação ao rio, por vivências que tinham ou familiares, ou até proximidades gráficas, só e apenas, porque também muita gente dependia do rio, como a agricultura por exemplo, ou as azenhas que usavam a força da água para a produção de cereais. [...] eram pessoas que quando começa a haver, então, crimes ambientais – e, na altura, isto já eram palavras usadas, estão escritas – as pessoas sentiram-se, entre outras, ofendidas e atuaram. Havia proximidade que levou a que as pessoas atuassem, mas insisto, provavelmente um grupo muito pequeno de pessoas. Não era a freguesia que se movimentava ou que se juntava, este movimento não era da freguesia ou do território, era sim da Associação e das pessoas que estavam à volta dela. (Carvalho, 2023).

Com a criação efetiva da Associação Rio Neiva, esse grupo de ativistas passa a focar sua atuação na educação e “passa a criar atividades, passa a criar um programa com escolas, ou seja, algo mais estruturado, mais regular” (Carvalho, 2023). A ação intensa da Associação junto à população local e com a busca pelo apoio da administração pública conseguiu mobilizar a sociedade para a vivência e atenção para o curso d’água. O sr. Amieiro relata a seguir como foram os primeiros anos de mobilização da Associação:

A nível do Concelho, de todos os Concelhos da bacia hidrográfica do rio Neiva, não existia rigorosamente nada! Nós fomos os precursores de todo o processo de educação ambiental nesta zona, essencialmente no Concelho de Esposende. Com o diálogo do presidente da Câmara da altura, dali a há alguns meses estávamos nos primeiros cursos de engenharia ambiental, e ele era uma pessoa bastante sensível, e era um industrial, mas uma pessoa com um carácter muito afirmativo e muito sensível a essas questões, não descansou enquanto não contratou uma engenheira recém formada do ambiente [...] foi a partir dessa altura que as questões ambientais aqui – a nível do desenvolvimento e da sensibilização ambiental – foram efetivas nesse Concelho e hoje nós podemos nos orgulhar em relação a outros – estamos a falar em nível local – podemos orgulhar do trabalho feito ao longo desses anos. Aquilo foi, foi um esforço muito, muito grande da nossa parte porque, o que é que move essas coisas? Em parte, não é só vontade, mas é preciso meios: meios financeiros, meios humanos, de ocupação de tempo, de procurar pessoas, de mobilidade, de viaturas. Nós percorremos as escolas do ensino básico da nascente à foz! Com os miúdos, a falar com eles, a trazê-los para o terreno, a fazer com que eles gostassem do meio onde viviam, que gostassem do rio. Colocamo-los na água, colocamo-los na água através da canoagem, do contacto direto, e

tivemos que criar um clube de canoagem – que nunca teve grande projeção a nível nacional, mas tem alguns títulos – que ainda hoje existe na Associação. E construímos, conseguimos um posto náutico numa casa que tinha sido construída ilegalmente junto à margem do Neiva, trouxemos os miúdos todos das escolas daqui próximas – mais próximas, não é – pra o rio. Tanto trouxemos pro rio como pra outras coisas, há miúdos que se conheceram lá e hoje casaram e são pais de filhos e continuam os filhos a frequentar o rio e a canoagem. [...] E sempre com o apoio das autarquias [...]. Nós trabalhamos em ligação contínua, apresentávamos projetos nossos que eram apoiados, e o Instituto Português da Juventude que colaborou conosco em inúmeras ações sempre dirigidas ao público mais jovem. Os miúdos eram, eram o nosso objetivo principal porque eles iam em casa sensibilizar os pais pra coisas novas que eles não sabiam, mas que sabiam, ou interpretavam, de outra forma em relação ao ambiente e exatamente mesmo em relação ao rio e às implicações que todas as interferências externas o poderiam prejudicar. (Amieiro, 2023).

A Associação foi a grande responsável pela manutenção da relação entre população e o rio viva e, sobre isso, o entrevistado Carvalho, presidente da Associação, relata que a forma encontrada para “pôr crianças na água, ou seja, próximas do rio e da natureza, foi através do desporto” (Carvalho, 2023). Ele mesmo, durante a década de 1990, foi um dos frequentadores dos programas de esportes de verão que a Rio Neiva oferecia e conta que seu primeiro “contato com a Associação foi através do desporto, de durante dois, três meses, vir todos os dias para o rio, durante três, quatro horas de manhã, para a prática de canoagem”. Rememora ainda que “o próprio treinador da altura dizia, se eles gostarem da canoagem, gostam do rio. Se gostam do rio, vão protegê-lo” (Carvalho, 2023).

Nesse processo de conscientização da população local, a Associação Rio Neiva também procurou “estudar um pouco o rio, o que o rio tinha, que muitas vezes passava despercebidos em termos de conhecimento” (Amieiro, 2023). Para o entrevistado Amieiro, o estudo da lontra foi o mais interessante exemplo de alteração na percepção de uma memória coletiva, uma vez que o animal “é um indicador importante da qualidade da água, e nós estávamos a saber como é que ele estava no rio Neiva” (Amieiro, 2023). Segundo ele, para as gerações anteriores, “era o animal mau. O moleiro dizia ao filho ou as pessoas diziam ao filho para adormecer caladinho porque senão vinha a lontra. A lontra era o bicho mau” (Amieiro, 2023). Após a descoberta de que esses animais ainda existiam em toda a extensão do rio, a Associação levou “a figura da lontra às escolas, aos miúdos, para o animal brincalhão, [...] para sensibilizarem e para os miúdos gostarem” (Amieiro, 2023).

Para Carvalho, a atividade que mais o marcou foi sobre a preservação do azevinho, um arbusto nativo que estava ameaçado pela ação humana, sobre o qual ele recorda: “eu lembro-me que na altura nós íamos para o viveiro, para a Quinta Pedagógica da Associação, para fazer

a replantação do azevinho. [...] Eram atividades de sensibilização e deixavam alguma coisa nos miúdos e em mim porque eu continuo a lembrar-me disso” (Carvalho, 2023). O relato de Carvalho evidencia que a memória acerca das vivências e aprendizados é capaz de solidificar o sentimento de pertencimento ao território.

Nos mais de trinta anos da Associação Rio Neiva, Amieiro viu o convívio da sociedade com o rio se alterar em função das modificações das atividades econômicas, antes dependente da agricultura e das rodas d’água que moviam os moinhos e azenhas:

Essa cultura que foi criada após o declínio da agricultura, e da ligação, e de se precisar do rio, essa transformação desde o tempo da Associação também para cá, desde a fundação, também se transformou. E nós assistimos. As rodas pararam todas, as rodas que giravam, que fizeram girar também a vida de muitas pessoas, pararam, acabaram. E havia a preocupação em que o rio não se voltasse a fechar. E ainda bem que não se voltou a fechar por um fenómeno interessante. As pessoas começaram a sair, não para trabalhar, mas para passear. Fazer caminhadas, percursos pedestres. E foram criados, e estão institucionalizados até pela autarquia, percursos nestas zonas, muitos junto ao rio. E isso fez com que as pessoas comessem a frequentar as margens. Isso traduz-se numa coisa fundamental, a vigilância. E também a consciência e sensibilização das pessoas. (Amieiro, 2023).

Dessa forma, a vinculação da sociedade com o rio foi transformada, o que antes era uma dependência econômica, agora é uma conexão para o lazer e esportes, que é incentivada, não apenas pela Associação, mas também pela administração pública.

Para Amieiro, os pequenos cursos d’água que cortam o território de Antas ainda continuam sendo elementos fundamentais na dinâmica do território. Essa proximidade e respeito ao rio Neiva propiciam que a população local não apenas se mobilize para a sua preservação, mas também pela manutenção dos espaços comuns:

Ainda hoje, apesar da pouca atividade agrícola, ainda há pessoas que regam dessas linhas d’água. A água aqui é importante, não é? [...] Nós vemos grandes amplitudes de caudal do verão para inverno [...], existem cheias, que passam por cima das pontes, que inundam os campos, tudo fruto das linhas d’água que lhe dão corpo. [...] Mesmo não utilizando a água do regato, havia sempre o cuidado, e ainda hoje há, de fazer a limpeza, a limpeza das margens, a limpeza do próprio leito, leito dessas ribeiras. [...] O rio era a piscina onde todos os miúdos aprenderam a nadar. (Amieiro, 2023).

A Associação Rio Neiva é um exemplo de que, quando a população se posiciona como interveniente no processo de urbanização, ressignificando a importância do rio, a apropriação desses cursos d’água torna-se mais factível.

Enquanto a população do entorno do Rio Neiva conseguiu articular-se em defesa do curso d'água, evitando impactos ambientais mais severos, o cenário em Vitória da Conquista tomou um rumo distinto. O crescimento urbano acelerado e a falta de uma mobilização comunitária forte resultaram na degradação progressiva do Rio Verruga.

No Brasil, a densidade demográfica apresenta um outro cenário. O incremento populacional no país entre 1970 e 2022 foi de 118%, e no município de Vitória da Conquista o cenário é ainda mais desafiador, com um aumento de 191% na população no mesmo período. Tal dado indica que o fluxo migratório interno do país tem na cidade um polo de atração populacional. No distrito-sede do município, que conta com uma área de 257 km², onde nasce o Rio Verruga, a densidade demográfica passou de 334 hab/km² em 1970 (Vitória da Conquista, 2019a, p.9 e 31) – similar à de Antas e Castelo do Neiva – para 1.069 hab/km² em 2010, o que demonstra a ampliação da pressão urbana sobre o leito do Rio Verruga, ao contrário do que ocorreu no rio Neiva. Sobre essa pressão urbana, a entrevistada Patrícia Krepsky, que passou a residir no município em 2009, relata:

[...] na cidade a gente não enxerga muito o rio, não é? Ele fica, fica meio escondido. Então eu não tinha noção do tanto de poluição dele. [...] Ali atrás da UESB, aí eu cruzei o Verrugas, [...] dá para ver que, que é um rio, assim, praticamente morto. [...] ele está bem escondido, então eu não sabia, acho que eu não sabia que existia um rio. (Krepsky, 2023).

Para a entrevistada, nascida em 1976, em Blumenau, a memória sobre as águas urbanas em sua infância já são de águas poluídas: “a minha cidade natal tem um rio, que chama Itajaí-açu, e eu sempre soube, desde criança, que ele era poluído”. Segundo ela, “tem lugares de água limpa, mas não na cidade” (Krepsky, 2023), porém a sua recordação afetiva da infância resgata os passeios no rio com a sua avó em seus primeiros anos de vida, dos quais lembra que “cada dia lá estava de uma cor diferente, porque lá é a região de indústria têxtil, e eu achava lindo, não é? Na minha inocência de criança. [...] parece um negócio bem mágico! [...] eu tenho a lembrança porque realmente me marcou muito”.

Em Vitória da Conquista, após diversos estudos em sua trajetória acadêmica e da descoberta do Rio Verruga, sua vivência já é diferente:

Tenho lembranças maravilhosas das vezes que eu fui no Poço Escuro, que é onde ele nasce. [...] Então assim, para mim é um lugar incrível, assim, da cidade. É, assim, como se eu estivesse entrando em outro mundo, realmente, assim, é uma água... Bebi da água de lá! Que diz que tem uma tradição que aí quem bebe não vai embora... (risos). Tem umas coisas assim, que você só é conquistense se você beber água do Rio Verruga, falei, ah, bebi a água e tal.

Porque eu sabia que ele nascia lá e que era verdade isso, que ele nascia ali na naquela, naquela mata. Então eu tenho essa coisa com o Poço Escuro. E aí as pessoas sempre falam, “Ah, porque é perigoso”, não sei o quê, só que, assim, eu resolvo, eu sempre faço o seguinte, eu vou conhecer pra ver. (Krepsky, 2023).

Encontra-se no relato de Krepsky uma outra camada de análise: a Reserva do Poço Escuro é considerada, atualmente, pela maior parte da população conquistense, como um local perigoso, controlado por grupos de traficantes e, por esse motivo, são poucas as pessoas que frequentam o parque da Reserva.

A entrevistada Maricá (nome fictício), que passou a residir em Vitória da Conquista em 2010, em função de sua atividade profissional já tinha conhecimento do Rio Verruga quando chegou na cidade e se preocupa muito com o abandono do curso d'água:

Logo quando eu cheguei eu ia muito lá no Poço Escuro. Eu visitava muito a reserva e via lá as fontes, e sabia da história de que aquilo ali era muito importante pra manutenção do rio e de que o rio foi coberto a partir dali da Praça Juventude e que existe galerias por debaixo daquelas edificações todas e que hoje a gente tem problemas estruturais inclusive, não é? Problemas de retorno, um monte de questões envolvidas ali e que os órgãos públicos — não só municipal, mas estadual e federal — não conseguem dar conta da dimensão disso, apesar de algumas tentativas que foram feitas. (Maricá, 2020).

Mesmo na primeira metade do século XX, a população de Vitória da Conquista não tinha a percepção do curso inicial do Rio Verruga como um rio. Apesar de ter sido durante muito tempo o único manancial da cidade, encontra-se nas entrevistas coletadas com moradores que viveram em Vitória da Conquista nas décadas de 1940, 1950 e 1960, que eles não percebiam a presença da água como um rio, apenas a referência do abastecimento proveniente do Poço Escuro, situação que pôde ser percebida também nos relatos memorialistas, inferindo que se trata de uma percepção compartilhada coletivamente (Vasconcelos, 2021, p. 55-57). Nas recordações de infância do entrevistado Angico (nome fictício), nascido em 1948, a presença da água só é percebida no Poço Escuro, onde algumas pessoas pegavam água para vender. Quando questionado se ele via algum córrego quando saía para brincar na rua, responde que esse espaço de coleta de água “era um pouco distante de casa, em torno de uns 200, 300 metros e [depois] a cidade já tava, já tinha cidade ao redor” (Angico, 2020), dando a entender que o rio não era um elemento visível no cotidiano da população.

Segundo o depoimento do engenheiro civil e ex-secretário municipal, Fernando Oliveira, profundo conhecedor das redes de drenagem de Vitória da Conquista, quando questionado sobre o percurso e a canalização do Rio Verruga responde que:

[o rio] passa pelo fundo das casas na região da Caixa, região do banco do Nordeste [...], [tamponado] de maneira bem precária, às vezes até com madeira, pranchões, passarelas, ou até ele [pausa], em outro lugar ele aparecia aberto de novo. [...] Como ele é um rio de largura pequena, né, não mais de 3, 4 metros, então aparecia, outra hora estreitava de novo, era [pausa] era confuso, era caótico. (Oliveira, 2020).

Oliveira nasceu em Jequié em 1956 e relata que começou a visitar Vitória da Conquista a partir do início da década de 1960 com os seus pais. Em sua fala, ele afirma que, mesmo em sua infância, o rio já estava praticamente coberto: “eu não tive essa aproximação com o rio. Agora, ele já estava dominado, ferido, vamos dizer assim, quase que mortalmente, nessa região aí” (Oliveira, 2020). Portanto, o conhecimento apresentado sobre a presença do rio na trama urbana foi adquirido por meio de experiências posteriores na administração municipal e em seus estudos sobre a cidade, configurando um conhecimento técnico e não uma percepção coletiva do espaço. Ainda assim, a conclusão de que o curso do rio era “confuso” reflete uma incerteza de informações, característica do desconhecimento coletivo acerca do rio.

Sobre as lembranças pessoais de Oliveira, destaca-se o seguinte trecho: “em 66 eu vim aqui para a inauguração do Lomanto Júnior, e o rio passa ali perto, e a gente não conseguia nem chegar perto” (Oliveira, 2020). O referido estádio Lomanto Júnior foi construído em área mais afastada do núcleo central da cidade de 1966, em terreno ao lado do Rio Verruga, cerca de um quilômetro após a planície de inundação. Uma das nascentes que alimenta o rio está situada no terreno do estádio e seu curso natural foi modificado para circundar o campo, cumprindo a função de separar fisicamente a arquibancada do gramado, antes de seguir para o leito maior do rio. Ainda assim, o curso d’água não é percebido, nem a estrutura do equipamento público permitiu a aproximação entre a população e o Rio Verruga, evidenciando um distanciamento simbólico do elemento natural. A única experiência relatada pelo entrevistado em sua juventude de percepção da presença do rio foi quando fez um passeio com o pai, cujo trecho segue transcrito abaixo:

Eu era menino, eu cheguei a vir com meu pai em alguns momentos pra o Parque de Exposições, onde meu pai vinha aqui olhar gado, e eu me lembro que ele comprou uma vez dois animais de cela, e eu saí com ele nos animais, e a gente foi passeando. [...] Para experimentar os animais, eu saí com ele e a gente foi ali pelo fundo, próximo ao rio, onde era o antigo Clube da Derruba, que é vizinho ao Parque de Exposições, e o rio passa ali embaixo. E tinha um lugar ali que era só pasto, então dava pra a gente ir, por exemplo, não tinha arbusto, nem árvores frondosas, então a gente ia, você chegava a ouvir um certo barulho do curso, tinha um pouco, tinha um volume maior, certo? Agora já com [pausa], isso era fácil de perceber, já com sinais claros de intervenção indevida. A gente já percebia um pouco de lixo, já via a turbidez, pela cor da

água, que já existia lançamento de esgoto ‘in natura’, isso aí já dava pra perceber, claro de maneira incipiente ainda, né? Mas o volume era maior, então a diluição também era maior. Como era uma quantidade de poluição menor, e o rio tinha mais água, não chegava a ser [*pausa*], não agredia tanto, como se agrediu. (Oliveira, 2020).

No relato acima é possível perceber como a reminiscência apresenta traços de construção contemporânea quanto à presença da poluição: ao mesmo tempo que as “intervenções indevidas” eram facilmente perceptíveis por um menino que escutava o barulho do rio e via a água turva, o “lançamento de esgoto ‘in natura’” era incipiente e não agredia tanto o ambiente. Tal relato insinua a conclusão de que a poluição generalizada presente na memória coletiva contamina também as percepções individuais da juventude, resultando na sensação do entrevistado de que “o rio foi muito desprezado, foi um elemento que ao mesmo tempo que ele permitia a vida, ele era assassinado. Ele permitia que as pessoas vivessem e as pessoas faziam coisas que permitiam que ele morresse” (Oliveira, 2020).

O arraial que deu origem à cidade foi criado com o objetivo de servir de entreposto comercial, e as atividades de agricultura e pecuária ficavam um pouco mais afastadas do centro, de forma que a maior parte da população apenas coletava a água da nascente do rio para o abastecimento e não se preocupava mais com o que acontecia com a água depois daquele manancial. Sobre a situação do arraial, temos uma descrição de 1817, na qual é possível compreender um pouco do panorama econômico e social do povoamento:

Os moradores são pobres; daí a razão por que os ricos proprietários das redondezas, as famílias do “coronel” João Gonsalves da Costa, do capitão mór Miranda e algumas outras empreenderam a construção da igreja às suas expensas. Independente dos recursos que a cultura dos campos fornece para a subsistência dos habitantes, a venda do algodão e a passagem das “boiadas”, que vão para a Baía, lhes proporcionam outros meios de vida; as boiadas que vêm do Rio São Francisco passam também por essa localidade; algumas vezes veem-se chegar, numa semana, para mais de mil bois, que se destinam à capital. O gado comumente emagrece, durante o longo trajeto que têm que percorrer, motivo pelo qual deixam-no descansar aí durante algum tempo, e mandam-no para se refazer nos pastos mais próximos.

Grande parte dos moradores do Arraial compõe-se de trabalhadores e de rapazes desocupados, que ocasionam muitos distúrbios, pois não há polícia nesta localidade. A malandrice e uma inclinação imoderada para as bebidas fortes são traços distintivos do caráter desses homens; daí resultam disputas e excessos frequentes, que tornam detestável esse lugar, de má fama para as pessoas mais sérias e consideradas, que vivem em suas fazendas espalhadas em torno. (Wied-Neuwied, 1940, p.410).

Identifica-se no texto que os proprietários de terras, que tinham em suas fazendas as atividades mais lucrativas, não moravam no Arraial, que foi formado, principalmente para

acolher as boiadas que seguiam para o litoral. Um século depois, com o povoamento de Vitória da Conquista consolidado, já é possível encontrar relatos sobre a presença de aguadeiros e lavadeiras, que lidavam com o território e com o rio em seu cotidiano, pois necessitavam das águas para suas atividades laborais.

Ao buscar as memórias das lavadeiras do Rio Verruga, encontra-se que existia uma relação muito próxima dessa população com as águas do açude do Aguão, que serviam para o lazer, sustento e consumo. Para este grupo populacional, a proximidade ao rio era condição indispensável e, por isso, essas mulheres desenvolveram uma relação de pertencimento com os espaços ribeirinhos. Para a entrevistada Amburana (nome fictício), o convívio nas margens da represa do Aguão não era restrito às lavadeiras do Conquistinha, o açude também era utilizado por diversas lavadeiras residentes em outros bairros, configurando um imaginário urbano coletivo para essas mulheres. Entende-se, então, que, mais que um elemento essencial para consumo e higiene, era do compartilhamento da água do açude que provinha o sentimento de comunidade.

No depoimento da lavadeira Jovina, a questão comunitária também está presente, mas o fator da convivência com os espaços naturais se mostra mais forte. Para ela, a retirada do açude diminuiu muito a umidade na localidade, afetando os ecossistemas locais e o regime de chuvas, evidenciando sua preocupação com as intervenções urbanas que alteraram a conformação natural do terreno:

Ali tudo era açude! Era enorme, minha fia! Foi tanto que depois que Pedral mandou cabá com isso aí, que demorou de cabá, viu fia? demorou viu? aí jogaram pra lá pra baixo que era botar o Rio Verruga, que ía botar não sei quê [...] Mãe falava assim: ê, meu pai, o povo tá acabando com o açude! Agora você não vê nem grito de nada. É você vê assim, você sabia que ía chover na hora que aqueles sapo começava a berrar a tudo! Menina! Mas era sapo antigamente! Vixi! Esses sapos berrava aí embaixo! [...] ô gente, os bichinho tá sentindo falta ainda da água que eles vivia aí embaixo. Bebendo e nadando, e cantando... debaixo daquelas baronesa [*sic*]. (Silva, 2020).

A memória da senhora Jovina acerca do açude remete a uma imagem bucólica, na qual a presença da água afeta a percepção do espaço, em contraponto com a percepção atual em que prevalece a ausência de significados.

Durante as décadas de 1960 e 1970, após o rompimento da barragem do açude e antes da oferta da água encanada, algumas lavadeiras conseguiam água a partir de cisternas abertas em suas casas ou na casa de vizinhos, mas o volume era cada vez menor, devido ao crescimento

da cidade com a supressão da vegetação e impermeabilização do solo. A dificuldade em conseguir água causou diversos transtornos para essa população, conforme relata Amburana:

Porque quando eu não tinha água, minha filha, uma vez foi um sufoco, porque o vizinho - a água do fundo não tava muito boa já mais, do mangueiro, botaram gado dentro, as cacimba era rasiha, o gado bebia tudo, não tava dando mais pra gente. Pegava água na cisterna do vizinho, na cacimba, aí na frente. Aí o vizinho - eu tava de resguardo, tinha ganhado uma criança - aí meus dois filhos foi pegar água e ele não deixou. Assim, ao cair da tarde - os meninos sempre iam encher o pote ao cair da tarde - ele não deixou e os meninos chegou chorando, eu falei: o que foi?, “não, o [vizinho] não deixou a gente pegar água”. “Não, não tem nada não, [quando] o papai chegar vai bater não”. Aí quando o [marido] chegou eu falei com ele: olha, o [vizinho] não deixou os menino pegar água, e aí? E agora? Ele falou assim: amanhã cedinho eu vou levantar de madrugada e vou abrir a cacimba onde ele trabalhar. Abriu a cacimba aí na manga, a gente começou a usar a água, o vizinho nosso falou assim: não, pega água lá em casa. A gente foi, pegava. Todo dia a gente ia pegar água, pegava pouca porque a cisterna dava muito pouca água. [sic] (Amburana, 2020).

A dificuldade em ter acesso à água, exposta pela entrevistada, retrata a percepção da escassez para uma população que necessitava daquele elemento natural para a realização da atividade que garantia o sustento de sua família. Enquanto o acesso regular à água potável se tornava cada vez mais difícil, os raros momentos de chuva ocorriam cada vez com mais força, acarretando danos e medo na população, em função da impermeabilização do solo na área da planície de inundação, o que causava ainda maiores prejuízos àquela população.

Após décadas de muita dificuldade para manter as suas atividades, no final do século XX foi disponibilizado o sistema de abastecimento por água encanada para as residências do Conquistinha. Porém, para uma população já com grande dificuldade financeira, ter que pagar para ter acesso à água, que algumas décadas antes minava no fundo de sua casa, não era muito fácil. No caso de *Amburana*, exigiu o empenho de toda a família:

[...] eu tava na fonte lavando roupa, aí minha mãe chegou e falou assim: ó, minha filha, tem uns homem ai querendo ligar a água, você não quer, não? Eu falei: eu ganho tão pouco, eu não posso não. E aí ela falou assim: ô, minha filha, você bota e quando você não puder pagar eu pago pra você - minha mãe. Aí eu falei com ela: eu vou pensar. Aí ela falou: vambora lá, largue a roupa lá no brejo. Larguei a roupa lá e vim cá, fui ver se o homem tava aí - aqui, porque ela foi me ver depois. O homem tava aí, nós conversou, ajeitou, ele falou que dividia, então eu combinei mais ela - que só tinha água eu e ela, água da EMBASA. A gente levou cinco anos pagando aquela taxa pra poder não ficar sem a água [sic]. (Amburana, 2020).

Atualmente, apesar das dificuldades financeiras e das constantes ameaças de expulsão, pelo mercado imobiliário, da localidade onde morou por toda a vida, Amburana se sente grata pela possibilidade de acessar o fornecimento de água encanada da EMBASA: “E sempre eu falo pros meus filhos, hoje nós tem um rio correndo dentro de casa e não agradece e tem muitos por aí que busca latinha de água na cabeça” [*sic*] (Amburana, 2020).

A necessidade da afirmação constante de *Amburana* para os filhos sobre a gratidão de, hoje, ter fácil acesso à água, vem da necessidade de fazê-los não esquecer que a escassez desse elemento natural pode ser imanente. Porém, tal escassez tem suas bases no crescimento indiscriminado da urbe, sem um planejamento que garantisse o abastecimento da população e na ausência do cuidado com o meio ambiente e com a preservação dos mananciais urbanos durante a intensa urbanização ocorrida no século XX. Historicamente, é frente à recordação das dificuldades vivenciadas, que se faz a consciência do cuidado com o que se possui.

Nos dias atuais, Vitória da Conquista ainda conta com algumas lavanderias públicas e, muitas delas, ainda abastecem com água alguns grupos populacionais urbanos. A entrevistada Patrícia Krepsky passou a coletar água em um desses espaços e relata sua experiência com essa forma de abastecimento:

Eu tenho uma amiga que mora no Panorama, e aí ela que me contou. Ela falou: olha, Patrícia, eu pego água num lugar que vem a água direto lá da Serra do Periperi. Aí eu falei, ó, eu quero. [...] E aí, desde lá, agora eu vou toda semana, e aí eu pego a água. [...] é na lavanderia pública mesmo. Aí abre assim, de 7 até 1 hora da tarde. Aí geralmente, o quê que eu percebo, tem até uma divisão de gênero, geralmente as mulheres estão lavando roupa e os homens estão pegando a água. [...] eu vejo toda semana mesmo, que tem as pessoas que pegam, tipo assim, não sou só eu que pego a água lá, né? Tem um tanto de gente que pega água lá. Geralmente, assim, tem uma a duas pessoas além de mim. [...] já é um momento de trocar ideia [...] também lá no Poço Escuro, tem umas histórias assim que eu já ouvi, de pessoal ir lá, e tal, e ter aquele momento, né? De confraternização, de uma troca. (Krepsky, 2023).

Mesmo para os entrevistados do grupo 2, que não dependiam da água para desempenhar suas funções laborais, as localidades do Poço Escuro e da Lagoa do Aguão ainda seguem presentes na memória, 60 anos depois, deixando claro que se constituíram como grandes referências afetivas para a cidade do início do século XX. Sobre o rio, por mais que a recordação que tenha ficado gravada seja a de um curso poluído, a vivência cotidiana relatada não parece se preocupar com poluição, nem nos banhos no Poço Escuro e no Aguão, nem no consumo da água da cisterna, o que nos faz pensar que a imagem da poluição disseminada nas últimas décadas ficou sobreposta às recordações anteriores. Não se sabe se os níveis de poluição do rio

na década de 50 eram aceitáveis ao banho ou consumo, mas se pode inferir que não havia uma preocupação da população com essa problemática.

Sobre essa presença dos cursos d'água no cotidiano da população urbana, a entrevistada Márcia Pinheiro reflete:

[...] a água muda e transforma a vida de todo o mundo, tanto para o consumo, para sua subsistência, como eu acredito que ela muda também quando você, no seu bem-estar, no caso de um rio de você ver a beleza que há e poder estar ali, né, se sentir naquele local, então é fundamental isso. (Pinheiro, 2023).

Percebe-se que, mesmo em Vitória da Conquista, uma parte da população ainda consegue estabelecer uma relação de proximidade aos cursos d'água, cultivando um pertencimento ao território que está a cada dia se tornando mais raro.

Para Pinheiro, ex-gestora municipal, trabalhar na gestão pública passa por um maior envolvimento com o “viver a cidade, observar o crescimento. A cidade, que é uma construção coletiva, ela passa pelo seu povo” (Pinheiro, 2023), e relata sua impressão ao chegar ao município nos primeiros anos da década de 1990 e iniciar sua aproximação com a realidade local:

Logo que eu cheguei aqui, com relação à cidade, a minha primeira impressão não foi muito boa, tanto que eu não queria permanecer na cidade no início, primeiro que eu não tinha ainda adaptação ao frio, eu sentia muito frio aqui, principalmente porque quem vem de Salvador tem essa diferença. Depois, pela própria cidade, a desorganização, sabe? Do ponto de vista urbano. [...] Mudou muito a partir de 2004, 2005, a gente começou a ter investimentos do governo federal aqui, muitas obras, chegou o PAC e aí o saneamento, a gente teve uma melhoria muito grande do abastecimento de água, com as obras, né, de infraestrutura, de adutoras, do saneamento. Hoje a gente é uma cidade que tem um índice de saneamento, talvez um dos melhores. (Pinheiro, 2023).

A experiência da entrevistada ilustra como a administração pública tem a capacidade de modificar a realidade territorial das cidades. Ressalta-se que a percepção da população sobre os cursos d'água também é modificada de acordo com as intervenções territoriais urbanas, reafirmando a capacidade da gestão pública em moldar a construção de novas memórias coletivas.

A relação entre sociedade e rios urbanos reflete o modo como os territórios são ocupados e apropriados. Enquanto em algumas localidades a mobilização da população garantiu a preservação dos cursos d'água, em outras, a falta de articulação social e planejamento público resultou na degradação progressiva desses ambientes. A resistência simbólica dessas

experiências indica que, mesmo nos contextos mais adversos, a memória coletiva pode ser reativada como um instrumento de ressignificação territorial.

Dessa forma, a revitalização dos rios urbanos parece extrapolar a questão técnica, se delineando como um processo cultural e político de reconstrução de vínculos que exige tempo, escuta, sensibilidade e, sobretudo, respeito pelos cursos d'água. Reintegrá-los ao espaço urbano talvez implique em mais do que obras de revitalização, demande a reconstrução de narrativas, a valorização dos espaços públicos como lugares de encontro e a criação de novas formas de convivência entre sociedade e natureza.

Frente a essa pesquisa, pode-se considerar que políticas públicas que associem requalificação ambiental com programas educativos, intervenções artísticas, celebrações culturais e gestão participativa teriam maior efetividade na ressignificação dos rios para a sociedade contemporânea. Conforme analisa Bhattacharya-Mis e Lamond (2014, p.113), a memória social não é apenas um registro do passado, mas um instrumento de aprendizado para o futuro, reconhecer e ressignificar a memória sobre os rios urbanos parece ser uma necessidade para construir cidades mais inclusivas e resilientes.

Com base nessas reflexões, a seção seguinte se volta à análise do papel do poder público na gestão dos rios urbanos, buscando compreender até que ponto suas ações têm contribuído para uma efetiva reconexão entre a população e os cursos d'água.

4 DIÁLOGOS (IM)POSSÍVEIS: PODER PÚBLICO, SOCIEDADE E A GESTÃO DOS RIOS

As cidades, enquanto produtos históricos da ação humana sobre o espaço, encontram-se em constante transformação, adaptando-se às novas concepções de mundo que emergem em cada época. O espaço urbano é simultaneamente um espaço de sedimentação de memórias e de reinvenções contínuas, refletindo as mutações culturais, sociais e políticas da sociedade. A forma de perceber o passado, através da memória, também está em constante modificação no tempo presente e permite que a sociedade crie pontes com uma perspectiva futura, numa permanente busca por significados. Assim, as transformações sociais suscitam novas formas de compreender o espaço urbano e as cidades refletem essa evolução. Para Fentress e Wickman (1992, p. 20):

Está aqui implícita a aceitação da doutrina de Durkheim, que diz que as ideias sustentadas colectivamente são <fatos sociais> e, como tais, resultado de forças sociais e históricas. Afirmamos que também a memória é um facto social.

As cidades modernas, produtos da Revolução Industrial e do avanço da urbanização capitalista, desenvolveram-se em oposição à natureza, frequentemente relegando os rios e os ecossistemas urbanos à invisibilidade ou à marginalização. No entanto, a crise ambiental global que entrou em discussão no final do século XX, revisitou a necessidade de repensar os modelos de urbanização e as relações entre sociedade e natureza. A conscientização ambiental, impulsionada por conferências internacionais e movimentos sociais, tornou-se progressivamente central nas agendas públicas, apontando para a urgência de integrar os elementos naturais à vida urbana de maneira mais harmônica e resiliente. Dessa forma, as ações do poder público e da sociedade na construção de um novo espaço urbano se coloca como uma prioridade no século XXI.

O Acordo de Paris, firmado em 2015 por 196 países, representa um marco nesse processo ao estabelecer metas ambientais ambiciosas para 2030, entre elas a redução do desmatamento, o reflorestamento de áreas degradadas e a recuperação de zonas alagáveis. Esses objetivos indicam uma mudança de paradigma no planejamento urbano que, historicamente, priorizaram a expansão física e a valorização econômica do solo em detrimento da preservação ambiental e da memória territorial. Frente a essas novas diretrizes, muitas cidades têm investido na transformação de áreas degradadas em parques urbanos, corredores ecológicos e zonas de recuperação ambiental.

No Brasil, o movimento de integração entre urbanismo e conservação ambiental se intensificou com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, que impulsionou a expansão da rede de parques urbanos. Segundo Sakata e Gonçalves (2019), três principais impactos da legislação ambiental podem ser destacados:

A ampliação da rede de parques de 2000 a 2017 foi impulsionada pela evolução da legislação ambiental. Podemos apontar três efeitos das leis de proteção ao meio ambiente nesse sentido: (1) o amparo que o sistema de unidades de conservação nacional deu à criação de unidades de conservação estaduais e municipais; (2) a criação de áreas de preservação permanente (APPs) que decretou como tais as margens de rios e lagoas, independente de serem áreas rurais ou urbanas; (3) a criação de instrumentos para captação de recursos de compensações ambientais para criar ou requalificar parques. (Sakata; Gonçalves, 2019).

Apesar dos avanços normativos, a efetivação dessas políticas encontra limites estruturais e ideológicos. A priorização da expansão imobiliária e da infraestrutura urbana muitas vezes compromete a preservação ambiental, uma vez que, no modelo econômico vigente, a valorização econômica do solo urbano frequentemente sobrepõe-se à conservação dos cursos d'água. Nesse processo, as funções naturais dos rios são fragmentadas em componentes isolados para viabilizar interesses econômicos, como aponta Gouvêa (2016, p. 211-212):

Drenar as terras marginais e retificar seu canal é separar terra e água e submeter homem e natureza. É tornar os rios uma abstração-concreta na medida em que engendra e reproduz práticas sociais. É uma forma de deslocar o rio de suas possibilidades enquanto natureza primeira e enquanto unidade. É abstrair essas possibilidades enquanto potências relativas ao uso, reduzindo-as a mercadorias e matérias-primas, a elementos isolados: terra e água quando separados tornam-se divisíveis e quantificáveis. Terra e água caracterizados por designações técnico-científico-burocráticas, descritos por abstrações numéricas e representações: metros, metros cúbicos, litros, kilowatt/hora. A fragmentação dos rios e do próprio espaço, entre terra e água está relacionada à determinação econômica da propriedade, resultando na fragmentação da natureza, separada em partes, vendida aos pedaços, consumida em lotes e litros.

Nesse sentido, as intervenções técnicas, muitas vezes justificadas para o saneamento ou modernização, atuam como instrumentos de mercantilização, convertendo o rio em infraestrutura estratégica para o capital, ao custo de apagar sua complexidade ecológica e seus sentidos sociais e culturais. Essa abordagem fragmentada dificulta a construção de políticas

públicas integradas, participativas e que busquem construir memórias fundamentais para reverter o quadro de degradação dos rios urbanos.

Seguindo essa lógica de fragmentação, as cidades do século XXI têm adotado o conceito de “cidade espetáculo”, em que as gestões urbanas buscam criar cenários atrativos para o turismo e o investimento externo, frequentemente padronizando espaços públicos e apagando identidades locais em nome de uma imagem globalizada e vendável. Em nome do marketing urbano, projetos de "renaturalização" e de "requalificação ambiental" são apropriados pela lógica da mercantilização da natureza, sem compromissos reais com a promoção da justiça socioambiental. Nesse processo, grupos populacionais de menor renda, como as lavadeiras, são expulsos de seus territórios afetivos em favor de usos turísticos ou comerciais mais rentáveis.

Ao comparar os contextos brasileiro e europeu, observa-se que, embora também permeados por interesses econômicos, os países europeus apresentam uma tendência crescente na adoção de políticas públicas mais eficazes para a preservação e integração dos rios urbanos às cidades. No Brasil, a falta de continuidade administrativa, a precarização das instituições ambientais e a fragilidade dos processos participativos resultam em iniciativas fragmentadas e insuficientes para reverter o quadro de degradação dos rios. Os parques fluviais urbanos, embora reconhecidos por sua capacidade de mitigar enchentes, promover a saúde pública e estimular a educação ambiental, continuam sendo subaproveitados como instrumentos de transformação urbana e de reconstrução dos vínculos entre sociedade e natureza. A ausência de políticas estruturantes que articulem planejamento territorial, gestão ambiental e memória coletiva contribui para a perpetuação da invisibilidade dos rios urbanos e para o enfraquecimento do espaço público como espaço de convívio, pertencimento e cidadania.

Nesse sentido, é importante compreender a justiça ambiental não apenas como a distribuição equitativa de riscos e benefícios ambientais, mas como a capacidade dos diferentes grupos sociais de participar das decisões sobre o uso do território e dos recursos naturais. A injustiça ambiental, portanto, afeta grupos populacionais historicamente marginalizados que se tornam mais expostos à degradação ambiental, enfrentam dificuldades no acesso à água potável e têm menor poder político para influenciar intervenções urbanas. Quando se analisa as cidades investigadas, observa-se processos de poluição, canalização e tamponamento dos rios que atingiram de modo desigual diferentes segmentos sociais, muitas vezes empurrando populações vulneráveis para áreas sujeitas a alagamentos ou sem acesso a um saneamento adequado.

O direito à cidade implica o direito coletivo de produzir, apropriar e decidir sobre o espaço urbano, não se restringe ao uso individual dos equipamentos urbanos, mas inclui o direito de participar ativamente das decisões sobre o planejamento, as intervenções e os

investimentos que moldam a cidade. Esse fator é especialmente relevante para a gestão dos rios urbanos, pois revela como a invisibilização dos cursos d'água está associada a processos de segregação socioespacial, de higienização simbólica e de apagamento das memórias coletivas que vinculavam populações ribeirinhas aos rios urbanos.

A comparação internacional evidencia essas desigualdades estruturais. Nos países da União Europeia, políticas públicas de gestão hídrica contam com diretrizes regulatórias mais consolidadas, financiamento estruturado e metas claras para a renaturalização de rios urbanos, que também são impulsionadas pela maior capacidade fiscal e por pressões regulatórias internacionais, promovendo a melhoria da qualidade da água e uma maior participação social, como no caso do Rio Leça com o programa REACT-EU. Já no Brasil, observa-se dificuldade de garantir sequer o abastecimento e saneamento básico para a totalidade da população urbana, com menor apoio financeiro estável para políticas de requalificação de rios urbanos. Essa lacuna se aprofunda pela ausência de mecanismos efetivos de responsabilização ambiental proporcional aos impactos gerados por atividades econômicas de grande porte, muitas delas ligadas ao capital multinacional.

Essa dimensão revela que a justiça ambiental é também uma questão de escala global, em que a lógica de acumulação do capital incentiva a degradação dos corpos hídricos urbanos nos países do Sul global, ao mesmo tempo em que os investimentos em renaturalização estão concentrados nos países mais ricos. Reconhecer essas assimetrias é essencial para enfrentar os desafios urbanos relacionados à gestão da água, que, frente à atual crise climática, impõem a necessidade de soluções baseadas na natureza e de estratégias de gestão urbana mais justas e inclusivas. Essas medidas não apenas melhoram a qualidade ambiental das cidades, mas também fortalecem a resiliência urbana, tornando-as mais preparadas para lidar com eventos climáticos extremos.

Além dos desafios políticos e institucionais, persistem aspectos culturais e sociais que dificultam a reapropriação dos espaços naturais urbanos. A resistência da população em frequentar áreas verdes urbanas, muitas vezes associadas à insegurança e à marginalização, reflete a fragmentação socioespacial das cidades contemporâneas. A ocupação e manutenção desses locais só são viáveis com a articulação entre poder público e sociedade, garantindo segurança, infraestrutura e incentivo à apropriação dos espaços pela população, promovendo um novo imaginário urbano que reconheça a cidade como extensão do lar e os rios como parte indissociável de sua identidade.

Neste contexto, a construção de memórias coletivas positivas em relação aos cursos d'água urbanos emerge como estratégia fundamental para a regeneração dos espaços públicos

e para a promoção de uma urbanização mais sensível às dinâmicas ecológicas e culturais. O reconhecimento dos rios como patrimônios vivos das cidades parece ser condição essencial para que a gestão urbana contemporânea supere a imagem de degradação e inaugure formas de convivência entre sociedade e natureza, capazes de articular justiça ambiental, direito à cidade e resiliência frente às mudanças climáticas.

4.1 Vitória da Conquista e o Rio Verruga: memória suprimida, modernização urbana e desafios da reconstrução afetiva

Desde a fundação do Arraial da Conquista, no final do século XVIII, Vitória da Conquista carrega em seu próprio nome e gênese os traços de um projeto colonial de dominação da natureza. Diferentemente de processos urbanos europeus, como os verificados em Portugal, onde a organização dos territórios rurais e urbanos manteve relações mais harmônicas com os elementos naturais, Conquista nasce como um entreposto de expansão bandeirante, onde a força do homem branco se impunha sobre a terra, os rios e os povos indígenas, num gesto contínuo de dominação ambiental e expansão econômica.

O Rio Verruga, que corta o atual território urbano, foi desde o princípio secundarizado. A cidade se estruturou sem lhe atribuir papel central nas dinâmicas sociais ou identitárias, servindo o rio, basicamente, como recurso hídrico utilitário e, posteriormente, como obstáculo logístico a ser vencido. Esta matriz fundacional ajuda a compreender o modo como a natureza foi historicamente tratada: não como paisagem afetiva, mas como algo a ser domado para a realização dos projetos de modernização e crescimento econômico.

Com o crescimento urbano acelerado a partir da década de 1960, intensificado na década de 1990, a gestão municipal de Vitória da Conquista adotou um discurso político de “modernidade” que passou a orientar as intervenções públicas. O objetivo era transformar a cidade em uma capital regional, conectando-a a fluxos econômicos maiores e projetando sua imagem como cidade progressista e organizada. Para tanto, foram privilegiadas as grandes obras de infraestrutura, a abertura de largas avenidas e a expansão imobiliária, ações que tratavam os elementos naturais como entraves a serem suprimidos.

As discussões ambientais iniciadas nas conferências da ONU no final do século XX trouxeram uma nova percepção sobre a necessidade de preservação dos mananciais urbanos. No entanto, em Vitória da Conquista, esse movimento encontrou um cenário de degradação avançada. Já nessa época, o Rio Verruga era amplamente percebido pela população como um esgoto a céu aberto, reflexo da ausência de políticas de preservação.

O engenheiro e ex-secretário municipal, Fernando Oliveira, enfatiza sua percepção em relação ao sentimento da população para com o rio:

[...] percebo até hoje, que, fora as pessoas que, assim, ligadas à área cultural, um cara que é um escritor, um poeta, alguém assim mais diletante, que tivesse preocupações outras, que soubesse a representação, a significação que tem os aspectos da natureza com a interação com o humano, o resto da população, não de forma objetiva, mas assim, o sentimento que tem é que o rio é um estorvo, o rio é um incômodo, o rio é um problema, o rio é um espaço pra gente dispor como a gente quiser. Ah, o rio atrapalha, ah, o rio cria problema, por quê? Principalmente isso se deu quando foi resolvido o problema do abastecimento de Vitória da Conquista a partir de uma outra bacia. Como a gente tem uma percepção que... parece que a água é um insumo infinito, né? Que ele não é finito, que a gente pode dispor dele o resto da via vida, então sendo abastecido pelo rio dos Monos, a bacia vem de lá, não tenho problema nenhum, esse rio não serve pra nada e aí, aí sim que foi facilitada toda a degradação dele. (Oliveira, 2020).

Na análise de Oliveira, a mudança na fonte de abastecimento hídrico da cidade, desconectou o imaginário sobre o Rio Verruga como algo útil, acentuando sua degradação física e simbólica. Este processo de apagamento também foi reforçado pelas grandes intervenções urbanas da virada do século. A arquiteta e urbanista Márcia Pinheiro destaca em sua entrevista que, a partir dos investimentos recebidos por meio de programas federais como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a cidade experimentou um intenso processo de requalificação urbana, mas sempre direcionado à lógica da expansão viária e da valorização imobiliária. Essa intervenção visava projetar uma imagem de eficiência e modernidade, alinhada ao modelo de cidade “globalizada” emergente no Brasil dos anos 2000, onde o verde e a água foram relegados a um segundo plano, ou instrumentalizados como meros recursos estéticos. A cidade moderna forjou novos territórios de afetividade a partir da reorganização estética dos espaços, criando pertencimentos artificiais que não demandam conexão efetiva com o meio ambiente.

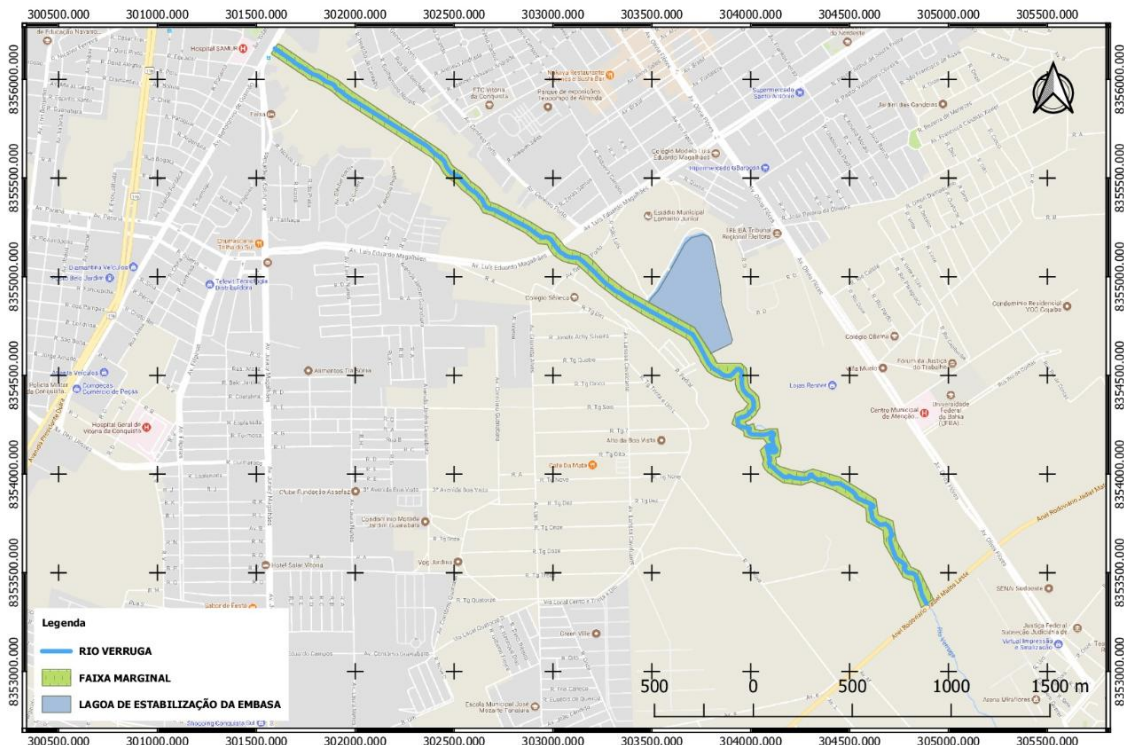
Na primeira década do século XXI, a cidade alcançava uma dimensão cinco vezes maior que a encontrada quatro décadas antes. Frente a essa expansão e com a crescente preocupação ambiental e implementação de novas diretrizes urbanísticas, o governo municipal tentou retomar, em 2004, um antigo projeto para a área do Aguão, onde o Rio Verruga ainda corria em seu leito natural. Para a arquiteta e urbanista Márcia Pinheiro, a busca por delimitar a área pública do antigo açude,

Seria uma ideia, que já era antiga da cidade, um projeto que chamavam-se de parque zoobotânico e depois, com Pedral, Parque da Cidade, que era

exatamente no leito do Verruga, daquele trecho da Bartolomeu até chegar aqui na universidade. [...] Esse projeto é que, vamos dizer assim, ele seria uma... mola mestra, vamos dizer assim, seria potencial para que pudéssemos conseguir essa mobilização e que as pessoas pudessem participar coletivamente, cada um fazendo alguma coisa, para que o rio fosse realmente integrado à cidade, **existisse o Rio**. (Pinheiro, 2023, grifos nossos).

O relato faz referência a um projeto surgido na década de 1960, quando a área ainda estava fora do ambiente urbano, contudo, frente à expansão urbana, em 2004, tal espaço já fazia parte da área central da cidade, e, mais uma vez, a ideia do parque nas margens do rio não conseguiu ser concretizada. A tentativa de criação do Parque Ambiental do Rio Verruga, apesar de representar um esforço de reconhecimento do valor ecológico e simbólico do rio, acabou sendo alvo de disputas econômicas. Em 2007, a referência ao projeto passou a integrar as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município (PDDU). Em 2018 a iniciativa foi retomada ao iniciarem os estudos para um novo PDDU e, dessa vez, a área conseguiu ser delimitada como área pública e nomeada como Parque Ambiental do Rio Verruga, apesar de se limitar à Área de Preservação Permanente (APP) do leito principal do rio (Figura 29).

Figura 29 – Delimitação gráfica do Parque Ambiental do Rio Verruga constante no Anexo II do Decreto nº 18.720/2018



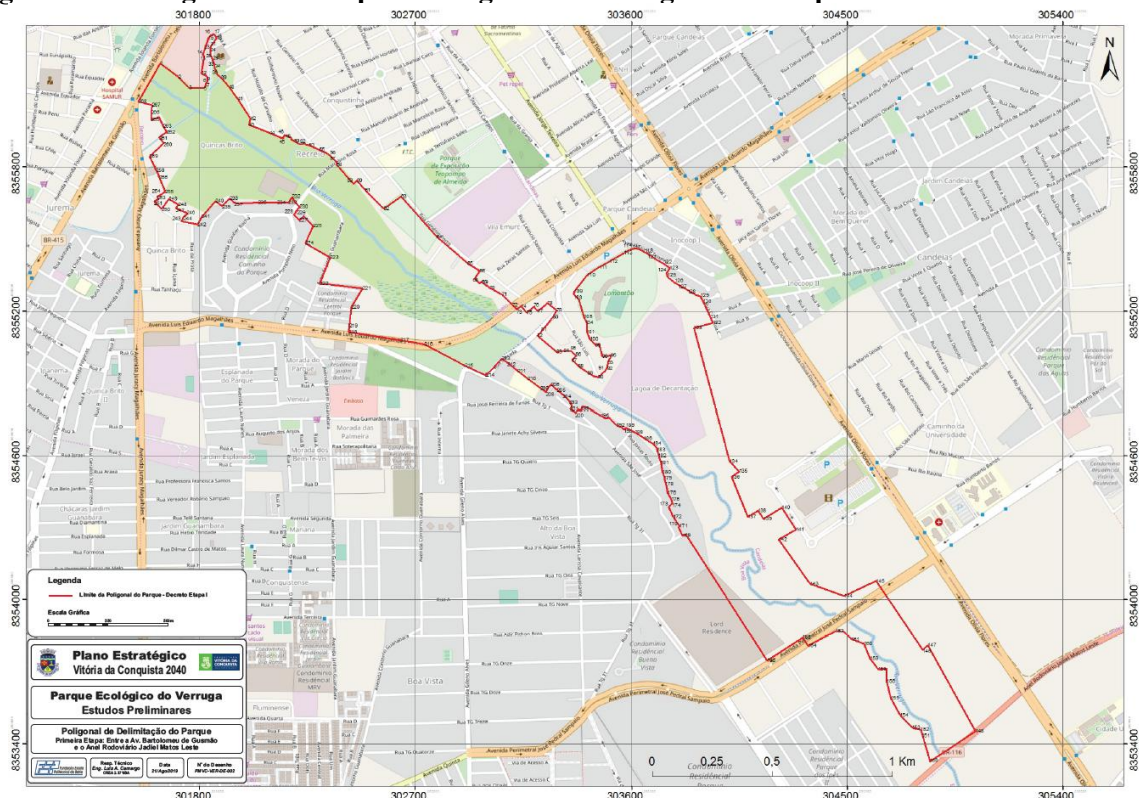
Fonte: Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, Edição 2.154, ano 11.

Para o engenheiro Fernando Oliveira (2020),

só agora mais recente, talvez nos últimos 10, 15 anos que, com a legislação aperfeiçoada, a legislação ambiental aperfeiçoada, a criação de Secretaria de Meio Ambiente, a possibilidade do município vir a ser, ele mesmo, o regulador e o autorizador de empreendimentos, na questão de licenciamento – ela tem equipe própria pra isso –, a presença de cursos de engenharia ambiental, a própria apropriação do discurso da questão ambiental, a bandeira política também então, isso tudo junto, mídia, preocupação, enfim, responsabilidade social, tudo junto tem despertado a necessidade de que tem que tratar o rio de maneira diferente.

Nos anos seguintes, entre 2019 e 2024, a delimitação do Parque sofreu três modificações em sua poligonal. A primeira, através do Decreto nº 19.394 de 05 de abril de 2019 (Figura 30), incorporou ao parque toda a área que se encontrava sem construções nas margens da APP, incluindo as áreas alagáveis e chegando a aproximadamente 157 hectares de área pública.

Figura 30 – Poligonal do Parque Ecológico do Verruga definida pelo Decreto nº 19.394/2019



Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana de Vitória da Conquista.

As últimas duas modificações que se seguiram para o agora nomeado Parque Natural Municipal do Rio Verruga, em 2021 (Figura 31) e em 2024 (Figura 32), diminuíram aproximadamente 28% da área que havia sido delimitada em 2019 ao retirar importantes áreas alagáveis e de APP da poligonal do parque, deixando-as sob a responsabilidade de particulares.

Formalizou-se a proteção de um fragmento do leito do rio, mas sua implementação prática foi precária e vulnerável a interesses privados. As sucessivas reduções da poligonal do parque evidenciam a fragilidade dos compromissos públicos com a preservação ambiental quando confrontados com pressões econômicas.

Figura 31 – Poligonal do Parque Ambiental do Rio Verruga discriminada no Decreto nº 20.780/2021



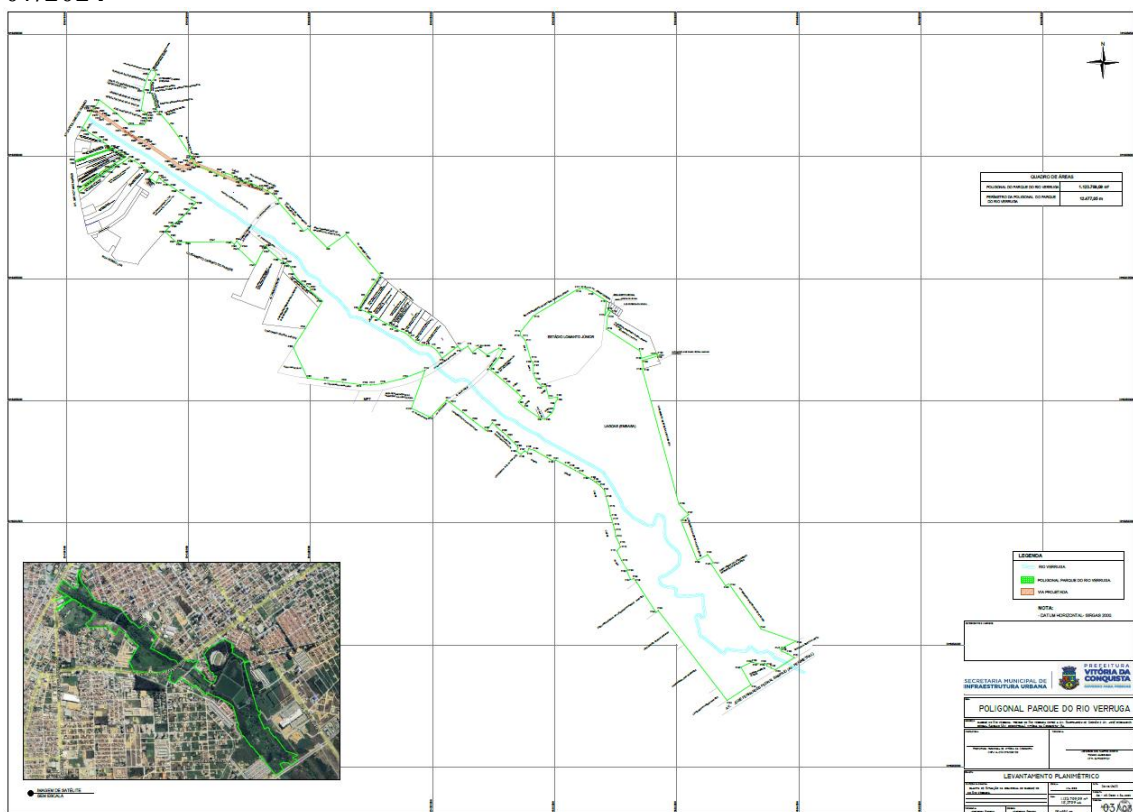
Fonte: Elaborado pela autora a partir das coordenadas UTM dispostas no Decreto nº 20.780 de 08 de fevereiro 2021 sobre imagem de satélite de 03 de setembro de 2024 disponibilizada por Google Earth.

Apesar do reconhecimento formal do parque, não houve intervenções efetivas para sua implantação, e a área permanece sem fiscalização, sujeita ao descarte irregular de resíduos e à degradação contínua. Para a entrevistada Fabiana Pereira a área do antigo açude é “uma área bem abandonada mesmo” (Pereira, 2020). A delimitação da área do parque, porém, despertou a possibilidade da existência de um rio que ainda segue invisível: “ali que é o fluxo do rio do pinicão¹⁴? Deve ser, né? Eu só fui lá poucas vezes, acho meio escuro, acho meio perigoso por ali” (Pereira, 2020). Para a lavadeira Amburana, “falaram que a nascente dele é pra esse lado aí, ó! Que corre dentro do esgoto, o valetão. Aí não é o rio, aquele dali não é não, pra mim não

¹⁴ Apelido dado pela população de Vitória da Conquista à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) construída ao longo das décadas de 1970 e 1980 em área próxima ao limite urbano da época, e que nas décadas seguintes foi incorporada à malha urbana. O apelido remete ao odor oriundo das lagoas de estabilização da ETE.

é! Porque a água dos esgoto caí aí. [...] Mas não era um rio!” (Amburana, 2020). Para a entrevistada Ticiano Aguiar, que nunca tinha se preocupado com aquela área “essa perspectiva desse parque é muito animador [...] estamos na expectativa” (Aguiar, 2020). Questionada sobre o que pensa para o futuro do parque, Fabiana complementa que “como ali é caminho, acho que deveria ser mais urbanizado, né? Até mesmo iluminação. Ali é muito escuro também pra você passar” (Pereira, 2020). Percebe-se nos depoimentos um desconhecimento sobre o território que enfatiza o distanciamento simbólico entre a sociedade e o curso d’água.

Figura 32 – Poligonal do Parque Natural Municipal do Rio Verruga apresentada na Lei nº 2.907/2024



Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana de Vitória da Conquista.

Para a arquiteta e urbanista Márcia Pinheiro, a recuperação do Rio Verruga é uma importante ação para a cidade, uma vez que “o rio pertence à gente, à cidade, então, na minha visão, não tem nada mais bonito que o rio. Não tem nada melhor do que você preservar o rio e você inserir essa área no seu contexto de vida” (Pinheiro, 2023). Essa perspectiva da técnica e ex-gestora municipal exemplifica a mudança de paradigma sobre as prioridades urbanas. Enquanto no século XX a preocupação maior era com a salubridade e com a contenção das epidemias, no século XXI, prevalece o olhar para a relação entre o ser humano e o meio ambiente, buscando a cidade como um lugar de pertença.

Sobre um trecho do rio que foi suprimido da poligonal do Parque na alteração do Decreto nº 20.780 de 2021, a arquiteta comentou que estava elaborando um novo projeto privado para a área:

Eu, agora na iniciativa privada, que eu já trabalho desde 2009, eu tenho feito alguns trabalhos buscando essa, que essa proposta, ela seja consolidada, não necessariamente, agora, pelo poder público, mas pelo poder, pela iniciativa privada, que se interesse nessa área, que adotasse essa percepção. Então, eu estou desenvolvendo um projeto agora, para um proprietário, um empresário, que tem uma grande área, e uma parte do Rio Verruga está inserido na sua área privativa, embora ele tenha que fazer a preservação da mata ciliar e tudo, o conceito que eu desenvolvi para esse projeto - e que está em processo de aprovação - é inserir o conceito de arquitetura biofílica no projeto, exatamente para que você possa trazer essa, esse bem-estar, associar o amor à vida e à natureza na construção civil, né? E usar essa área do rio como uma área que vem a agregar, não só ao empreendimento que vai nascer, mas à cidade como um todo, porque você vai ter uma área, não só preservada, ambientalmente, mas uma área que está urbanizada, com o conceito de sustentabilidade, de amor à natureza, de busca de maior ventilação, iluminação, em todo o conceito. Então assim, a importância de que um empresário tenha, vamos dizer assim, adotado esse conceito, como partido, isso é uma coisa muito boa, porque isso a gente, é difícil você conseguir, porque normalmente, no meio empresarial, essa, aquela luta de custo-benefício, de composição, de planilha, de adensamento, de VGV¹⁵, e essas coisas que a gente conhece bem, você acaba, de certa forma, não tendo essa disponibilidade, esse desprendimento, mas quando se trabalha com empresário que é conquistense e que abraçou isso, que, visionário, viu que, realmente, o conceito, inclusive mundial hoje, de você ter essa percepção que é importante a natureza para o convívio, para as pessoas, para a cidade. (Pinheiro, 2023).

A abordagem projetual da arquiteta, agora na esfera privada, para a aproximação de um grupo populacional específico, de alto poder aquisitivo, ao leito do Rio Verruga, desconsidera, mais uma vez a dimensão afetiva da população, assim como a maior parte das intervenções propostas ou implementadas pelo poder público em Vitória da Conquista e em muitas cidades brasileiras. Ao focarem na criação de equipamentos urbanos sem processos participativos consistentes, essas ações perdem a oportunidade de reconstruir a memória coletiva em torno dos rios.

A falta de identificação da população com os parques projetados, a percepção de insegurança nas áreas ribeirinhas e a invisibilização continuada do curso d'água reforçam o descolamento entre projeto urbano e pertencimento real. Essa realidade nos leva a questionar o papel do poder público nas estratégias de recuperação de rios urbanos. Embora seja fundamental

¹⁵ A sigla VGV, utilizada pela arquiteta, significa Valor Geral de Vendas, e é um dos mais importantes indicadores para a viabilidade comercial de um empreendimento, pois estima o potencial de receita total.

que o Estado atue como promotor e garantidor de políticas públicas, a experiência histórica demonstra que sem o protagonismo da sociedade civil, a reconstrução dos laços afetivos com os rios dificilmente se efetiva. O exemplo da Associação Rio Neiva em Portugal, abordado anteriormente, ilustra como a ação comunitária contínua é capaz de moldar percepções, fortalecer o pertencimento territorial e garantir a continuidade de projetos ambientais.

As diferenças de contexto entre Brasil e Portugal são também decisivas para compreender os caminhos divergentes. Enquanto em Portugal a elevação dos níveis educacionais da população, a democratização da gestão pública e o acesso a recursos para projetos ambientais moldaram uma sociedade mais mobilizada e consciente de seu patrimônio natural, no Brasil as desigualdades sociais históricas, a precarização da educação pública e a fragmentação da ação política limitam o potencial de articulação coletiva, especialmente entre as camadas populares.

Em Vitória da Conquista, resgatar o Rio Verruga parece exigir mais do que decretos e planos urbanísticos, mas uma reconstrução paciente e profunda da memória coletiva, da afetividade territorial e da consciência ambiental, mobilizando tanto o poder público quanto a sociedade civil.

É importante reconhecer que essa tarefa não pode ser reduzida à simples recuperação de uma memória preexistente, principalmente em um município como forte crescimento migratório, onde boa parte da população não possui vínculos afetivos nem lembranças familiares sobre o rio. Nesse contexto, o desafio consiste na construção de novas memórias, capazes de gerar identificação e cuidado coletivo. A experiência do Rio Neiva demonstra como isso pode ser possível ao promover atividades que aproximem as pessoas do rio, introduzindo-o na vida cotidiana da população e criando novas formas de pertencimento. Sem esse esforço conjunto, o risco é que o rio siga existindo apenas nos mapas oficiais, invisível para os olhos e para a vivência da cidade.

5 CONCLUSÃO

Os cursos d'água urbanos desempenham um papel fundamental na dinâmica dos territórios e na conexão entre a população e os espaços naturais, contudo, ao longo do tempo, esses corpos d'água foram progressivamente ocultados, degradados e desvinculados da experiência cotidiana das populações urbanas. Esta pesquisa demonstrou que a memória coletiva, fruto da relação entre sociedade e território, é um elemento estruturante que define a forma como os rios são percebidos, significados e manejados nas cidades.

A análise da experiência brasileira, em Vitória da Conquista, e das portuguesas, nos municípios de Esposende, Matosinhos e Gondomar, revelou que os rios não são apenas elementos naturais da paisagem, mas espaços simbólicos da vivência urbana. Tais rios emergem como protagonistas de narrativas que ultrapassam seu uso utilitário, tornando-se lugares de pertença, identidade e resistência, permeados por afetos, conflitos, lembranças e esquecimentos.

Por meio da história oral, foi possível acessar narrativas de vida que desvelam múltiplas camadas de significado atribuídas aos cursos d'água urbanos. Essas memórias, ancoradas em experiências individuais e socialmente compartilhadas, abrem espaço para a emergência de vozes historicamente marginalizadas e para o reconhecimento de saberes enraizados nas práticas cotidianas. Assim, a memória coletiva se apresenta como instrumento crítico para pensar a cidade e suas transformações, na medida em que as percepções coletivas definem as prioridades para o espaço urbano e orientam as atitudes individuais, evidenciando como as interações culturais moldam as ações sobre o território.

A abordagem comparativa entre os contextos brasileiro e português revisitou tanto as especificidades locais quanto os desafios estruturais comuns, como o apagamento físico e simbólico dos rios em meio à urbanização acelerada, a desconexão das populações com seus cursos d'água e a desconsideração das dimensões afetivas e culturais nas políticas públicas. Embora existam iniciativas institucionais voltadas à recuperação ambiental, muitas carecem de participação social efetiva e de sensibilidade cultural.

Nesse contexto, a presente tese sustenta que a revitalização dos rios urbanos exige mais do que intervenções técnicas, é um processo de resgate da memória coletiva, de reconstrução de narrativas e de reapropriação do espaço público pela sociedade que requer a promoção de estratégias de gestão integradas e participativas. As cidades são organismos vivos, em constante transformação, mas as relações que nelas se constroem são duradouras. Somente quando os rios forem reconhecidos como parte integrante da identidade urbana será possível garantir sua

preservação no longo prazo e consolidar um novo modelo de desenvolvimento urbano que valorize a água como elemento estruturante da vida nas cidades.

A experiência de cidades que implementaram corredores ecológicos, parques lineares e renaturalização de margens mostra que é possível promover a reconexão entre população e rios. No entanto, tais ações só produzem efeitos duradouros se forem acompanhadas por políticas de educação ambiental, valorização do patrimônio imaterial e engajamento comunitário. A participação popular, nesse sentido, deve deixar de ser acessória e passar a compor a própria estrutura dos projetos urbanos.

A construção de vínculos afetivos com os rios tende a ser vista como elemento essencial para que a sociedade compreenda a água como um bem comum, dotado de significados que extrapolam o consumo. Ao integrar história, memória e espaço, aproxima-se da constituição de cidades mais justas, resilientes e comprometidas com o meio ambiente.

Por fim, ao reconhecer os rios como sujeitos de memória de uma cidade, este trabalho reafirma a importância de uma escuta atenta aos espaços para que seja possível reimaginá-los. Escutar os rios é, portanto, escutar as cidades, seus silêncios, suas ausências e suas potências. Que esta escuta continue a reverberar nas práticas acadêmicas, sociais e institucionais, inspirando a construção de cidades mais justas e conectadas com os territórios que habitamos.

REFERÊNCIAS

- ACEVES LOZANO, Jorge Eduardo. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Org). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 15-25.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- ASSOCIAÇÃO RIO NEIVA. [ADA]. **Apresentação**. Esposende, Portugal. Disponível em: <https://rioneiva.com/associacao/apresentacao/>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- BACELAR, Bruno. O açude e a sua destruição. **O Sertanejo**, Vitória da Conquista, ano II, n. 55, 26 out. 1963.
- BAETA, Rodrigo Espinha. A configuração da cidade colonial hispano-americana e o problema do barroco. In: **Anais... XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR**. Salvador: 2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/571.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025
- BAHIA, Secretaria do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar – Zona 13**: Planalto de Vitória da Conquista. Governo do Estado da Bahia, 2013. Disponível em: <http://www.zee.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/zonapdf2014/Zona13.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- BENÉVOLO, Leonardo. **A cidade na história da Europa**. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BHATTACHARYA-MIS, Namrata; LAMOND, Jessica. Socio-economic complexities of flood memory in building resilience: An overview of research. In: AMARATUNGA, Dilanthi.; HAIGH, Richard Peter. (Ed.). **4th International Conference on Building Resilience, Incorporating the 3rd Annual Conference of the ANDROID Disaster Resilience**. Salford, United Kingdom, 9-11 September 2014. p. 111-119
- CASIMIRO, Carlos. Conclusão da obra do Porto e Gondomar no rio Tinto antecipada três meses. **Mundo Português**. Publicado em: 26 ago. 2018. Disponível em: <https://www.mundoportugues.pt/2018/08/conclusao-da-obra-do-porto-e-gondomar-no-rio-tinto-antecipada-tres-meses/>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- CHAPMAN, Paul. O rio como mediador – a recuperação de rios urbanos para criar novos espaços de mediação e de diálogo intercultural. **Comunicação e Sociedade**, v. especial, p. 185-198, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3068](https://doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3068). Acesso em: 01 jul. 2024.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: Utopias e Realidades Uma Antologia**. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CLAVAL, Paul. **A construção do Brasil: uma grande potência em emergência**. Trad. Duarte Pacheco Souza. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

CONCEIÇÃO, Renaldo Santos. Crise hídrica em Vitória da Conquista-BA: Subsídios às políticas públicas para o abastecimento de água. **Revista de Geociências do Nordeste - REGNE: UFRN**, v. 4, n. especial, p. 58-70, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/13237/9467>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CONDER, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Carta Planimétrica Vetorial da Sede Municipal de Vitória da Conquista**. Salvador: PRODUR-CAR, 2000.

CORREDOR DO RIO LEÇA – Associação de municípios já está constituída. **Portal do ambiente**, Valongo, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://ambiente.cm-valongo.pt/noticia-84/corredor-do-rio-leca-associacao-de-municipios-ja-esta-constituída#:~:text=“Preservar%20os%20recursos%20hídricos%2C%20apostar,da%20qualidade%20de%20vida%20das>. Acesso em: 04 jul. 2025.

CORREDOR DO RIO LEÇA. Um caudal de memórias! **Instagram: @corredor_do_rio_leca**, 04 ago. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvhnZmttB0v/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CORREDOR DO RIO LEÇA. Há margens a mudar! Há um rio a mudar! **Instagram: @corredor_do_rio_leca**, 04 ago. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cz9eWudLHBs/?img_index=1. Acesso em: 24 jun. 2025.

DOMINGUES, Alfredo José Porto; KELLER, Elza Coelho de Souza. **Bahia**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

EMBASA, EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO SA. Gerência de programas de esgoto. **Esgotos sanitários da cidade da Vitória da Conquista: Relatório mensal de acompanhamento nº 09**. Vitória da Conquista: Serviço de consultoria Berenhauser S.A. Engenharia, consultoria e projetos, jan. 1975.

EMBASA, EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO SA. **Vitória da Conquista é a cidade mais bem saneada do Nordeste**. Publicado em: 21 mar 2024. Disponível em: <https://www.embasa.ba.gov.br/w/vitoria-da-conquista-e-a-cidade-mais-bem-saneada-do-nordeste>. Acesso em: 27 abr. 2024.

ENGELS, Friederich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Revista Trabalho Necessário**, v. 4, n. 4, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.4i4>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Trad. Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

FERNANDES, Diana T. **A paisagem ribeirinha em contexto urbano: um modelo de planeamento e governação para a bacia hidrográfica do rio Tinto**. 2020. 390p. Tese

(Doutorado em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana). Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/135785>. Acesso em: 01 jul. 2023.

FERNANDES, Luís. **Taberna da História: Tempestade de 1969**. Disponível em: www.blogdoanderson.com/2015/01/23/taberna-da-historia-tempestade-de-1969/. Acesso em: 01 jul. 2023.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

FOTOS. **Fotos de Vitória da Conquista – 1900s/1980s**. Disponível em: <https://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/category/anos-20-cronologia-todas-17/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES, Raísa A. Lavadeiras no processo de modernização de Florianópolis. **Revista Santa Catarina em História**, v. 12, n. 1-2, p.59-69, 2018. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/issue/view/166>. Acesso em: 27 abr. 2024.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2023.

GOOGLE. Google Earth Pro. Versão 7.3.6. **Imagens de satélite de Vitória da Conquista, Brasil, em três períodos históricos**. Imagem 1: Landsat/Copernicus (1985). Imagem 2: Maxar Technologies (2003). Imagem 3: Airbus (2023). Coordenadas: 14°51'50"S, 40°50'25"W. Disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Acesso em: 9 fev. 2024.

GOUVÊA, José Paulo Neves. **A presença e a ausência dos rios de São Paulo: acumulação primitiva e valorização da água**. 2016. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP, São Paulo, 2016.

GOUVEIA, Ricardo Jorge Ferreira. **Requalificação das margens do rio Tinto: um Corredor Verde para os cidadãos e para a estrutura verde da cidade de Rio Tinto**. 2015. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2015.

HÁ DINHEIRO PARA O RIO TINTO QUE NÃO É APROVEITADO. **Jornal de notícias**, 2010. Disponível em: <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/gondomar/ha-dinheiro-para-o-rio-tinto-que-nao-e-aproveitado-1482455.html/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HERZOG, Cecília Polacow. **Cidades para todos: (re) aprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad X; Inverde, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Censo demográfico 1991: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22894.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2001. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/85/cd_2000_caracteristicas_populacao_domicilios_universo.pdf. Acesso em: 03 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 03 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **População no último censo [2022]**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso em: 27 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. [INE]. **11º Recenseamento da População**. 1º Recenseamento da Habitação: continente e ilhas: 1970. Lisboa: Sociedade Tipográfica, 1971. Disponível em: <https://www.ine.pt/xurl/pub/66631947>. Acesso em: 01 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. [INE]. **Censos 2021**. XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação: Resultados definitivos. Lisboa: INE, 2022. Disponível em: <https://www.ine.pt/xurl/pub/65586079>. Acesso em: 01 mar. 2025.

INVASÃO NO TERRENO DO MUNICÍPIO. **O Jornal de Conquista**, Vitória da Conquista, n. 505, 15 jan. 1972.

KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak no #SempreUmPapo lança o livro “Encontros – Ailton Krenak”**. Video. Sempre um Papo, 22 jul. 2015a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JizR5UOm4uw&t=3143s>. Acesso em: 29 jun. 25.

KRENAK, Ailton. **Encontros**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015b.

KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak fala sobre palestra que proferirá no IV SBHSF**. [Entrevista concedida a] Comitê da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Travessia 131, 09 ago. 2022. Disponível em: https://soundcloud.com/cbhsaofrancisco/ailton-krenak-fala-sobre-palestra-que-proferira-no-iv-sbhsf-travessia-131?utm_source=soundcloud&utm_campaign=wtshare&utm_medium=widget&utm_content=https%253A%252F%252Fsoundcloud.com%252Fcbhsaofrancisco%252Failton-krenak-fala-sobre-palestra-que-proferira-no-iv-sbhsf-travessia-131. Acesso em: 29 jun. 25.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: FARRET, Ricardo L. (Org.). **O espaço da cidade**: contribuição à análise. São Paulo: Projeto, 1985, p. 15-72.

LEFEBVRE, Henri. La burguesía y el espacio. In: DE MATTOS, Carlos A.; LINK, Felipe. (Org.). **Lefebvre revisitado**: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad. Santiago: RIL editores – Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales UC, 2015. p. 19–33.

MAGALHÃES, Albano et al. **Rio Tinto**: apontamentos monográficos. Junta de Freguesia de Rio Tinto, 1999.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121–192.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARINHO, Joaquim. **Rio Tinto**: cidade com nome de rio. Junta de Freguesia de Rio Tinto, 2003.

MEDEIROS, Ruy. **Documentação e registro audiovisual da arquitetura e evolução urbana de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista: UESB, 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2015.

MENEZES, Marlucci; SILVA, Sara. O papel da memória na recuperação (imaginária) da paisagem fluvial urbana. In: COSTA, Carlos Smaniotto et al. (Org.). **Rios urbanos na Ibero-América**: casos, contextos e experiências. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2023. p. 341-356.

MENEZES, Durval Lemos. **O pedralismo um fenômeno social**. Vitória da Conquista: 2012.

MESQUITA, Sandra. Os Verdes exigem recuperação do rio Tinto, um dos piores do Norte. **Público**, 7 abr. 2012. Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/04/07/jornal/os-verdes-exigem-recuperacao-do-rio-tinto-um-dos-piores-do-norte-24330531>. Acesso em: 01 jul. 2023

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, São Paulo: EDUSC, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, [s. l], v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. Disponível em: <https://www2.historia.uff.br/tempo/wp-content/uploads/2024/11/artg2-3.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: PERELMULTER, Daisy; ANTONACCI, Maria Antonieta. (Org.). Ética e História Oral. **Projeto História**, n. 15, p. 13-49, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAIMUNDO, Sidnei; SARTI, Antonio Carlos. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 6, n. 2, p. 3-24, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.32>. Acesso em: 22 mai. 2024.

REYES-CORREDERA, Sergio; SILVA, Paulo. Representação da paisagem em painéis azulejares nas estações e apeadeiros de comboio da Área Metropolitana do Porto e envolvente. **Cidades** [Online], n. 47, 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/8293>. Acesso em: 14 abr. 2024.

RICOEUR, Paul. Architecture et narrativité. **Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies**, v. 7, n. 2, p. 20-30, 2016.

ROCHA, Edenair Carvalho. **As fontes dos vestígios: memória e fotografia nas transformações urbanas na cidade de Conquista entre 1920 e 1940**. 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

RODIN, Patrícia. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, Baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, 2021.

ROMA; BIRMINGHAM. Prefácio. In: FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. (Org.). **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Trad. Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

SAKATA, Francine Gramacho; GONÇALVES, Fabio Mariz. Um novo conceito para parque urbano no Brasil do século XXI. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, v. 30, n. 43, p. e155785, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/155785>. Acesso em: 22 mai. 2024.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EdUSP, 2007.

SILVA, Elmo Rodrigues da. **O curso da água na história: simbologia, moralidade e a gestão de recursos hídricos**. 1998. 201p. Tese (Doutorado). Fundação Oswaldo Cruz, 1998. Disponível em: http://www.pick-upau.org.br/mundo/curso_agua/O%20Curso%20da%20%C1gua%20na%20Hist%F3ria.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

SILVA, Mariane Santana et al. A multidimensionalidade da crise hídrica em Vitória da Conquista. In: **Anais... 16º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia Ambiental**. 2018.

Disponível em: https://www.schenautomacao.com.br/cbge/envio/files/trabalho_118.pdf, Acesso em: 03 jul. 2025.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista**: crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

TEIXEIRA, Manuel C. As formas da cidade portuguesa. In: OLIVEIRA, Vitor; MARAT-MENDES, Teresa; PINHO, Paulo. (Org.). **O estudo da forma urbana em Portugal**. Porto: Universidade do Porto, 2015.

TORRES, Tranquilino Leovigildo. Imperial Villa da Victoria. In: AGUIAR, Durval Vieira de. (Org.). **Descrições práticas da Província da Bahia**: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, villas e povoações. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1888.

TORRES, Tranquilino Leovigildo. **O município da Vitória**. Vitória da Conquista: UESB, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: EdUEL, 2015.

UNITED NATIONS. **The United Nations World Water Development Report**: Water for people, Water for life. Paris: UNESCO, 2003.

UNITED NATIONS. **The United Nations World Water Development Report 2023**: Partnerships and Cooperation for Water. Paris: UNESCO, 2023.

VASCONCELOS, Luisa Prazeres. **Recordações e esquecimento de um rio urbano**: o papel do Rio Verruga na dinâmica urbana de Vitória da Conquista, Bahia. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

VIANA, Anibal Lopes. **Revista Histórica de Conquista**. Volume 1. Vitória da Conquista: O Jornal de Conquista, 1982.

VIANA, Anibal Lopes. **Revista Histórica de Conquista**. Volume 2. Vitória da Conquista: O Jornal de Conquista, 1985.

VIANNA, Dr. Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. **Memoria sobre o Estado da Bahia**. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1893

VITÓRIA da Conquista: Pecuária, principal riqueza do progressista Município baiano – Também importantes a produção agrícola e a indústria extrativa mineral. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 00153, 2 jul. 1949.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Decreto nº 10, de 2 de agosto de 1963**. Considera de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os bens que especifica. Vitória da Conquista, 1963.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Resolução nº 72/65. **Diário Oficial dos Municípios**, Salvador, 1965.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Planta da cidade**. Escala 1:5.000. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal, jan. 1978.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Bacia do Jurema**: Delimitação. Escala 1:10.000. Vitória da Conquista: Hydros engenharia e planejamento, mar. 1982.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Ofício nº 531/86**. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1986.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Plano de arruamento**. Escala 1:10.000. Fonte: Levantamento aerofotogramétrico. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal, dez. 1992.

VITÓRIA DA CONQUISTA, **Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020**. Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Agência Reguladora Municipal, Produto 7 Tomo I – Relatório de Diagnóstico do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Volume II – Diagnóstico Preliminar Físico-Ambiental. Salvador: Fundação Escola Politécnica da Bahia, mai. 2019a. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/pddu/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

VITÓRIA DA CONQUISTA, **Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020**. Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Agência Reguladora Municipal, Produto 7 Tomo I – Relatório de Diagnóstico do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Volume IV – Diagnóstico Preliminar da Morfologia e Estrutura Urbana. Salvador: Fundação Escola Politécnica da Bahia, mai. 2019b. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/pddu/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

VITÓRIA DA CONQUISTA, **Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020**. Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Agência Reguladora Municipal, Produto 9 Tomo II – Relatório do Diagnóstico Integrado e Cenários do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Salvador: Fundação Escola Politécnica da Bahia, ago. 2019c. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/pddu/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Relatório 04, Produto 3. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, dez. 2019d. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/plano-municipal-de-saneamento-basico/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano **Viagem ao Brasil**. Trad. Edgar Sússekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

FONTES ORAIS

AGUIAR, Ticiana Sampaio. Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Videoconferência, 10 set. 2020. 9 min.

AMBURANA (nome fictício). Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 03 dez. 2020. 29 min.

AMIEIRO (nome fictício). Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Esposende, 04 fev. 2023. 94 min.

ANGICO (nome fictício). Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 09 mar. 2020. 20 min.

CAIRO, Antônio Roberto de Barros. Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Videoconferência, 09 set. 2020. 31 min.

CARVALHO (nome fictício); SOBREIRO (nome fictício). Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Esposende, 29 jan. 2023. 54 min.

KREPSKY, Patrícia Baier. Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 06 out. 2023. 44 min.

MARICÁ (nome fictício). Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Videoconferência, 11 set. 2020. 19 min.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 19 fev. 2020. 86 min.

OLIVEIRA, Fernando Gomes. Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 15 jan. 2020. 81 min.

PEREIRA, Fabiana Assis. Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Videoconferência, 10 set. 2020. 8 min.

PINHEIRO, Márcia Cristina Rocha. Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 21 set. 2023. 66 min.

PORTO, Ivany de Sá. Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Salvador, 18 jan. 2020. 41min.

SILVA, Jovina Maria da. Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 13 ago. 2020. 32 min.

APÊNDICE A – Termos de consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO 01

Utilizado em entrevistas sobre Vitória da Conquista realizadas em 2020

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTO DE UM RIO URBANO”**. Neste estudo pretendemos explorar o significado das intervenções realizadas pelo poder público ao longo do último século no trecho urbano do Rio Verruga e a relação que foi construída, em diferentes momentos da história, entre a população e o rio.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a percepção de que o Rio Verruga tem sido renegado ao esquecimento durante todo o processo de expansão da cidade, e em suas margens pode-se perceber um extenso vazio urbano, desconfigurado de sua mata ciliar.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Realização de entrevista individual semiestruturada, registrada por um gravador de voz no intuito de captar todos os detalhes dos depoimentos prestados, seguindo um roteiro guia buscando incentivar a rememoração sobre algumas percepções sobre o Rio Verruga.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais e éticos. Por se tratar de um trabalho que utiliza a memória, seguindo o critério de liberdade de expressão assegurado pela Constituição Brasileira, será facultado ao entrevistado a divulgação de sua identidade em posteriores publicações, visto que, por optarmos nessa pesquisa pelos relatos orais, para que eles possam se sustentar faz-se necessário identificar as fontes. Caso você não se sinta confortável com a divulgação de sua identidade, o seu nome será substituído por um nome fictício. Este estudo apresentará riscos mínimos, o que poderá ocorrer serão desconfortos ou constrangimentos no momento da entrevista. Porém, a pesquisadora se compromete a prestar auxílio em tal situação, sendo cautelosa para evitar esse tipo de acontecimento.

Além disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. O benefício deste estudo é a possibilidade de contribuir para o entendimento do processo de expansão urbana na cidade de Vitória da Conquista e dessa forma auxiliar o cenário analítico para definição das atividades a serem implantadas na área das margens do rio.

Após finalizada a entrevista, esta será transcrita e lhe será fornecida, ficando a seu critério modificar/excluir alguns trechos ou a entrevista completa. Os resultados da pesquisa lhe serão entregues em um novo encontro a ser agendado quando estes estiverem finalizados. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de

consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma das vias será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Vitória da Conquista, ____ de _____ de _____.

Impressão digital (se for o caso)

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável



Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Pesquisador(a) Responsável: Luisa Prazeres Vasconcelos - PPGMLS/UESB – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Endereço: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Estrada do Bem Querer – km 04, Bairro Universitário, CEP.: 45031-900, Vitória da Conquista, Bahia.

Fone: (77) 3425-9395/ E-mail: ppgmemorials@gmail.com

CEP/UESB- Comitê de Ética em Pesquisa

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9600 (ramal 9727) / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO 02

Utilizado em entrevistas realizadas em Vitória da Conquista em 2023

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**ENTRE A ESCASSEZ E A ABUNDÂNCIA: A MEMÓRIA DOS USOS E DESUSOS DA ÁGUA NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA**”. Neste estudo pretendemos contribuir com o entendimento da relação que foi construída no último século entre as populações urbanas e o acesso à água, analisando, do ponto de vista da memória, a presença desse recurso natural na cidade de Vitória da Conquista, Bahia.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a percepção da relação ambígua que a população de Vitória da Conquista estabeleceu com a água durante a expansão e desenvolvimento da cidade, ao longo do século XX, frente aos problemas causados nos períodos de chuvas intensas e à escassez nos longos períodos de estiagem.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Realização de entrevista individual semiestruturada, registrada por um gravador de voz no intuito de captar todos os detalhes dos depoimentos prestados, seguindo um roteiro guia buscando incentivar a lembrança sobre a presença da água na cidade.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais e éticos. Por se tratar de um trabalho que utiliza a memória, seguindo o critério de liberdade de expressão assegurado pela Constituição Brasileira, será facultado ao entrevistado a divulgação de sua identidade em posteriores publicações, visto que, por optarmos nessa pesquisa pelos relatos orais, para que eles possam se sustentar faz-se necessário identificar as fontes. Caso você não se sinta confortável com a divulgação de sua identidade, o seu nome será substituído por um nome fictício. Este estudo apresentará riscos mínimos, o que poderá ocorrer serão desconfortos ou constrangimentos no momento da entrevista. Porém, a pesquisadora se compromete a prestar auxílio em tal situação, sendo cautelosa para evitar esse tipo de acontecimento.

Além disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. O benefício deste estudo é a possibilidade de contribuir com o cenário analítico sobre a gestão da água no município de Vitória da Conquista, e o resultado poderá servir de parâmetro para a definição das políticas públicas a serem adotadas no município.

Após finalizada a entrevista, esta será transcrita e lhe será fornecida, ficando a seu critério modificar/excluir alguns trechos ou a entrevista completa. Os resultados da pesquisa lhe serão entregues em um novo encontro a ser agendado quando estes estiverem finalizados. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de

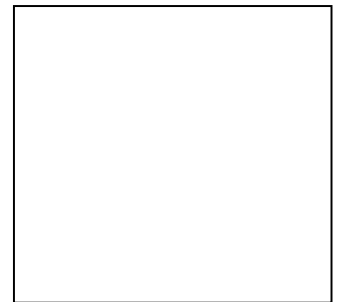
consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma das vias será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Vitória da Conquista, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Impressão digital (se for o caso)



Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Pesquisador(a) Responsável: Luisa Prazeres Vasconcelos - PPGMLS/UESB – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Endereço: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Estrada do Bem Querer – km 04, Bairro Universitário, CEP.: 45031-900, Vitória da Conquista, Bahia.

Fone: (77) 3425-9395/ E-mail: ppgmemorials@gmail.com

CEP/UESB- Comitê de Ética em Pesquisa

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9600 (ramal 9727) / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO 03

Utilizado em entrevistas realizadas em Portugal em 2023

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Estás a ser convidado(a), como voluntário(a), a participar da investigação internacional intitulada “**ENTRE A ESCASSEZ E A ABUNDÂNCIA: A MEMÓRIA DOS USOS E DESUSOS DA ÁGUA NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA**” que está a ser desenvolvida no Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), na Universidade do Porto. Neste estudo, pretendemos analisar a relação estabelecida, no último século, entre as populações urbanas e os cursos de água ao longo da constituição das cidades, e entender as formas de apropriação e percepção do elemento água nos diferentes grupos urbanos. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é o recente despertar da humanidade para a preservação dos recursos naturais frente à escassez do elemento água, o que traz à tona a relação que foi estabelecida com tal recurso durante a expansão e desenvolvimento das cidades ao longo do século XX.

Para este estudo adotaremos o seguinte procedimento: Realização de entrevista individual semiestruturada, registrada por um aparelho telefónico com gravador de voz e por um caderno de anotações no intuito de captar todos os detalhes dos depoimentos prestados, auxiliada por um roteiro guia que busca incentivar a rememoração sobre os rios investigados.

O(a) participante não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira, será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Poderás retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pela investigadora. O(a) participante terá sua identidade preservada com padrões profissionais e éticos, e seu nome será substituído por um nome fictício. Este estudo apresentará riscos mínimos, o que poderá ocorrer serão desconfortos ou constrangimentos no momento da entrevista. Porém, a investigadora se compromete a prestar auxílio em tal situação, sendo cautelosa para evitar esse tipo de acontecimento.

O benefício deste estudo é a possibilidade de contribuir para o entendimento do processo de desenvolvimento urbano nas margens dos rios e embasar futuras ações na gestão das águas urbanas. Os dados e instrumentos utilizados na investigação ficarão arquivados com a investigadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma das vias será arquivada pelo investigador responsável, e a outra será fornecida ao participante.

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante na
investigação

Assinatura da investigadora responsável

Em caso de dúvidas em relação aos aspectos éticos deste estudo, poderás consultar:

Comissão de Ética da FLUP | Via Panorâmica s/n 4150-564 Porto
+351 226 077 100 | c.eticaflup@letras.up.pt

APÊNDICE B – Roteiros de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA 01

Utilizado em entrevistas sobre Vitória da Conquista realizadas em 2020



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Linha de pesquisa: Memória, Cultura e Educação

Projeto temático: Memória, Cidade e Cultura

PROJETO DE PESQUISA: LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTO DE UM RIO URBANO

PESQUISADOR: Luisa Prazeres Vasconcelos

ORIENTADOR: Felipe Eduardo Ferreira Marta

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Tempo de residência em Vitória da Conquista
2. Infância
3. Escolaridade
4. Vida profissional
5. Abastecimento de água na residência
6. Recordações sobre o açude ao lado da av. Bartolomeu de Gusmão ou de alguma outra área alagada da cidade
7. Relação com o Rio Verruga
8. Percepções sobre a região vazia entre a av. Bartolomeu de Gusmão e o estádio Lomanto Júnior
9. Parque Municipal do Rio Verruga

ROTEIRO DE ENTREVISTA 02

Utilizado em entrevistas realizadas em Vitória da Conquista em 2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Linha de pesquisa: Memória, Cultura e Educação

Projeto temático: Memória, Cidade e Cultura

PROJETO DE PESQUISA: ENTRE A ESCASSEZ E A ABUNDÂNCIA: A MEMÓRIA DOS USOS E DESUSOS DA ÁGUA NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

PESQUISADOR: Luisa Prazeres Vasconcelos

ORIENTADOR: Felipe Eduardo Ferreira Marta

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Tempo de residência em Vitória da Conquista
2. Recordações sobre a água na infância
3. Vida escolar
4. Vida profissional
5. Abastecimento de água na residência
6. Recordações sobre cursos d'água na cidade
7. Recordações sobre enchentes na cidade
8. Tem algum cuidado com o uso da água em casa?
9. Percepções gerais sobre a cidade de Vitória da Conquista

ROTEIRO DE ENTREVISTA 03

Utilizado em entrevistas realizadas em Portugal em 2023

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO – FLUP

Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória – CITCEM

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO:

ENTRE A ESCASSEZ E A ABUNDÂNCIA: A MEMÓRIA DOS USOS E DESUSOS DA ÁGUA
NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

Investigadora visitante em doutoramento: Luisa Prazeres Vasconcelos

Orientador no Brasil: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta

Coorientadora em Portugal: Prof^ª. Dr^ª. Amélia Maria Polónia da Silva

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Tempo de residência na localidade
2. Relação com a água na infância
3. Com qual idade entrou na escola e quais as vivências que mais marcaram
4. Qual a profissão e se trabalha na localidade
5. Abastecimento de água na residência. De onde vem a água?
6. Recordações sobre o rio
7. Envolvimento com o rio no dia a dia
8. Percepções e sugestões sobre a atual situação do rio